



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

AMANDA STEFFANY DA SILVA ARAUJO

**IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DOS  
ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO PERNAMBUCO 2013 A 2019**

CARUARU

2022

AMANDA STEFFANY DA SILVA ARAUJO

**IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DOS  
ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO PERNAMBUCO 2013 A 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia.

Área de concentração: Economia Regional.

**Orientadora:** Profa. Dra. Alane Alves Silva

CARUARU

2022



AMANDA STEFFANY DA SILVA ARAUJO

**IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO DOS  
ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO PERNAMBUCO 2013 A 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Economia.

Área de concentração: Economia Regional.

Aprovada em: 18/08/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Alane Alves Silva (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta dissertação a Deus e a Virgem Maria que nunca me abandonaram na minha caminhada de estudante diante de tantas dificuldades enfrentadas. A conclusão deste trabalho é um sonho realizado e uma Graça alcançada, dedico a mim mesma que com perseverança conclui o mestrado e finalmente dedico ao meu avô, seu José (*in memoriam*), que foi um homem simples e na sua simplicidade me mostrou o que é o amor!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu perseverança, força e sabedoria para cursar o mestrado.

Agradeço às psicólogas Alexandra e Ângela São Marcos que me acompanharam nesta jornada tão bonita, mas também tão desafiadora.

Agradeço a minha mãe Maria Francisca e a minha irmã Maysa Araujo que me apoiaram diante de tantas decisões difíceis para assumir o mestrado em 2020.

Agradeço à minha orientadora Alane Alves que aceitou meu convite, sempre foi compreensiva e companheira. Ela ama o que faz e sempre esteve disposta a ajudar e contribuir com meu trabalho.

Agradeço a meu amigo inseparável de turma (turma 10) Beilton Gomes que não me deixou sozinho nem um minuto durante o mestrado.

Agradeço a meus amigos Makson Monte, João Mendonça e Alef Vasconcelos que sempre me ouviam e me incentivaram a continuar no mestrado quando eu achava que não era capaz.

Agradeço ao PPGECON, o melhor centro de Economia do estado de Pernambuco com toda certeza, professores e colaboradores sempre atentos e dispostos a ajudar os alunos, em especial professora Monaliza, professor Klebson, professor Leandro e a secretária Jordana que sempre se fazem presentes quando o aluno precisa.

## RESUMO

A desigualdade de renda é um problema social antigo no Brasil e no mundo. No Brasil várias políticas públicas foram pensadas para amenizar este problema. Programas de transferência de renda condicionada foram implementados desde a década de 1990 no Brasil com o intuito de trazer bem-estar social aos menos favorecidos. Em 2003 foi criado o Programa Bolsa Família que unificava os diversos programas existentes e impunha aos beneficiários condicionalidades no âmbito da saúde e da educação para receberem a transferência de renda. Este trabalho tem por objetivo analisar como as condicionalidades do programa Bolsa Família na área de educação influenciaram no desempenho dos alunos beneficiários do Programa dos anos finais do ensino fundamental. As análises foram feitas para o período de 2013 a 2019. Os resultados mostram a evolução do desempenho médio em português e matemática, dos alunos estudantes do ensino fundamental das escolas públicas de Pernambuco, beneficiários do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: educação; Pernambuco; políticas públicas; Bolsa Família.

## **ABSTRACT**

Income inequality is an old social problem in Brazil and in the world. In Brazil, several public policies were designed to alleviate this problem. Conditional cash transfer programs have been implemented since the 1990s in Brazil with the aim of bringing social welfare to the underprivileged. In 2003, the Bolsa Família Program was created, which unified the various existing programs and imposed conditionalities on beneficiaries in the field of health and education to receive income transfers. This work aims to analyze how the conditionalities of the Bolsa Família program in the area of education influenced the performance of students benefiting from the Program in the final years of elementary school. The analyzes were carried out for the period from 2013 to 2019. The results show the evolution of the average performance in Portuguese and mathematics of elementary school students from public schools in Pernambuco, beneficiaries of the Bolsa Família Program.

Keywords: education; Pernambuco; public policies; Bolsa Família.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Não Linearidade da Regressão.....	57
Figura 2-	Heterocedasticidade do Modelo.....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Famílias Inscritas no CadÚnico em Pernambuco 2012 – 2019.....	41
Gráfico 2-	Famílias Inscritas no CadÚnico no Brasil 2012 – 2021.....	42
Gráfico 3 -	Beneficiários do Programa Bolsa Família do CadÚnico - 5º e 9º Ano.....	63
Gráfico 4-	Negros e Pardos - 5º e 9º Ano.....	65
Gráfico 5-	Gêneros - 5º e 9º Ano.....	66
Gráfico 6 -	Trabalho Infantil - 5º e 9º Ano.....	67
Gráfico 7-	Zona Urbana - 5º e 9º Ano.....	68
Gráfico 8-	Percentual de Alunos do Agreste Participantes da Prova do SAEB.....	69
Gráfico 9-	Saneamento Básico dos Alunos do CadÚnico - 5º e 9º Ano.....	70
Gráfico 10-	Evolução das Médias em Português - 5º Ano.....	71
Gráfico 11-	Evolução das Médias em Matemática - 5º Ano.....	72
Gráfico 12 -	Evolução das Médias em Português - 9º Ano.....	73
Gráfico 13-	Evolução das Médias em Matemática - 9º Ano.....	74
Gráfico 14-	Evolução da Média em Português dos Beneficiários por Mesorregião - 5º Ano.....	75
Gráfico 15-	Evolução da Média em Matemática dos Beneficiários por Mesorregião - 5º Ano.....	76
Gráfico 16-	Evolução da Média em Português dos Beneficiários Inscritos no CadÚnico por Mesorregião - 9º Ano.....	77
Gráfico 17-	Evolução da Média em Matemática dos Beneficiários Inscritos no CadÚnico por Mesorregião - 9º Ano.....	78

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1-	Número de Beneficiários do Bolsa Família por Estado (2019).....	43
---------	-----------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Programas de Transferência de Renda no Brasil.....	29
Quadro 2-	Variáveis Dependentes do Estudo.....	60
Quadro 3-	Variáveis Independentes/Explicativas do Estudo.....	60

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Especificação dos Níveis de Proficiência em Português do SAEB.....	51
Tabela 2-	Especificação dos Níveis de Proficiência em Matemática do SAEB.....	52
Tabela 3-	Variáveis Numéricas - 5º Ano.....	62
Tabela 4-	Variáveis Numéricas – 9º Ano.....	63
Tabela 5-	Parâmetros da Regressão.....	79
Tabela 6-	Proficiência em Português e Matemática - 5º Ano.....	81
Tabela 7-	Proficiência em Português e Matemática - 9º Ano.....	85

## LISTA DE SIGLAS

BSM	Brasil Sem Miséria
BSP	Superação da Extrema Pobreza
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEF	Caixa Econômica Federal
CGAIE	Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar
EITC	Programa de Renda Mínima dos EUA
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRN	Imposto de Renda Negativo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NIS	Número de Identificação Social
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRFM	Garantia de Renda Familiar Mínima
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
RMR	Região Metropolitana de Recife
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEBG	Base dos Alunos no Geral Sem os Cadastrados no CadÚnico
SAEP	Sistema de Avaliação da Educação Pública
SAGI	Sistema de Avaliação e Gestão de Informação
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TRI	Teoria de Resposta ao Item

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>20</b>
2.1	TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	22
2.2	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	30
2.3	SUORTE DO BOLSA FAMÍLIA: CADÚNICO E SUAS.....	36
2.4	BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	43
2.5	BOLSA FAMÍLIA PRESENTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	46
2.6	SAEB.....	47
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>54</b>
3.1	BASE DE DADOS.....	54
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS.....	55
3.3	ADEQUAÇÕES.....	56
3.4	REGRESSÃO.....	56
<b>3.4.1</b>	<b>Regressão Robusta.....</b>	<b>59</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Variáveis.....</b>	<b>59</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>61</b>
4.1	ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	61
4.2	ANÁLISE DAS MÉDIAS DE PROFICIÊNCIA.....	71
4.3	MODELO.....	79
<b>4.3.1</b>	<b>Equação.....</b>	<b>79</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Resultados.....</b>	<b>80</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade brasileira é um dos principais determinantes dos altos níveis de pobreza. No Brasil existe um elevado índice de desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social, vários fatores são responsáveis por esta situação, além da escravidão que foi o ponto de partida para tal situação no país, mas recentemente houve 20 anos de ditadura militar entre 1964-1984 e a partir daí a desigualdade social só cresceu (COSTA, 2020).

O Brasil é um país desigual exposto ao desafio histórico de uma herança de injustiças sociais que excluiu e ainda exclui uma grande parcela do povo de acesso a condições mínimas de cidadania e dignidade (BARROS *et al.*, 2000; GOMES, 2019). Desta forma, confirma a enorme e brutal desigualdade de renda e elevados níveis de pobreza. Em 2000 o Brasil gastou 19% do PIB com política social, mas não de maneira justa e distributiva, tais recursos não chegaram à parcela mais pobre da população (LAVINAS; BARBOSA, 2000).

A pobreza caiu de forma sutil no Brasil, como mostram Barros *et al.* (2000), apenas 3 p.p (pontos percentuais) de 1977 para 1978, mas o número de pobres, em decurso do crescimento da população, elevou-se cerca de 10 milhões, passando de 40 milhões em 1977 para 50 milhões em 1998. A situação econômica então fez com que o número de pobres alcançasse em média a 64 milhões na crise de 1984 e a menos de 38 milhões em 1986 (BARROS *et al.*, 2000). Em 2022, o número de pobres e extremamente pobres é estimado em 140.346.552 milhões de pessoas segundo a Sagi.

Resolver o problema da desigualdade social alinhada com a entrega de condições de vida mais digna à população é um desafio enfrentado por diversas nações. Uma das saídas encontradas pelos governos são os programas de transferência de renda mínima, estes trazem inúmeras vantagens aos países que o adotam, uma delas é que tal atividade não interferem nos aspectos locais positivos do mercado, são flexíveis às transformações pelas quais qualquer sociedade passa e mantém a dignidade humana, pois através dele a população tem acesso ao mínimo para a sobrevivência e necessidades básicas (LAVINAS; VARSANO, 1997; CAVALER, 2020).

Uma das ideias sobre estes programas é baseada no imposto de renda negativo, pensado por vários escritores, filósofos e economistas desde a antiguidade. Um deles é o economista Milton Friedman que em seu livro “capitalismo e liberdade” defende a implantação de um imposto que é descontado dos cidadãos contribuintes e transferido à população carente para viverem dignamente. Vários países adotaram a ideia de transferência de renda mínima, em vários momentos da história, mas a ideia base é sempre a mesma, garantir o mínimo de dignidade a população em situação de pobreza e desprotegida socialmente (SUPLICY; BUARQUE, 1997).

Skoufias (2001) observou que o Programa Oportunidades aumentou em 10% da frequência escolar das crianças pobres do México, Attanasio *et al.* (2006) demonstrou que o programa da Colômbia “Famílias em Acción”, obteve um aumento na matrícula escolar de 2,1 e 5,6 pontos percentuais (p. p.) entre crianças 8 a 14 anos de idade. Fiszbein e Schady (2009) evidenciaram resultados semelhantes para os casos do Camboja, Chile, Equador, Nicarágua e Paquistão. No Brasil, em pesquisa desenvolvida pelo INEP (2010), encontrou-se que o PBF alavancou a taxa de matrícula dos beneficiários entre 1,8 e 4,0 p. p. sendo tais efeitos maiores na escola secundária do que na escola primária.

No Brasil esta ideia foi trazida com mais força por Suplicy em 1991, quando propôs o *Programa de Garantia de Renda Mínima* (PGRM). A ideia era transferir renda complementar à população jovem e gradativamente aumentar o número de beneficiários deste programa incluindo todas as faixas etárias, com o objetivo de reduzir a pobreza (SUPLICY; BUARQUE, 1997; SALGADO, 2020). Logo após a sugestão deste programa sugeriram vários outros com o mesmo objetivo, mas com público-alvo distinto, como o Auxílio-Gás, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Família, o Cartão-Alimentação do Programa Fome Zero, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e outros programas sociais de transferência de rendimentos.

A política de proteção social era fragmentada e possuía baixo grau de responsabilidade governamental até meados dos anos 2000. Após o surgimento do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) o modelo de implementação política foi reorganizado e passou a ser baseado na descentralização federativa sendo definidas as atribuições, ações intersetoriais e sistema de financiamento compartilhado, desta forma a esfera municipal torna-se protagonista na gestão da assistência social (BICHIR *et al.*, 2020).

Estes programas foram unificados sob o guarda-chuva do Bolsa-Família, programa de transferência condicionada de renda, em janeiro de 2004 e era administrado e implementado pelo Ministério da Educação, considerado o carro-chefe da política social brasileira desde 2003, tinha como objetivos o enfrentamento da fome e da miséria no país e a ascensão das famílias mais pobres, alcançou 13,8 milhões de famílias participantes e contabilizou mais de 50 milhões de beneficiários (1/4 da população brasileira) em 2012 (SARAIVA, 2020).

Nos primeiros anos do programa foi averiguado que mesmo não produzindo incentivos sobre a oferta de trabalho, o mesmo era eficaz na redução dos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda; também foi visto que o mesmo era eficiente na frequência e a aprovação escolar, aumentava o índice de vacinação entre as crianças, reduzia a desnutrição infantil; e que melhorou o pré natal das gestantes, sendo assim o programa atingiu seus objetivos (PAIVA *et al.*, 2013)

Após uma década da sua implementação, o Programa Bolsa Família foi integrado ao plano Brasil Sem Miséria (BSM), então a política pública brasileira passou a ser chamada de novo federalismo social (COLIN *et al.*, 2013). Nesta nova roupagem estados e municípios atuavam de maneira integrada sobre a plataforma federal do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) e do Programa Bolsa Família (PBF), para complementar as ações já existentes e diferenciar as inovações dos programas locais. Até então dezenas de parcerias haviam sido firmadas entre os estados e o governo federal nos programas paralelos de combate à pobreza, todos estes fora do Nordeste o desafio passou a ser levá-los aos estados mais pobres (FONSECA, 2018).

Dentre as condicionalidades que existiam no Programa Bolsa Família está a da educação, onde as crianças integrantes das famílias beneficiárias deveriam frequentar a escola com assiduidade e um mínimo de frequência estabelecido pela lei que regia o programa, esta condicionalidade garantia o direito à educação baseado na constituição de 1988, quando: Art. 205 preconiza a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família; Art. 206 estabelece a igualdade para o acesso e a permanência na escola; e o Art. 208 que versa sobre a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito (VAITSMAN, 2009).

Desta forma o Bolsa Família contribuiu com a obtenção de aprendizagem qualitativa, assegurando esse direito aos beneficiários através da condicionalidade de educação imposta aos mesmos, sendo um eixo de emancipação das crianças e jovens (VIEIRA, 2020).

Tal condicionalidade regulava a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza, que quando adultos têm mais possibilidades de ingressar ao mercado de trabalho. Esta transferência condicionada à educação aumentava a probabilidade de que crianças pobres estivessem matriculadas e frequentassem a escola efetivamente. Os efeitos dos programas de assistência social, no caso dos programas de transferência monetária condicionada, trazem efeitos positivos em todos os casos, variando a magnitude entre os países que aferem tais programas (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2018; CIRENO *et al.*, 2013).

Atualmente número de pessoas em situação de desigualdade social é gritante no país, pós pandemia, segundo a SAGI, 2022 (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) estima-se que 18.214.051 milhões de família estão em situação de extrema pobreza no Brasil, número este que era 13.420.184 pré pandemia, um aumento de 23% na extrema pobreza. Já o número de famílias pobres atualmente é 16.872.587, um aumento de 8% visto que em 2019 existiam 15.463.816 famílias cadastradas, como pode-se observar o aumento de extrema pobreza foi maior, pois a pandemia e má gestão trouxe desemprego, inflação e fome.

Analisar este programa de transferência de renda dentro do estado de Pernambuco enquadra-se na teoria econômica da economia regional como destaca Nasser (2000) uma vez que aborda as questões de espaço e localização. Ao delimitar a pesquisa a tais questões é possível identificar fatores que possam oferecer vantagens ou desvantagens dentre uma determinada região permitindo, assim, trabalhar com desigualdades regionais .

Ainda reforçando a importância da economia regional Alves (2012) completa que o interesse em relação aos problemas locais e regionais se deve as implicações de políticas públicas, mas estes problemas são dignos de estudos por si só. Sendo assim, os estudos sobre localização das atividades econômicas são de extrema importância para os planejadores regionais (municípios e estados). Deste modo este trabalho se enquadra na linha de pesquisa do PPGEcon em economia regional pois trata de interesses econômicos de bem-estar social via transferência de renda mínima no estado de Pernambuco.

Diante do exposto, este trabalho avaliou os resultados do Programa Bolsa Família sobre o desempenho escolar dos alunos cadastrados na base do CadÚnico, o foco da pesquisa em essência são os estudantes do ensino fundamental da rede pública de ensino de Pernambuco. Para tanto, foi necessário: Analisar e tratar as bases de dados, provenientes dos ministérios da Educação e Cidadania e CadÚnico, em busca de integrar as mesmas. A partir das bases tratadas

analisar a evolução da proficiência em português e em matemática destes alunos cadastrados no CadÚnico, sendo eles beneficiários ou não do Programa Bolsa Família.

O presente estudo do Programa Bolsa família e a condicionalidade da educação através da proficiência do SAEB ganha importância por considerar a transformação na vida do estrato mais pobre da população, que recebe a transferência de renda e cumpre suas condicionalidades (que são o ponto chave para a mudança na vida destes). Tomando por base a hipótese de que a condicionalidade da educação altera as proficiências médias dos alunos e em consequência a vida escolar dos mesmos com aquisição de capital humano, contribuindo assim para romper o ciclo intergeracional de pobreza. É importante considerar que o conceito de pobreza aqui abordado segue sua forma unidimensional (analisando a renda deste grupo).

Este trabalho destaca-se dentre a literatura sobre o Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho escolar. Vale salientar a ausência de estudos para o estado de Pernambuco que analisem a relação da proficiência dos alunos com o fato de serem beneficiários do programa. Neste sentido, o presente trabalho contribui para avaliar a relação dessa condicionalidade com a geração de capital humano para essas crianças e o mínimo de bem estar social para estas famílias.

Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na seção 2, é oferecida um referencial teórico sobre a origem dos programas de transferência de renda condicionada, o surgimento do CadÚnico, do Suas, do SAEB e a trajetória do Bolsa Família, na seção 3 é explanado a trajetória metodológica usada para a obtenção do objetivo do trabalho, na seção 4 apresento os resultados obtido através da metodologia e por fim na seção 5 apresento a conclusão do trabalho.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Ser pobre significa estar em situações de carência na qual as pessoas não podem, nem conseguem manter um nível de padrão de vida minimamente condizente com as referências sociais estabelecidas em cada contexto histórico (BARROS *et al.*, 2001). O Brasil não é um país pobre, e sim um país com grande contingente de sua população abaixo da linha de pobreza sendo a má distribuição de renda uma das responsáveis por esta situação, visto que o estreitamento da posse de renda é visível e contínuo (BARROS *et al.*, 2000).

Em 1980 os trabalhadores enfrentaram apertos salariais, impostos e decretos que contribuíram para tornar o trabalhador ainda mais pobre em favor da produtividade, o que não é muito diferente da situação atual com a reforma trabalhista. As consequências destes atos governamentais culminaram na redução de direitos sociais e aumento da desigualdade de renda (PEREIRA; ZIENTARSKI, 2011)

Os trabalhos de Barros *et al.* (2000,2001) salientam que a pobreza está ligada diretamente com o número de pessoas vivendo em família com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza. Em 1999, 14% da população brasileira vivia em lares com renda abaixo da linha de indigência e 34% em famílias com renda abaixo da linha de pobreza.

Para reduzir a pobreza e devolver dignidade à população, a literatura indica que embora o crescimento econômico seja condição básica para isto, existe a necessidade da criação de ações capazes de atingir os mais necessitados de forma efetiva (PAES e SIQUEIRA *et al.*, 2008; SUPPLY, 2000). Em vários países foi discutido por muito tempo a implementação de programas de transferência de renda sobre a pobreza e a desigualdade (LAVINAS; VARSANO, 1997; PAES; SIQUEIRA *et al.*, 2008).

Dois tipos de programas de transferência de renda são os mais comuns nessas discussões, o Imposto de Renda Negativo e a Renda Mínima Universal. O primeiro consiste em cobrar imposto de quem tem alto poder aquisitivo e transferir para quem não tem o mínimo para sobreviver, o segundo tem como objetivo transferir uma renda básica de mesmo valor a todos os beneficiários (LAVINAS, 1998; PAES; SIQUEIRA *et al.*, 2008).

O conceito de imposto de renda negativo foi trazido por Friedman em seu livro capitalismo e liberdade 1962 como afirmam Castro (2021), Paes e Siqueira (2008) e Suplicy, (2000) mas, já era uma ideia latente entre os economistas Oskar Lange, em “A Teoria Econômica do Socialismo” (1936) e Abba Lerner em “A Economia do Controle” (1944) estes

interagiam com Friedman. A ideia de tal imposto ou transferência de renda é antiga, em linhas gerais era defendida que em uma sociedade mais amadurecida, os seres humanos irão se portar de maneira a assegurar a todos o suficiente para as suas necessidades (BERTRAND RUSSEL, 1918; KARL MARX, 1875; THOMAS PAINE, 1796).

O imposto de renda negativo se torna uma política social como discutiram Ramos (1994) e Friedman (1962) a qual não é introduzida restrições institucionais ao livre jogo de oferta e demanda e aprova uma transferência monetária que possibilita aos beneficiados se encaixarem no perfil de consumo que possibilite a satisfação de suas preferências individuais. Esta política não sobrecarrega os custos das firmas pois não taxa as mesmas.

O IRN é uma ferramenta de política social na colocação de Ramos (1994) e Paes e Siqueira (2008) a qual proporciona aos beneficiários uma renda mínima, que vem a ser denominado de Programa de Garantia de renda Mínima (PGRM). Neste caso, se a renda do indivíduo não alcança o mínimo determinado, o mesmo recebe um complemento financeiro para que sua renda atinja aquele patamar. Os recursos para tal programa advém do orçamento público destinado a ele ou redirecionadas de outros gastos.

Na mesma linha de raciocínio Friedman (1962) e Ramos (1994) salientam que o imposto de renda negativo parte da definição de uma renda mínima fixada exogenamente através do nível de pobreza, estabelecendo uma taxa (imposto) sobre os rendimentos dos indivíduos com maior poder aquisitivo. Então as pessoas consideradas em situação de pobreza recebem um auxílio financeiro advindo do desconto monetário (imposto) sobre a renda dos agentes que possuem melhor situação financeira (fora do patamar de pobreza). Desta forma tal mecanismo minimiza as restrições do livre funcionamento do mercado, em especial do mercado de trabalho, pois não afeta os custos de mão de obra e mantém incentivo às contratações.

Sendo assim, era definida uma renda mínima para a tributação do imposto de renda dos agentes inseridos, que possuem alguma fonte de rendimento para transferir para aos beneficiários, esta transferência interferia na situação econômica de quem a recebe, este movimento tem as características de uma intervenção social (SALGADO, 2020).

As famílias até determinado nível de renda (que seria estabelecido pelo governo), recebiam transferência do mesmo. Este valor era descontado através de imposto de renda das famílias com alto poder aquisitivo (definido pelo governo). Então as famílias consideradas pobres não pagavam imposto de renda e sim recebiam do governo, esta transação pode ser vista

como mecanismo de intervenção, para o bem-estar social (LIMA *et al.*, 2019; SUPPLY; BUARQUE, 1997).

## 2.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Há a possibilidade de se introduzir um imposto de renda negativo se for acompanhado de um imposto de renda positivo sem isenção, frisa Vaderborght e Van Parijs, (2006). Renda básica ou transferência de renda é considerado outra forma de se estabelecer o Imposto de Renda Negativo, a partir desta ideia foi pensado o Programa de Renda Mínima em diversos países.

Alguns países foram precursores deste modelo de transferência de renda. Como por exemplo a Dinamarca (1933) onde a divisão era igualitária o Estado e as instâncias subnacionais dividiam meio a meio o financiamento do programa (GODOY, 2004; MEIRA; SANTOS, 2013; CUNHA 2019)

Embora houvesse países precursores como citado, o debate sobre renda mínima foi reavivado no pós-guerra na Inglaterra e nos Estados Unidos, período em que se iniciou uma discussão referente a oportunidade de se garantir uma renda mínima às famílias, que sobreviveram vivendo abaixo da linha da pobreza (MARTINS, 2011; MEIRA; SANTOS, 2013).

Gradativamente, como mostram Diniz, (2007), Lavinias e Varsano (1997) e Martins (2011) surgem experiências localizadas e até mesmos nacionais, de modo geral os programas de transferência de renda possuem características semelhantes, existem e existiram modelos distintos de coparticipação entre as esferas do governo. Na Inglaterra (1948), Irlanda e Luxemburgo (1977), o estado financiava todo o auxílio, na Holanda (1963) 70% do financiamento derivava do governo central e 30% dos municípios. Na Alemanha (1961), o responsável era o governo federal, mas quem aplicava e financiava eram os municípios de acordo com o princípio de subsidiariedade, existente na constituição.

Em meados dos anos 60 os EUA estudaram a possibilidade de introdução de um imposto de renda negativo como mostra os trabalhos de Lavinias e Varsano (1997) e Suplicy e Neto (2009), que garantiria uma renda mínima a cada família ou cidadão. Em 1969, surgiu o Plano de Assistência Familiar, pensado por Daniel Patrick Moynihan, que pagaria a cada família 50% do valor da diferença entre a renda da mesma e o valor de US \$3.900 anuais (renda considerada

suficiente para manter uma família na época). Era garantido a cada família que se enquadrasse neste grupo, no mínimo US \$1 600 de renda anual. A lei passou por algumas discordâncias do senado, mas em 1975 foi aprovada.

De início era um auxílio para os trabalhadores sustentarem seus filhos como relatam Suplicy e Neto (2009) e Suplicy e Buarque (1997) e tal valor era descontado da seguridade social, após 1993 ganhou maior dimensão quando o governo Bill Clinton acrescentou como obrigatoriedade do projeto que toda família de baixa renda recebesse uma ajuda financeira, suficiente para que sua renda estivesse acima do patamar de pobreza. O EITC (PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA DOS EUA) se tornou o maior programa social do orçamento do governo dos EUA, beneficiando 15 milhões de famílias.

No México também houve adoção de medidas em favor do combate à pobreza, o foco destas medidas eram: apoios educativos e apoios de suplementação alimentar, regido por condicionalidades impostas aos beneficiários. Uma dessas medidas foi o Programa Progresá, programa nacional de alimentação, educação e saúde que visava melhorar as condições de vida das famílias pobres (ORDÓÑEZ-BARBA; HERNÁNDEZ, 2019).

Attanasio *et al.* (2005) e Skoufias *et al.* (2001) evidenciam que o programa concedia auxílio financeiro por criança na modalidade de bolsas de estudos mensais aos alunos da terceira série do ensino fundamental e médio, com o intuito de complementar o apoio a saúde e educação da família. A essência do Progresá era formular uma resposta integral na reversão das carências que afligem a população vivendo em uma situação de extrema pobreza (TOMMASI, 2019.).

As maneiras como adota-se um programa de renda mínima garantida são diversas, segundo Godoy (2004), Lavina e Varsano, (1997) e Suplicy e Buarque (1997) e mudam de acordo com o país que está adotando a mesma. Tudo vai de acordo com a necessidade do país, seu ponto de vista, suas limitações, população alvo, quais condições de acesso, tipo de abordagem, perfil dos beneficiários, valor recebido, prazo de recebimento, quem financia (esfera municipal, federal).

Embora cada país pense no programa de renda mínima de acordo com suas necessidades existem semelhança entre todos eles. **a)** o programa deve ser universal garantido a todos que precisam de auxílio em decorrência de insuficiência de renda; **b)** deve ser um direito subjetivo, baseado na demanda do próprio interessado; **c)** ser um direito condicional, pois serão impostas contrapartidas; e **d)** ser um direito subsidiário (LAVINA; VARSANO, 1997; GODOY, 2004; MARTINS, 2011).

Existem dois tipos de incondicionalidades que não conversam entre si, relatam Godoy (2004), Lavinias e Varsano (1997) e Martins (2011), a “incondicionalidade forte” que defende a distribuição de uma renda de subsistência ou renda de cidadania universal. Esta incondicionalidade estabelece um valor mínimo de renda disponível a todo agente econômico sem a exigência de uma contrapartida, tal ideia propõe uma renda de subsistência para todos, sem distinção e sem condicionalidades. A “incondicionalidade débil”, defende um imposto negativo para uma parcela da população a qual não possui o mínimo para viver dignamente. Estas duas ideias contrariam a generalização do *workfare*.

Workfare é um termo que significa que todo indivíduo disponível e apto a trabalhar, de acordo com Lavinias e Varsano (1997) e terá que o fazer ou empreender em alguma atividade para obter qualificação profissional desta forma poderão trabalhar para ter direito a renda mínima se não aceitarem ir em busca de qualificação ou emprego, serão obrigados a aceitar um emprego público em troca do auxílio.

Como visto anteriormente, a ideia do programa de transferência mínima de renda é algo antigo com base igual para todos os países, mas com particularidades específicas a cada um, embora o programa receba críticas, funciona de maneira assertiva quando se trata de diminuir desigualdade e elevar o acesso a direitos básicos, sendo financiados em geral pelas três esferas do governo.

Em décadas diferentes, Celso Furtado (1968) e Suplicy e Buarque (1997) já observavam que no Brasil havia a necessidade de algum tipo de planejamento para redistribuição da renda. E a partir disso o país obtería um perfil mais saudável de desenvolvimento. Silveira (1975) propôs a ideia de imposto de renda negativo como uma maneira de erradicar a pobreza.

Com o advento da instituição da Seguridade Social na Constituição brasileira de 1988, composta da Política de Saúde, da Previdência Social e da Política de Assistência Social, significou uma conquista no âmbito da proteção social. Permitindo que a Assistência Social se transformasse em uma política de direito, rompendo com a cultura do favor, neste contexto em 1991 surge na agenda pública o debate sobre Programas de Transferência de Renda (SILVA, 2007; VAITSMAN *et al*, 2009).

O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi visto como um instrumento importantíssimo capaz de superar a *crise de sobreacumulação* que impossibilitou o crescimento da economia brasileira. Foi sugerida uma proposta do então governador do DF, que garantia um salário-mínimo mensal a cada família pobre (conceito de pobreza definido na época), que

fosse residente no DF há, pelo menos, cinco anos, que tivesse em sua composição, crianças de sete a quatorze anos, frequentando a escola pública (FONSECA; ROQUETE, 2018; SILVA, 2007; CUNHA, 2019).

Eduardo Suplicy, enviou ao Senado em abril de 1991, a proposta do PGRM no Brasil na forma de um Imposto de Renda Negativo. No texto, toda pessoa com 25 anos ou com renda mensal abaixo do nível de pobreza estabelecido para época, receberia um complemento de renda igual a 30% da diferença entre o valor estabelecido na proposta como nível de pobreza e a sua renda. No decorrer dos anos, de acordo com a disponibilidade de recursos, o governo poderia aumentar esta taxa para 50%, o aumento seria de forma gradativa (LAVINAS; VARSANO, 1997; SALGADO, 2020.; SILVA, 2007).

No primeiro ano, os indivíduos com 60 anos ou mais seriam incluídos no PGRM como explicam Cunha (2019), Lavinias e Varsano (1997), no segundo ano, as pessoas com 55 anos ou mais; e assim por diante até que todas as pessoas com 25 anos ou mais seriam beneficiários do programa. O PGRM seria financiado com recursos federais, substituindo outros programas que não atingiram o objetivo principal de erradicar a pobreza, o projeto foi aprovado no Senado em 6 de dezembro de 1991, mas ficou guardado na câmara por 5 anos, já haviam projetos semelhantes em andamento.

Em 1995, foi implementado o Bolsa-Escola ou Bolsa Educação no Distrito Federal, as famílias pobres tinham direito a receber um salário-mínimo, desde que seus filhos frequentem a 90% das aulas na escola pública, com o intuito de criar condições para que seus filhos pudessem frequentar a escola sem precisar trabalhar. Vale destacar, que em 1995 haviam 3,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade que trabalhavam em áreas rurais ou urbanas (LAVINAS; BARBOSA, 2000; SILVA, 2007; SCHWARTZMAN, 2006).

As crianças trabalhavam cedo para ajudar na renda e casa pois seus pais não tinham condições financeiras de sustentá-los como reforçam Custódio (2018), Schwartzman (2006) e Silva (2007), e chegando na idade adulta essas crianças não tinham capital humano suficiente para ingressar no mercado de trabalho em vagas mais bem remuneradas. O que romperia com tal realidade seria oferecer um complemento de renda a estas famílias, com a condição de que as crianças frequentassem a escola.

Para complementar este programa o Distrito Federal implementou o “Poupança Escola”, que garantia a todo estudante, de família já beneficiária do programa Bolsa-Escola ou Bolsa Educação, um salário-mínimo por ano que era depositado em uma poupança especial em nome

do aluno, mas os saques eram feitos sob algumas condições (AGUIAR; ARAUJO, 2003; CAMPOS, 2003).

Se o aluno repetisse o ano duas vezes consecutivas, ele perdia a poupança e o dinheiro voltava para o governo. As condições de saque eram: saque da metade do valor depositado, quando concluísse a quarta série (atualmente 5º ano); após haver completado a oitava série (atualmente 9º ano), a outra metade poderia ser sacada, ou após a conclusão do ensino médio, ele poderia sacar todo o valor creditados em sua conta. Desta forma o aluno era encorajado a continuar estudando, reforçam os autores.

No mesmo ano em Campinas, também foi implementado o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) pela Lei Municipal n.º 8261, de 06/01/95, e implantado em março de 1995. Entre os anos 80 e 90 a economia entrou em recessão e 7,4% da população em 1994 foi classificada como miserável enquanto que a proporção de pessoas pobres passou para 37,9%. Com a entrada do PGRFM as famílias com crianças de até 14 anos e renda mensal menor que meio salário-mínimo *per capita* tinham o direito de receber um complemento de renda, o complemento obrigatoriamente deveria ser o valor de meio salário-mínimo vezes o número de membros da família (VAITSMAN *et al.*, 2009; CUNHA, 2019)

Como apontam Silva (2007) e Suplicy e Neto (2009) o programa foi adotado na cidade de Campinas, foram beneficiadas as famílias residentes na cidade há, pelo menos, dois anos e com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 35,00. O benefício era equivalente à diferença entre o rendimento total familiar e o total da multiplicação do número de membros da família por R\$ 35,00.

Godoy (2004), Lavinias (1998) e Suplicy e Buarque (1997) salientam sobre as condicionalidades, neste programa, os filhos de até seis anos deveriam ser levados pelos pais aos postos públicos de saúde para avaliações nutricionais, as crianças deveriam ir à escola assiduamente (aqui inda não era estabelecido o nível de frequência). O responsável pelas crianças obrigatoriamente deveria frequentar uma reunião mensal com assistentes sociais e psicólogos, para discutir sobre a renda recebida e a melhor maneira de usá-la no seu planejamento familiar. Os dois programas iniciaram em 1995, sua viabilidade influenciou em outros estados os quais empregaram esforços para a sua adoção.

Um dado importante explanado por Fonseca, (2018) e Suplicy e Buarque (1997), foi que o programa atingiu 2.700 famílias, projetos programas de garantia de renda foram sendo implementados pelo Brasil aos poucos, em 1997 foi iniciado em outras 16 cidades, entre elas

Salvador (BA), Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, Santo André (SP), Vitória (ES), Boa Vista (RR), Londrina (PR), Belo Horizonte (MG).

Surgiram outros programas na década de 90, como mostram Soares *et al.*, (2006) que já na implementação abrangiam o Brasil como todo. Em 1996 começou a ser implementado o BPC passando por diversas mudanças ao longo dos anos, Benefício de Prestação Continuada, trata-se de uma transferência de renda sem condicionalidades e independia se o beneficiário foi contribuinte ou não do INSS, o grupo que estava apto para receber esta transferência eram idosos a partir dos 65 anos e pessoas com deficiência comprovadamente não aptas ao trabalho através de perícia médica.

Além disto, para se enquadrar no grupo de beneficiários, o indivíduo deveria ter renda familiar *per capita* abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo (R\$65,00 em 2004). O objetivo do BPC era diminuir a situação de extrema pobreza do país. O valor recebido era de um salário-mínimo (R\$ 260,00), o auxílio poderia ser cancelado caso a família não estivesse mais dentro o grupo de extrema pobreza, em 2015 alcançou cerca de 4 milhões de pessoas (SOARES *et al.*, 2006; VAITSMAN; LOBATO, 2017).

No mesmo ano foi criado o PETI: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, tinha por objetivo distribuir renda para famílias com crianças entre 7 e 15 anos, que trabalhassem, com risco de trabalharem ou em atividades perigosas e que prejudicasse a saúde das crianças. Os estados com alta incidência de trabalho infantil iniciaram o programa, a família participante comprometia-se a inserir as crianças menores de 16 anos na escola com 75% de presença e recebiam R\$ 25,00 por criança nas áreas rurais e R\$ 40,00 nas áreas urbanas (DIAS, 2020; GUIMARÃES *et al.*, 2009; CAMPOS, 2003).

Em 2001 foi implementado o Bolsa-Escola em todo País, os beneficiários seriam especificamente crianças entre 6 e 15 anos de idades que estavam inseridas em famílias com uma renda *per capita* até R\$90,00. O valor recebido pelas famílias variava com a quantidade de crianças, R\$15,00 por criança, mas só era permitido receber o valor para até três filhos. Condicionalmente os pais se comprometiam a zelar pelo acompanhamento escolar das crianças com a exigência de 85% de presença nas aulas (AGUIAR; ARAUJO, 2003; LAVINAS; BARBOSA, 2000; CAMPOS, 2003).

Em sequência Campos (2003) e Santos *et al.* (2011) abordam que no mesmo ano em setembro foi criado o Bolsa-Alimentação, o objetivo do mesmo era o combate à mortalidade infantil em famílias com renda *per capita* mensal de  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo (R\$ 130 em 2004). O

valor a ser repassado para as famílias era de R\$15,00 por criança entre 0 e 6 anos ou mulher grávida e o limite de benefício era de no máximo três crianças. A condicionalidade deste era a atenção com a saúde das crianças e grávidas, a família era responsável pelo acompanhamento do cartão de vacinação das crianças, e do pré natal das grávidas que habitavam no domicílio, os beneficiários deveriam fazer visitas regulares aos postos de saúde.

Em dezembro de 2011 foi implementado o Auxílio-Gás como relatam Segall Corrêa *et al.* (2008), Soares *et al.* (2006), o programa funcionava como subsídio para a compra do gás de cozinha. As famílias que se enquadravam no programa deveriam ter uma renda familiar *per capita* de no máximo R\$ 90,00 (neste cálculo não entram outros programas de transferência de renda ou de benefícios trabalhistas, como o seguro-desemprego). Diferente dos programas citados anteriormente, este não exigia condicionalidades à família. O valor do benefício era de R\$ 7,50 por mês, pagos bimestralmente.

Em 2003 foi criado o Cartão-Alimentação do Fome Zero, o objetivo deste programa era tirar pessoas da situação de insegurança alimentar enquanto outras medidas eram providenciadas pelo estado, serviu como paliativo. A família com renda *per capita* menor que metade de um salário-mínimo recebia uma transferência de R\$ 50,00 por 6 meses podendo ser prorrogados por 18 meses de acordo com a necessidade da família beneficiária (SANTOS *et al.*, 2011; SOARES *et al.*, 2006).

Quadro 1- Programas de Transferência de Renda no Brasil

<b>Programa</b>	<b>Local e Ano de implementação</b>	<b>Público alvo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Valor recebido</b>
Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)	Campinas – 1995	Famílias que possuíam crianças com até 14 anos de idade e residiam em Campinas há, pelo menos, dois anos, a partir da data de promulgação da lei do projeto.	Buscava atender famílias em estado de extrema pobreza e com filhos em situação de risco.	Multiplicar o número de membros da família por R\$ 35,00.
Bolsa-Escola ou Bolsa Educação	Distrito Federal-1995	Famílias pobres do Distrito Federal, com crianças de 7 a 14 anos de idade.	Desencorajar o trabalho infantil.	Um salário-mínimo mensal.
Poupança Escola	Distrito Federal-1995	Família já beneficiária do programa Bolsa-Escola no DF	incentivar os alunos a permanecerem na escola porque a sua desistência.	Um salário-mínimo por ano.
BPC-Benefício de Prestação Continuada	Brasil-1996	Idosos a partir dos 65 anos e pessoas com deficiência.	Diminuir a situação de extrema pobreza do país	Um salário-mínimo mensal.
PETI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil,	Brasil-1996	Famílias pobres possuísse como integrantes crianças de 7 a 15 anos.	Transferir renda para famílias com crianças entre 7 e 15 anos, que trabalhassem.	R\$ 25,00 por criança nas áreas rurais e R\$ 40,00 nas áreas urbanas.
Bolsa-Escola	Brasil-2001	Crianças entre 6 e 15 anos de idades que estavam inseridas em famílias com uma renda <i>per capita</i> até R\$ 90,00.	Incentivar a demanda por educação formal e aliviar a pobreza corrente.	R\$15,00 por criança.
Auxílio-Gás	Brasil-2001	Famílias com uma renda familiar <i>per capita</i> de no máximo R\$ 90,00	Subsídio para a compra do gás de cozinha.	7,50 por mês, pagos bimestralmente.
Bolsa-Alimentação	Brasil-2003	Famílias com renda <i>per capita</i> mensal de ½ salário-mínimo	renda <i>per capita</i> mensal de ½ salário-mínimo (R\$ 130 em 2004).	R\$15,00 por criança entre 0 e 6 anos ou mulher grávida.
Cartão-Alimentação do Fome Zero	Brasil-2003	Família com renda per capita menor que metade de um salário-mínimo	Tirar pessoas da situação de insegurança alimentar.	Transferência de R\$ 50,00 por 6 meses a 18 meses.
Bolsa-Família	Brasil-2004	Família com renda per capita até R\$ 210	propiciar o alívio imediato da pobreza e desta forma romper com o ciclo intergeracional da pobreza.	Transferência R\$ 105,00 mais variações por criança
Auxilio brasil	Brasil-2021	Família com renda per capita até R\$ 210	Emancipar as famílias	R\$ 400,00 por família

Fonte: A Autora (2021)

## 2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Diante do exposto por Saraiva *et al* (2020), Osório *et al.* (2019), a implementação desses programas de transferência de renda mínima, implementados no Brasil geraram algum tipo de ineficiência, sendo prejudicial para a focalização dos benefícios até então concedidos a população, por isto era necessária alguma ação para atender de forma mais eficiente a população. Para resolver tal situação em 2003 foi criado O Bolsa família, através da Medida Provisória no 132, convertida na Lei no 10.836, de janeiro de 2004, veio para unificar estes programas e consolidar o CadÚnico criado em 2001, o mesmo surgiu com o intuito de cadastrar toda a população de baixa renda do Brasil.

O Bolsa Família foi criado com o intuito de propiciar o alívio imediato da pobreza e desta forma romper com o ciclo intergeracional da pobreza. Para tal, foram pensadas condicionalidades para o cidadão ter direito continuado ao benefício, tais condicionalidades substanciam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação. Estes direitos propiciam o combate à pobreza de gerações futuras através de investimento no desenvolvimento de capital humano (CIRENO *et al.*, 2013; COSTANZI; FAGUNDES, 2003; SCHWARZER, 2013).

Tratando sobre as condicionalidades Craveiro e Ximenes (2013), Júnior *et al.* (2013), explicam que: as famílias beneficiárias eram responsáveis por matricular as crianças a partir de seis anos e os adolescentes até dezessete anos na escola e garantir a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% de jovens de 16 e 17 anos. As mesmas famílias deveriam frequentar periodicamente as unidades municipais de saúde, para controle de saúde e nutricional de gestantes, nutrizes e crianças menores de sete anos que existiam na família.

Outra exigência do programa ao beneficiário era a participação das atividades de educação alimentar oferecidas no município por órgãos dos governos Federal, estadual e/ou municipal. Para que todas essas atividades fossem cumpridas o governo teria a obrigação de oferecer tais serviços à população, sendo ela beneficiária ou não, estes são serviços básicos garantidos pela legislação ao povo (SANTOS *et al.*, 2013; CARVALHO, 2020).

O responsável pelo Bolsa Família era, de início, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foi criada a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) aprovada pelo decreto 5.074 de maio de 2004, de acordo com Barbosa e Corseuil, (2014), Lorenzo

(2013), Saraiva *et al* (2020), cabia a SENARC estabelecer normas para o funcionamento e execução do programa, estabelecer os valores do benefício, conversar com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas, traçar metas, calcular o orçamento anual, instituir as quotas por município, acordar parcerias com os estados e com outros órgãos do governo federal, acompanhar o andamento do programa em geral e fazer avaliações regulares do PBF, avaliar cada inscrito para concessão ou não do benefício, definir o questionário do Cadastro Único e os critérios para suspensão e possíveis corte dos valores, resumindo a SENARC conduzia o PBF em âmbito nacional (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social).

Sobre o início do programa Soares e Sátyro (2009) e Souza *et al.* (2019), relatam que em 2003 o Bolsa Família adotou duas linhas de elegibilidade, a de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas com benefícios distintos, os benefícios variavam de acordo com a renda familiar *per capita* e com a composição do lar. Famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 0,00 e R\$ 50,00 (extremamente pobres) recebiam uma transferência de R\$ 50,00 e suas variações (R\$15,00), independentemente de sua composição. Famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 (pobres) apenas eram elegíveis para receber somente a variação do benefício (R\$15,00) se elas tiverem crianças entre 0 e 15 anos e/ou uma mulher grávida.

Os lares caracterizados em situação de extrema pobreza com crianças, gestantes e nutrizes recebiam além do benefício básico de R\$ 50,00, um valor adicional variável de R\$ 15,00, o valor máximo era 45,00 reais ou 3 variações podendo chegar as 95,00 de benefício, o valor foi aumentando de acordo com a variação do salário-mínimo e da determinação do governo federal. A família pobre que tinha como integrantes crianças até 15 anos de idade e mulher grávida, recebiam apenas as variações, variação de R\$ 15,00, o limite era de até três variações por família podendo chegar até 45,00 reais (COSTANZI; FAGUNDES, 2003; SILVA, 2007; TEIXEIRA, 2003).

De acordo com o Ministério da Cidadania, a última atualização do benéfico em 2020 foi de que famílias que tivessem renda per capita abaixo de 105,00 reais eram caracterizadas como famílias em extrema pobreza e famílias com renda per capita até 210,00 eram famílias pobres. As famílias extremamente pobres recebiam 105,00 reais mais as variações do benefício e as famílias pobres recebiam apenas as variações do benefício se na composição houver crianças, adolescentes e gestantes. O valor da variação era de 45,00 por integrantes, podendo ser até 5 variações por família.

Como foi trazido por Lindert *et al.* (2007) e Soares e Sátyro (2009) quando um integrante da família beneficiária começava a receber um benefício previdenciário ou assistencial ou começava a trabalhar de carteira assinada a renda *per capita* da família mudava e se neste contexto esta renda estivesse acima dos limites do PBF, a família e o município onde reside seriam comunicados desta nova situação após tal informação esperava-se um mês e o benefício era bloqueado.

A família devia continuar atualizando seu cadastro no CadÚnico e se voltasse a ser elegível ao programa o benefício seria desbloqueado, mas se a família permanecesse com a renda acima do exigido para ser beneficiária do programa o benefício seria cancelado. Ao “melhorar de vida” muitas famílias beneficiárias solicitaram a suspensão do benefício. De acordo com o Sistema de Benefícios ao Cidadão, em 2008, 44 mil famílias solicitaram o cancelamento do auxílio de livre e espontânea vontade (SARAIVA *et al.*, 2020).

O Brasil é um país de imensa extensão territorial com 5.560 municípios segundo Rua (2007), Silveira (2010) e Weissheimer (2006), isto torna a implementação de qualquer programa social, em escala nacional, complexa. Deste modo, foi necessário analisar as responsabilidades de cada atribuição do programa, ao Governo Federal cabe o financiamento do benefício, definir e aplicar a legalidade técnica do mesmo, definir qual a cobertura e expansão em cada estado/município, transferir recursos de apoio a gestão local, contratar e monitorar a atuação de agentes executores (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

O agente executor do PBF era a Caixa Econômica Federal (CEF), sobre as atribuições da CEF Barbosa e Corseuil (2014), Santos *et al.* (2013) explicam que, a Caixa Econômica recebia e processava as informações do CadÚnico enviadas pelos municípios, calculava a renda *per capita* por família e deste modo o valor que cada família recebia, tudo com base nos critérios estabelecidos pela SENARC, emitia cartões magnéticos para pagamento do benefício e pagava o mesmo mensalmente.

Existia uma exceção quanto ao trabalho da CEF, trata-se de grupos demográficos específicos, que são pessoas em situação de rua, quilombolas e indígenas, a concessão de tais benefícios era tratada diretamente pela SENARC, eram analisados em caráter de emergência passando à frente de outras famílias elegíveis, mas estes são minoria e mesmo assim precisam realizar o cadastro (NERI, 2003).

Os municípios tinham um papel de extrema importância na execução do PBF como mostram Betioli e Pastor (2016), Mendes *et al.* (2009), pois tinham a relação direta com as

famílias que são elegíveis e efetivamente beneficiárias. O governo municipal delegava um gestor do Programa Bolsa Família e oferecia as condições adequadas para que o cadastro da população em situação de pobreza e extrema pobreza fosse efetuado e enviado ao Governo Federal.

O mesmo gestor orientava a população sobre o programa e operacionalizava o CadÚnico no município como explana Oliveira *et al.* (2019), cabia ao município fiscalizar as famílias referente ao cumprimento das condicionalidades e desenvolver ações que tinham como objetivo inserir socialmente essas famílias beneficiárias.

De acordo com Lindert *et al.* (2007), Soares (2003) e Valduga e Ferreira (2016), a partir de 2005 o modelo de gestão descentralizada do Bolsa Família foi aprimorado, com a adesão do CadÚnico e a criação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) e o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E) que fortaleciam a interação entre governo federal, estadual e municipal, desta forma o acompanhamento das condicionalidades evoluiu consideravelmente, dando um salto de qualidade.

Em 2006 o governo federal passou a apoiar financeiramente a estrutura administrativa dos municípios, a partir de repasse para as prefeituras, relatam Carmo (2016), Paiva *et al.* (2013) e Soares e Sátyro (2009), o apoio foi desenvolvido da seguinte maneira: era repassado um valor máximo de R\$ 2,50 por família beneficiária do PBF, e multiplicado pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que é a média simples de quatro porcentagens:

- i) famílias com informações cadastradas coerentes e completas no CadÚnico com renda de até meio salário-mínimo;
- ii) famílias com atualização cadastral do CadÚnico efetuada há menos de dois anos e com renda de até meio salário-mínimo no Cadastro Único;
- iii) informações educacionais completas das crianças que compõe as famílias beneficiárias no CadÚnico;
- iv) informações das contrapartidas de saúde completas de todos integrantes da família beneficiária no CadÚnico.

Observa-se, assim, que 50% do IGD era a respeito à focalização e à cobertura do programa, e a outra metade a respeito do acompanhamento das condicionalidades. Os Ministérios setoriais têm importância fundamental na verificação das contrapartidas (SOARES E SÁTYRO, 2009).

Muitos municípios perdiam recursos quando deixavam de efetuar cadastros, acompanhar as condicionalidades e dá suporte para que as famílias pudessem ter acesso às mesmas. As secretarias municipais de saúde e educação envolvidas no programa prestavam conta a suas contrapartes no governo Federal, ou seja, ao Ministério da educação e Ministério da saúde e estes repassam as informações ao Ministério da Cidadania. Desta forma, a integração do PBF com as políticas educacionais e de saúde era facilitada, garantido que a funcionalidade do programa fosse mais fluida e dinâmica (LINDERT *et al.*, 2007; SOARES; SÁTYRO, 2009).

A conexão estreita intersetorial a partir das condicionalidades entre diferentes Ministérios, Secretarias de Estado e Secretarias municipais permitia a informação de quantas famílias de baixa renda enfrentavam dificuldades diversas que estão além de acesso educação e saúde, também era possível identificar outras dificuldades, como, por exemplo, manter seus filhos na escola (CAMPELLO, 2013; JÚNIOR *et al.*, 2013; COHN, 2010).

O PBF não foi considerado um direito, Silva e Tavares (2013) e Soares e Sátyro (2009) reforçam que o Bolsa foi um programa com orçamento definido, encontra-se explicitamente condicionado às possibilidades orçamentárias. Segundo a lei que cria o PBF: “O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes” (Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, artigo 6, parágrafo único). Se a dotação destinada ao PBF fosse usada por completo, nenhuma família a mais seria beneficiada até que houvesse mais recursos. Se um grupo/família estivesse elegível de acordo com os critérios do programa já citados acima e não recebesse, tornava-se um grupo elegível não coberto.

O Bolsa Família era conduzido a partir da combinação de quatro filtros, de início a família fazia o cadastro no CadÚnico declarando a renda, em seguida o governo federal efetuava o cruzamento dos dados para a validação do cadastro, feito isto o nome do beneficiário era enviado ao município de origem do cadastro para o mesmo analisar a possibilidade de concessão a partir das cotas municipais. Se aquele município já atingiu a cota, as próximas concessões seriam menos frequentes gerando pressão para que o município melhore sua focalização (PAIVA *et al.*, 2020; SOUZA *et al.*, 2019).

O benefício do PBF foi caracterizado como um quase direito por Cohn (2010), Rabelo *et al.*, (2013), sendo quase direito ou não, quando um programa é caracterizado por um orçamento definido e custos explícitos, a definição de metas é necessária para o funcionamento, a meta inicial do programa em 2003 foi atingir 11,2 milhões de famílias. Em 2009, mediante a

crise internacional e a possíveis famílias elegíveis e não cobertas, o governo federal resolveu aumentar gradativamente no decorrer daquele ano a cobertura do PBF para uma meta de 13,7 milhões de famílias.

Foi decidido aumentar o número de beneficiários gradualmente até atingir 11 milhões como mostrado por Rocha (2011) e Souza *et al.* (2019), o número de beneficiários aumentou de forma significativa chegando a 11 milhões de famílias no final de 2006. Em compensação durante os anos de 2007 e 2008, o programa não cobriu nenhuma família a mais, eram incluídas novas famílias quando outras saíram por não atenderem os critérios ou por solicitação das próprias. Com este número de famílias beneficiadas, o PBF chegou a ser uma das maiores políticas sociais brasileiras em número de beneficiários.

Em 2020 o número de beneficiários chegou a 14,28 milhões segundo o Ministério da Cidadania. Superado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que cobre toda a população brasileira, a educação básica pública com 43,7 milhões de alunos em 2020, de acordo com o MEC. Surge mais um benefício variável em 2007, o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), as famílias que possuíam jovens entre 16 e 17 anos recebiam a variação com o limite de dois por família. Desta forma, o programa foi expandindo, confirmando que o Bolsa Família foi o programa de maior cobertura na rede de proteção social brasileira (ALVES e CAVENAGHI, 2013; CAMARGO *et al.*, 2013).

Em 2013, foi proposta uma nova variação, o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP). Trata-se de um benefício que como o nome já diz ajudava a família a superar a extrema pobreza transferindo uma renda calculada a partir da renda familiar de maneira que esta transferência somada a renda mensal dessa família superasse o nível de extrema pobreza (o nível de extrema pobreza era calculado pelo programa e varia de acordo com o salário-mínimo) (ALVES; CAVENAGHI, 2013; PAIVA *et al.*, 2020).

O Programa Bolsa Família teve uma focalização muito eficiente, afirma Souza (2019), mesmo que os valores das transferências não fossem tão altos, mas contribuíram de forma significativa na vida do beneficiário, os efeitos do programa foram maiores para a linha de pobreza mais baixa. Além disso, a focalização do programa foi melhor nas regiões mais pobres do Brasil. Em 2018, a região Nordeste, possuía o maior número de beneficiários e a mesma região é a que tinha a melhor focalização do PBF. O Sudeste era a segunda região com maior número de beneficiários (PAIVA *et al.*, 2020; SOUZA *et al.*, 2011).

O Programa Bolsa Família reduziu a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho como demonstram Farias *et al.* (2019), tal efeito é maior na zona urbana. Também foi constatado que o programa teve efeito positivo na decisão de horas trabalhadas, visto que uma vez que a criança que já estava inserida no mercado de trabalho a renda social não era suficiente para reduzir tal participação no mesmo.

Desde a consolidação o Bolsa Família reduziu a pobreza e a extrema pobreza entre 1 % e 1,5 %, segundo Souza *et al.* (2011) o que representou em 2017 um declínio de 15% no número de pessoas pobres e 25% no número de extremamente pobres. Sendo assim, as transferências do PBF retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza. O Programa garantiu boa focalização entre os 20% mais pobres do país, e essa cobertura foi se intensificando ao longo do tempo, chegando a atingir 60% desse grupo, tornando-se o benefício monetário mais bem focalizado do Brasil. A parcela da população considerada mais pobre antes das transferências do PBF recebia cerca de 70% dos recursos do programa em 2019.

Uma curiosidade que chamou atenção para o programa está no trabalho de Machado *et al.* (2022) ele mostra que o PBF foi associado a menores taxa de suicídio entre 2004 e 2015, o autor tratou os beneficiários e não beneficiários do CadÚnico até suas mortes e concluiu que a taxa de morte por suicídio reduziu neste grupo, esta descoberta pode servir para os formuladores de políticas públicas trabalharem para melhor prevenção ao suicídio, os programas de transferência de renda são importantes para prevenção deste tipo de morte que em geral aumenta com recessão econômica.

### 2.3 SUPORTE DO BOLSA FAMÍLIA: CADÚNICO E SUAS

Sobre a importância do suporte ao PBF, Colin *et al.* (2013) e Weissheimer (2006) destacam que o surgimento do PBF, do CadÚnico e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) contribuíram para consolidação de um modelo brasileiro de proteção social. Tal modelo possibilita acesso à renda, serviços e oportunidades socioassistenciais. Amplia e facilita o acesso a conhecimento de direitos e oportunidades a população de baixa renda, também viabiliza o enfrentamento das situações de pobreza e de desigualdades em suas multidimensionalidades, materializando melhores condições de vida a essas pessoas.

O SUAS é um processo de institucionalização de regras ao longo do tempo, baseado em diferentes tipos de normas, uma delas é especificar a atuação de cada agente subnacional na provisão dos serviços que gerem as formas de repasse dos recursos e especificam os serviços

socioassistenciais, implementado em 2005 (BICHIR *et al.*, 2020; CARDOSO; VASCONCELOS, 2014).

O Sistema Único de Assistência Social procura associar a gestão estratégica da política social às tecnologias de informação, com o intuito de apurar informações fundamentais para selecionar os melhores processos e estimular os procedimentos de modo que facilite as decisões tomadas e o controle público e social de toda a operação que envolve a política social. Para isto a gestão deve permitir análises qualificadas através do sistema nacional de avaliação e monitoramento integrado a agenda de gestão social, expandindo e consolidando assim a rede de serviços sociais e programas de proteção social (ASSIS; FERREIRA, 2010; VAITSMAN *et al.*, 2009).

O fato do SUAS ser descentralizado e participativo nos modelos de um sistema único e unificador da política de assistência social em todo o território nacional, articula as três esferas de governo. Para tanto, tornou-se necessária a organização do sistema nacional de informação do Suas cuja responsabilidade é do órgão gestor nacional em estreita parceria com estados, Distrito Federal e municípios (CAVALCANTE; RIBEIRO, 2012; SOUZA, 2009).

O CadÚnico foi criado em julho de 2001 contam Assis e Ferreira (2010) e Vieira (2009), com o objetivo de Cadastro Único para Programas Sociais, em suma é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias brasileiras com renda *per capita* mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; famílias com renda mensal total de até três salários-mínimos; ou famílias com renda menor que três salários-mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo, conforme o Ministério da Cidadania.

Por ser utilizado pelas três esferas do governo é mais fácil identificar potenciais beneficiários para os programas sociais, e favorece a melhor focalização, desta forma previne sobreposição de programas para uma mesma família. Quem efetua o cadastro, planeja, define as equipes, realizam as entrevistas com as famílias, atualiza os registros, monitora os beneficiários, decide sobre inclusão ou exclusão, se compromete com a qualidade e verdade das informações são os municípios para depois enviá-las ao governo federal (CAMARGO *et al.*, 2013; CAMPELLO, 2013).

O governo federal buscava unificar as informações dos programas sociais em um único banco de dados desde 2001, frisam Colin *et al.* (2013), Paiva, *et al.* (2013) e Vieira (2009), mas estas eram coletadas segundo critérios distintos, conduzidos pela lógica e interesses dos

programas até então existentes. Com a unificação desses programas em 2003 foi necessário unificar também as informações dos beneficiários em uma base nacional, o CadÚnico. Este tornou-se instrumento fundamental para identificar e localizar as famílias pobres viabilizando o planejamento de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais de forma coordenada.

Após esta nova concepção, em junho de 2007 foi publicado o Decreto no 6.135, que define todos os conceitos essenciais que garantem a qualidade no processo de cadastro, faz obrigatório o uso do cadastro único por todas as políticas públicas do governo voltadas a famílias de baixa renda, regula a política de acesso à informação preservando o sigilo e a ética para o uso das informações (ASSIS; FERREIRA, 2010; BARTHOLO; ARAÚJO, 2016; NERI, 2003).

O objetivo central do CadÚnico sempre foi selecionar famílias elegíveis para os programas de transferência de renda condicionada para que fosse garantido um alto grau de focalização afirmam Barros *et al.* (2009) e Campos *et al.* (2011), dentre estes a seleção dos beneficiários do PBF. Mas tal objetivo inicial não impede que o cadastro consista em um amplo leque de utilizações. O CadÚnico abrange toda a população pobre do país de maneira quase censitária e cadastral, os dados coletados como, por exemplo, nome e endereço, representam praticamente um censo da população mais pobre do país sendo possível, desta forma, ao governo prestar atendimento a estas famílias já que tem conhecimento da situação das mesmas através deste cadastro.

O Programa Bolsa Família usava as informações sobre renda do CadÚnico mas o mesmo possui ampla variedade de informações sobre as famílias cadastradas organizadas da seguinte maneira: *i*) vulnerabilidade – composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também sobre a presença de pessoas com necessidades especiais; *ii*) acesso a conhecimento; *iii*) acesso ao trabalho; *iv*) disponibilidade de recursos – renda e despesa familiar *per capita* e despesas com alimentação; *v*) desenvolvimento infantil; e *vi*) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos, como água, saneamento e energia elétrica) (CARVALHO, 2020).

A partir das informações cadastrais Paes *et al.* (2007) e Licio *et al.* (2015) afirmam que se pode melhorar a qualidade do CadÚnico, aperfeiçoando o sistema de seleção de beneficiários, com as informações do cadastro identificam-se prováveis inconsistências e com

o cruzamento das informações é possível identificar desvios, aprimorar e monitorar a sua qualidade.

Exatamente pelo fato da entrevista do CadÚnico obter muitas informações como salientam Assis e Ferreira (2010), Colin *et al.* (2013) e Farias (2019) é possível identificar famílias de baixa renda com carências específicas como, por exemplo, adultos analfabetos ou com baixa escolaridade, famílias sem trabalhadores formais, famílias com membros com necessidades especiais, famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, em sua composição com crianças e adolescentes recém-resgatados do trabalho infantil, de comunidades tradicionais, com beneficiários do BPC, e moradores de rua. Incluir essas famílias no CadÚnico é necessário e importante para que também tenham direito a serviços e benefícios quanto à assistência social. Sendo planejado e direcionado tal público a partir de suas particularidades e onde vivem.

A utilização do CadÚnico possui duas vantagens além de redução de custos, são elas: a unicidade do cadastro e a qualidade de um cadastro diretamente ligado ao seu uso, a primeira vantagem é indispensável para uma efetiva integração das intervenções sociais. Utilizar um único cadastro possibilita que uma mesma família tenha acesso simultâneo a um amplo conjunto de oportunidades e programas para superação da pobreza. A segunda vantagem mostra que quanto mais é utilizado o cadastro, maior a probabilidade de que suas deficiências sejam identificadas e corrigidas. Sendo assim, o uso do cadastro único reduz custos, integra e melhora as informações existentes nos programas sociais (BARROS *et al.*, 2009; FARIAS *et al.*, 2016; MOSTAFA, 2016).

Embora existam tantas vantagens o Cadastro Único, Nazareno *et al.* (2012) e Vieira (2009) chamam atenção para o fato de que estar suscetível a erros como qualquer projeto, é possível e factível que ocorram erros de inclusão e exclusão no cadastro. Por exemplo, se uma família fora do perfil é cadastrada omitindo a sua renda real, ocupa a vaga de outra família que realmente tem o perfil do programa a qual será prejudicada, gerando assim ineficiência da focalização. Existem também erros de exclusão, quando uma família que se enquadra totalmente no perfil e não é cadastrada perdendo um possível benefício social.

A inclusão de famílias no CadÚnico não garante que a mesma receba algum benefício do governo federal. Para que os possíveis erros sejam refugados, os municípios devem empenhar-se mais para identificar cada família e seu perfil. Considerando que as famílias mais carentes estão à margem das políticas públicas é necessário priorizar a busca pelas famílias mais

pobres pois estas são as pessoas que mais precisam e com menor acesso ao cadastro por falta de informação. Sendo assim, é fundamental que os municípios criem processos ativos de cadastramento, com metodologias específicas (ARAÚJO, 2016; SPOSATI, 2021).

O CadÚnico reúne um conjunto de informações essenciais ao planejamento da política de Assistência Social, explicam Colin *et al.* (2013) e Nazareno *et al.* (2012), este cadastro mapeia a realidade das famílias neles cadastradas e visualiza as vulnerabilidades, riscos pessoais e sociais. Desta forma, intermediado pela vigilância socioassistencial, realizam-se diagnósticos que financiam a territorialização do Suas, o aperfeiçoamento entre demandas e ofertas tornando uniforme o financiamento. Sendo assim, tem orientado a expansão do cofinanciamento federal, identificando as demandas e analisando as ofertas existentes, até a disponibilização de informações sobre as famílias que devem ser priorizadas na busca ativa e na inclusão em serviços e programas do Suas.

A partir de 2005, nota-se uma rápida expansão e qualificação dos dados do CadÚnico, sendo possível por causa do crescimento do número de famílias beneficiárias do Bolsa Família e pelo trabalho incessante de cadastro dos municípios. Esta rede foi tomando forma com a expansão dos programas de transferência de renda para a população de baixa renda nos últimos anos e tornou-se firme com os repasses de recursos financeiros, pela gestão federal (ARAÚJO, 2016; CARMO, 2016)

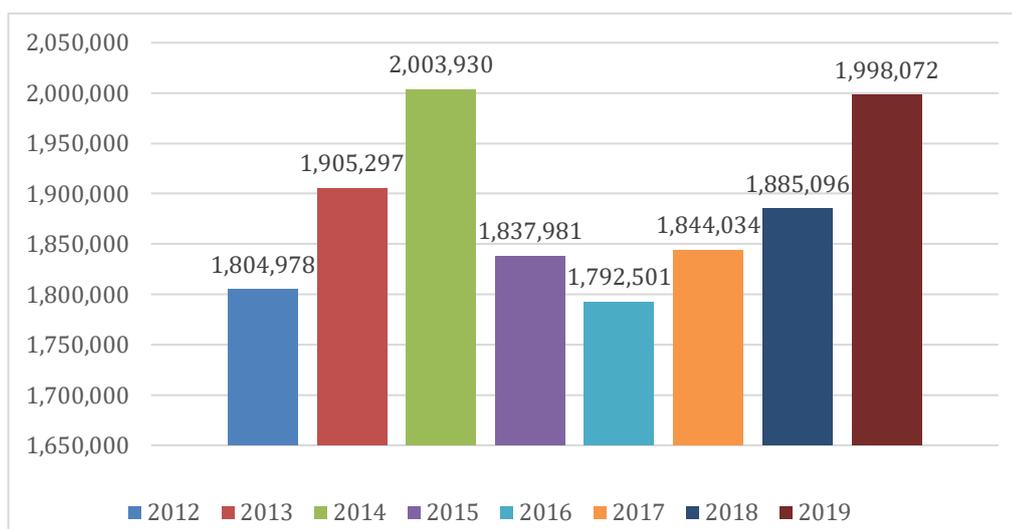
Referente à melhoria na qualidade das informações, Camargo *et al.* (2013), Souza (2011) e Sposati (2021) realçam que pode-se listar quatro fatores determinantes: novo instrumento de coleta de dados, através de formulário compatível com as pesquisas do IBGE; aprimoramento do sistema operacional de cadastro; implantação de um sistema que incentiva a atualização dos cadastros aos municípios com apoio financeiro do governo Federal; maior controle e qualidade dos dados recebido pelo SENARC a partir das informações disponibilizadas pela CEF.

Entre 2008 e 2010, foi desenvolvida a versão 7 (V7) do sistema do CadÚnico segundo Farias *et al.*, (2016) e Camargo *et al.* (2013), versão esta que possibilitou a entrada de dados a nível municipal para maior consistência a nível nacional, também foi desenvolvido um formulário para cadastro a partir de discussões com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras instituições que fazem uso das informações do CadÚnico. Em 2010, o CadÚnico já era composto por mais de 18 milhões de famílias cadastradas, passando a ser usado também por outros programas

focalizados na população de baixa renda como a Tarifa Social de Energia Elétrica (CAMARGO *et al.*, 2013).

O Gráfico 1 indica o número de famílias em Pernambuco inscritas no CadÚnico entre 2012 e 2019.

Gráfico 1– Famílias Inscritas no CadÚnico em Pernambuco 2012 – 2019



Fonte: A Autora

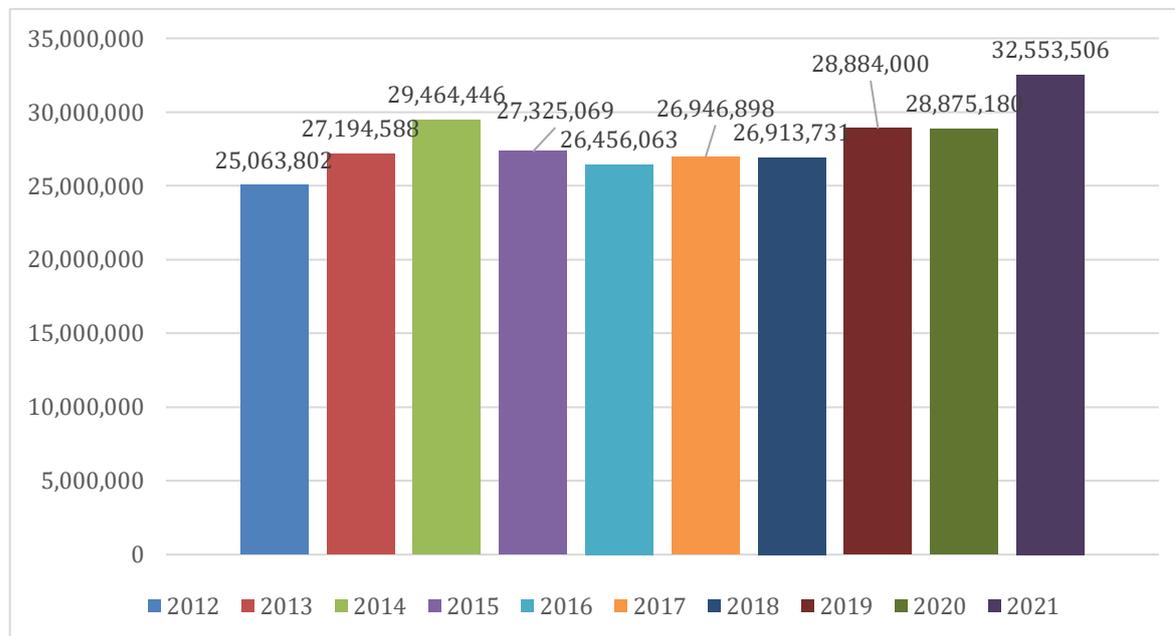
Nota: elaboração a partir da base do CadÚnico (2021)

O gráfico 1 mostra a dinâmica do número de famílias que estão dentro do cadastro único, o gráfico não mostra o número de famílias cadastrados no ano mas o número de famílias pertencentes ao cadastro naquele ano, pode-se observar que no ano de 2014 existiam mais de 2 milhões de famílias consideradas baixa renda no Brasil número que diminui ao longo do tempo mas voltou a crescer e atingir quase 2 milhões em 2019 mas ainda, observa-se que este número é o de famílias cadastradas, o número de pessoas é 5 vezes maior em média.

O número foi muito maior de acordo com a SAGI (Sistema de Avaliação e Gestão de Informação). Por causa da pandemia e outros fatores, o país voltou ao mapa da fome tinha-se um cenário de 25 milhões de famílias cadastradas no CadÚnico e dessas 13 milhões estão no Bolsa Família. Diante deste dado pode-se observar que 50% dos cadastrados não conseguiram o benefício, isto se dá pelo fato de existirem cotas nas prefeituras para cadastro e também que nem todos cadastrados são elegíveis ao programa, ou seja, não estão dentro das regras exigidas pelo mesmo, mas mesmo assim ainda são considerados pobres pelo sistema do CadÚnico.

O Gráfico 2 apresenta o número de famílias inscritas no CadÚnico em todo território nacional no período de 2012 a 2021.

Gráfico 2– Famílias Inscritas no CadÚnico no Brasil 2012 – 2021



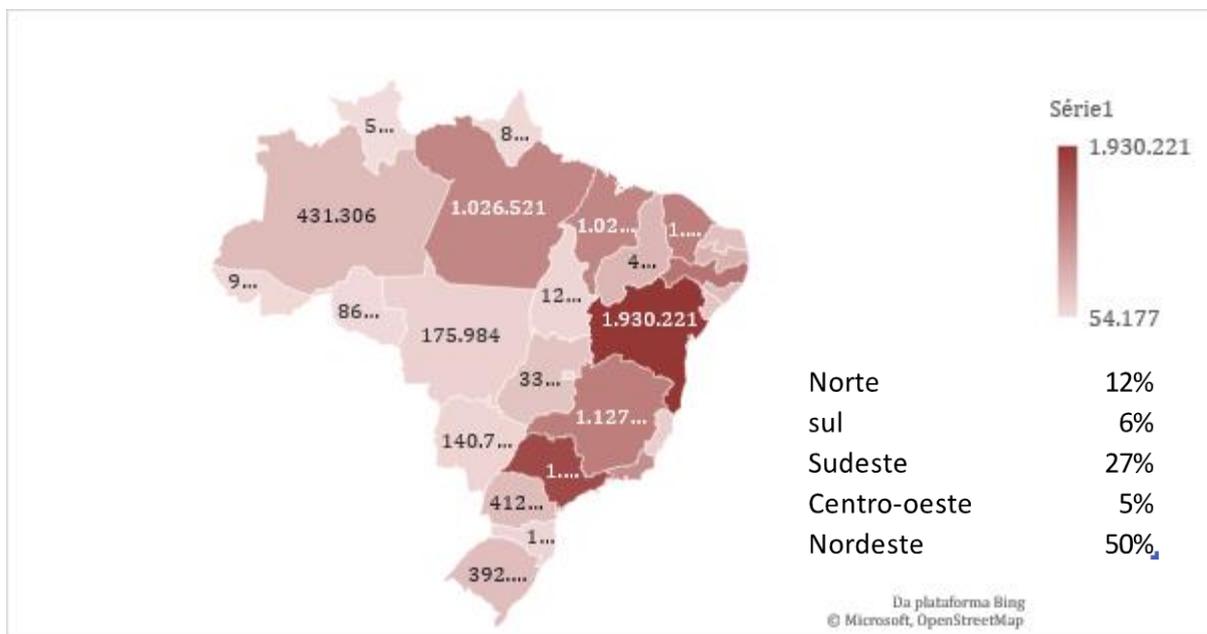
Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir da base do SAGI (2022)

Observa-se no gráfico 2 que a pobreza evolui de maneira significativa de 2020 para 2021 passando de 28.875.190 para 32.553.506 um aumento de 11% em apenas um ano, período pandêmico para o mundo, o que trouxe como resultado desemprego e fome, e aumento na população pobre e extremamente pobre no Brasil com uma desigualdade social gritante.

O país segue em pandemia o que trouxe muito desemprego e aumento da população que precisava se cadastrar no CadÚnico para receber algum tipo de auxílio para manter a família. Mesmo inscritas no CadÚnico, estas famílias chegaram ao nível de extrema pobreza por não terem nenhum tipo de auxílio e o reflexo disto é visto nas ruas com aumento da população de rua e a volta do Brasil ao mapa da fome (NUNES, 2022).

Mapa 1- Número de Beneficiários do Bolsa Família por Estado (2019)



Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir da base do SAGI (2022)

Observa-se na Figura 1 que a concentração maior de beneficiários o programa bolsa família em 2019 era na Bahia estado de maior extensão territorial dentro do Nordeste, e em São Paulo (estado mais populoso do Brasil). Ao analisar a distribuição em termos regionais a maior concentração de beneficiários está no Nordeste com 50% (dado calculado através dos dados adquiridos na SAGI).

Os dados mostrados na Figura 1 corroboram com o trabalho de Vilar (2022) que explica que desde o início do programa 50% da população beneficiária está no Nordeste, o que é um indicador da grande desigualdade social e de renda de país quando um benefício é tão concentrado em apenas uma região.

#### 2.4 BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO

Um dos focos do Programa Bolsa Família foi a contrapartida da educação dos componentes das famílias beneficiárias, tendo como condição a frequência escolar assídua das crianças e adolescentes.

Não se tem dúvidas referentes a influência do Programa Bolsa Família (PBF) na redução da desigualdade de renda brasileira e nos níveis de pobreza no país durante os anos

2000 (SOARES; SÁTYRO, 2009). Glewwe e Kassouf (2008) salientam que a partir dos dados dos censos escolares o PBF apresentou impactos positivos na educação, o que reforça que além de aprimorar as condições econômicas desfavoráveis dos beneficiários, o programa afeta diretamente o bem-estar da população beneficiada.

As ações do Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade, que foi uma condicionalidade do Programa Bolsa Família, fez da escolarização uma estratégia para superação da vulnerabilidade social de jovens e crianças. Sendo assim, competia à Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC, por meio de sua Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (CGAIE): *i*) acompanhar os estudantes beneficiários do Bolsa em conjunto com as escolas; e *ii*) pensar em políticas educacionais intersetoriais para inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em vulneráveis (GARCIA; SILVA, 2019; LIMA *et al.*, 2020).

O acompanhamento escolar segundo Novak *et al.* (2013) e Vieira (2020) se dava através da frequência escolar dos beneficiários do PBF, os entes federados da área de educação dos estados, municípios e distrito federal consultavam bimestralmente nos períodos de fevereiro/março, abril/ maio, junho/julho, agosto/setembro e outubro/novembro, nestas consultas os operadores municipais do programa, sob a orientação da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar do MEC e das coordenações estaduais do Programa Bolsa Família, entravam em contato com as escolas para obter as informações da frequência escolar mínima exigida pelo Bolsa aos seus beneficiários.

Caso a condicionalidade da educação não fosse cumprida, Oliveira (2014) e Silva (2016) afirmam que os operadores registravam o motivo para que medidas complementares fossem planejadas com a finalidade de sanar estes motivos, visando à melhoria da qualidade da educação dos indivíduos em situação de risco e de vulnerabilidade social, tais registros eram efetuados pelas escolas.

Referente a parte operacional o registro e a coleta da frequência escolar dos beneficiários do PBF abrangiam dois grupos diferentes: *i*) crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos, com frequência mínima de 85% do período letivo mensal; e *ii*) enquanto os jovens entre 16 e 17 anos deveriam obter frequência escolar mensal mínima de 75% de frequência escolar. Ao concluir a coleta destes dados de frequência escolar do PBF, pelos operadores municipais, tal base de dados com todos os registros eram enviadas ao Ministério da Cidadania e

processadas as medidas referentes à gestão do Programa Bolsa Família (CIRENO *et al.*, 2013; VIEIRA, 2020).

Após a coleta dos dados Brandão e Lima (2019) e Novak *et al.* (2013) observam três pontos importantes para o aperfeiçoamento das etapas subsequentes: efetivar o direito à educação para todos, avaliando beneficiários que não foram localizados, identificando os que estavam fora da escola através de ações intersetorial entre as três esferas; analisar aqueles alunos com registro de “baixa frequência”, desistência, abandono e evasão escolar, movendo a rede de proteção ao escolar para detectar e sinalizar possíveis violação de direitos; fortalecer a rede de parcerias e contribuir para redução da alta rotatividade dos técnicos responsáveis pelo programa nos municípios, sendo necessário uma estratégia de formação continuada.

Referente a permanência na escola Oliveira (2014) e Silva (2016) são bem assertivos quando ressaltam que tal exigência tinha como principal objetivo conceder ao beneficiário o direito à educação, pois não só basta dar acesso à educação, a permanência na escola era essencial, para que tivessem oportunidades de continuar seus estudos e ingressar no mercado de trabalho.

Um dos objetivos destes programas de transferência de rendas condicionada, era elevar o capital humano dos seus beneficiários, do contrário as condicionalidades não fariam sentido. De maneira simples: a transferência de renda diminui a pobreza fazendo com que as famílias trilhem a superação da mesma no futuro. Mas para que os objetivos fossem cumpridos, como está sendo relatado, era preciso que as condicionalidades funcionassem efetivamente (LIMA, 2019; MORAES; MAZZIONI, 2017).

O impacto sobre a taxa de matrícula foi tratado no trabalho de Glewwe e Kassouf (2008) e Souza (2011) eles mostraram que no fundamental I houve um aumento destas taxas de 2,8% após um ano, 4,3% após dois anos e 5,5% usando dados de 1995 a 2005.

A população pobre escolar é constituída por cerca de 43% (possíveis beneficiários) do total de alunos, então estes resultados indicam que no longo prazo o Bolsa família elevou em 13% a taxa de matrícula deste grupo elegível. Resultados que se assemelham são encontrados por (FERRO; KASSOUF, 2003; FERRO; NICOLELLA, 2007).

Tratando de evasão escolar neste período, Cavalcanti *et al.* (2013), Glewwe e Kassouf (2008) e Rosano-Peña *et al.* (2012) observaram que também a longo prazo essas taxas se acumulam, o efeito total é sentido após dois anos. É estimado que o Programa Bolsa Família

reduziu a evasão em 0,3 pontos percentuais após um ano e cerca de 0,45 pontos percentuais após dois anos. Sendo assim, o programa reduziu a taxa de abandono entre a população elegível em cerca de 1 %. Para aprovação foi observado que o PBF aumentou tal taxa em 0,5% após um ano e 1% após dois anos. Também trataram o grupo de alunos do fundamental II, o trabalho mostra que o PBF contribuiu de maneira positiva, aumentando cerca de 7,4 pontos percentuais para a população elegível. Reduziu as taxas de evasão e aumentou as taxas de aprovações em cerca de 0,3 pontos percentuais para a população como um todo, e por cerca de 0,7% da população elegível.

Usando dados do Censo Escolar, Filgueiras (2013) mostrou que a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família no ensino médio foi de 79,9%. Já a taxa de abandono foi de 7,1% entre os beneficiários do programa, mais baixa do que a média nacional de 10,8%. Referente ao ensino fundamental a taxa de aprovação dos beneficiários do Programa cresceu de forma constante, passando de 80,5% em 2008 para 83,9% em 2011, no mesmo ano a taxa de abandono em 2011 foi de 2,9% para os beneficiários.

Existe vasta literatura provando o impacto positivo do Programa Bolsa Família na educação através da condicionalidade imposta aos beneficiários do mesmo, sendo fiscalizado de maneira efetiva e em conjunto com as três esferas do governo para melhor acompanhamento e cumprimento da mesma, não apenas desta condicionalidade, mas de todas as outras. Tais condicionalidades trazem bem-estar para a população elegível do programa, isto mostra o quanto, esta política pública foi eficaz e acima de tudo necessária para o Brasil.

## 2.5 BOLSA FAMÍLIA PRESENTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Para alguns estados do nordeste, dentre eles Pernambuco, Cavalcanti *et al.* (2013) desenvolveram um estudo e o trabalho mostrou indícios de que se aumentar o valor da transferência e sua cobertura, o impacto na renda e na frequência escolar dos beneficiários em idade escolar seria maior. Aumentando desta forma o capital humano e rompendo o ciclo intergeracional de pobreza, tais resultados foram observados a longo prazo.

No litoral Pernambucano Assunção *et al.* (2012) realizaram um estudo e afirmam que a pesquisa tornou evidente que a maioria das mulheres beneficiárias do programa bolsa família no local do estudo obtiveram mudanças positivas na possibilidade de consumir mais alimentos em maior quantidade e com maior qualidade. A outra parcela entrevistada que passava fome relatou que o benefício possibilitou a compra de alimentos para elas e suas famílias. Outras

beneficiárias que tinham apenas a merenda escolar como alimento contaram que a transferência de renda possibilitou o consumo de alimentos em casa.

Ao analisar o impacto do Bolsa Família na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, Santos (2012) conseguiu identificar que o programa contribuiu de maneira positiva para a economia local. As donas de casa empregavam a transferência para bens de consumo que estavam faltando em casa ou até mesmo em compras planejadas pelo fato de ter segurança que o dinheiro chegaria. O uso mais corriqueiro do dinheiro encontrado neste estudo foi o de suprir as necessidades das crianças das famílias. Os primeiros efeitos do programa neste local foram considerados imediatos, a melhora do bem-estar e a qualidade de vida dos mais necessitados, em segundo plano ficou o aumento do poder aquisitivo, mas não em bens supérfluos e sim nos itens mais básicos (higiene, água, material escolar) para sobrevivência, os quais antes este grupo não tinha acesso. Tal ação impulsionava a economia local gerando desenvolvimento.

O PBF permitiu que as famílias de Pontes dos Carvalhos-PE pudessem abdicar de trabalhos degradantes e irregulares ou por doença por ter uma segurança de renda advinda do programa. Mas isto não quer dizer que tais famílias não queriam trabalhar, apenas essas famílias poderiam contar com uma renda regular enquanto procuravam uma renda formal para não depender do Bolsa Família, pois o benefício ajudava, mas não era suficiente para suprir as necessidades básicas. Sendo assim, o programa exercia uma função política neste local pois era um auxílio financeiro a famílias em especial, as mulheres que estão à margem do trabalho formal por diversos motivos, neste caso a falta de oportunidade (ARAÚJO; PASCHOAL, 2018).

Poucos estudos trazem o impacto do Bolsa Família na vida dos beneficiários no estado de Pernambuco tais como; Araújo e Paschoal (2018), Santos (2012), Assunção *et al.* (2012). Detalhando cidades específicas, esses focam no estado nutricional das crianças beneficiárias, que toca na parte da condicionalidade da saúde, sobre educação os estudos são muito gerais, na maioria das vezes com foco para o Nordeste ou para o Brasil.

## 2.6 SAEB

O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) é um conjunto de ferramentas que proporcionam avaliações, estudos, exames, disseminação de evidências e estatísticas da qualidade do ensino básico no Brasil, desde o ensino infantil até o ensino médio. Este sistema realiza uma avaliação de larga escala que tem como objetivos: 1) a partir de uma cultura de

avaliação mostrar a sociedade dados do processo de aprendizagem das escolas a nível nacional, com resultados anuais e tempo real para que se possa intervir se necessário; 2) construir indicadores de educação para o Brasil e seus entes federados, que permitem uma série de análises comparativas; 3) avaliar a qualidade do ensino, bem como sua equidade e eficiência nos diversos níveis de governo; 4) baseados nos resultados encontrados elaborar e monitorar políticas públicas que promovam a educação visando o desenvolvimento econômico e social no País; 5) a partir de intercâmbio entre as instituições promover competências na área de avaliação da educação envolvendo todos os gestores que são da área (BRASIL. Ministério da educação. Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2021. Brasília, 2021).

Os questionários aplicados no SAEB têm por objetivo coletar dados para contextualizar os resultados dos exames, tais questionários têm como base uma matriz que prevê os constructos, a inclusão e exclusão de temas a serem pesquisados em todos ciclos de avaliação. As respostas destes questionários não só auxiliam no julgamento da qualidade da educação, mas o conjunto como todo. Estes dados advindos dos questionários geram indicadores e informações que possibilitam a mensuração da qualidade educacional que está baseada na constituição federal (RELATÓRIO SAEB, 2019).

Os mesmos servem de base para estudos sobre a educação no Brasil, contribuem para o acompanhamento do processo educacional, constroem uma base consistente e robusta para pesquisa acadêmica sobre a educação básica brasileira como um todo e possibilitam a comparação de políticas públicas nacionais e internacionais para um possível aprimoramento (RELATÓRIO SAEB, 2019).

O projeto que deu início ao SAEB foi o Sistema de Avaliação da Educação Pública (SAEP), em 1988 em meio a um contexto de reformas no país e uma delas seria a educacional. A reformulação e gerenciamento de políticas públicas educacionais naquele momento precisavam: ampliar a articulação e integração da educação a sociedade, dar maior autonomia aos atores educacionais em termos de execução e de proposição para ampliação do grau de conhecimento das políticas educacionais e obter maior transparência das ações governamentais permitindo o acesso a resultados obtidos pelos agentes educacionais (PESTANA, 2016; PILATTI *et al.*, 1995).

O SAEB foi implementado em 1990 e no geral a sua estrutura inicial foi mantida constante ao longo dos anos, as mudanças ocorridas foram metodológicas e operacionais para aperfeiçoamento das normas, com o intuito de deixar o sistema mais confiável. O sistema foi criado para a coleta, sistematização e análise dos dados de alunos do ensino da educação básica

no Brasil, para que seja necessário atingir os objetivos que desenvolve um conjunto de ações com o intuito de melhorar o ensino básico no Brasil (FERRÃO *et al*, 2001).

Em 1990 houve a primeira aplicação da prova do SAEB e o levantamento de dados em nível nacional avaliou os alunos das 1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries do ensino fundamental de escolas públicas. Em 1993 houve a segunda aplicação que foi estruturada em: rendimento do aluno; prática e perfil do docente e gestão escolar. A terceira aplicação se deu em 1995 e nesta foram acrescentados: a amostra do ensino médio e incluiu escolas privadas (amostragem); assumiu técnicas mais modernas para medir o desempenho dos alunos onde foram introduzidas análises fundamentadas na TRI (A Teoria de Resposta ao Item) que se tornou um marco no sistema de avaliação no Brasil (KLEIN; FONTANIVE, 1995).

Seguiu nesses moldes as avaliações subsequentes; acrescentou levantamento de dado socioeconômicos e culturais dos alunos; mudou as séries de avaliação sendo agora as conclusivas do ciclo escolar, no ensino fundamental 5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> ano e no ensino médio 3<sup>o</sup> ano. No mesmo ano foram construídas matrizes de referência e a prática em todas as séries sobre as matérias aplicadas nas escolas, acrescentando a análise de professores e pesquisadores em cada área de conhecimento (PESTANA, 1999).

Com esta nova tecnologia aplicada em 1995 Rodrigues (2007) explica a finalidade primeira do SAEB foi e é obter resultados sobre qualidade de ensino a longo prazo, encontrar fatores que são reflexo desses resultados e dar relatórios que contribuam para intervenções de políticas públicas na educação com intuito de melhorar a educação básica brasileira. Também foi definido que uma segunda finalidade desse método seria acompanhar e monitorar o avanço das políticas governamentais em relação às suas metas educacionais, por que é um dos objetivos deste trabalho, mostra através do SAEB como o Bolsa Família influenciou a vida escolar dos beneficiários.

Em 1997 a matriz de referência englobava as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia e em 1999, acrescentou-se Ciências Naturais. No entanto, os testes com essas disciplinas só foram aplicados em 1999. Em 2001 a aplicação do teste sofreu alterações visando o aprimoramento do mesmo, baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atualizou-se as matrizes de referência do SAEB. Por este motivo, em 2001 realizou-se uma consulta aos professores e escolas dos estados para que fosse verificada a compatibilidade das matrizes com o currículo proposto pelas secretarias de educação dos estados nas disciplinas de português e matemática. A partir disso, o Inep juntamente com os especialistas do órgão elaborou novas matrizes de referência do SAEB para torná-las menos extensas (Brasil. Inep, 2013, p. 10).

As provas do SAEB elaboradas a partir das matrizes de referência abordam um conteúdo a ser analisado em cada disciplina e série, mostrando as competências e habilidades que se espera de cada aluno. Sendo assim, a prova pode ser analisada de forma que se possa refletir sobre a natureza mental que caracteriza as competências e habilidades relevantes. O sistema é uma referência nacional em desempenho escolar por subsidiar políticas que se adequem às diversas situações de cada região do país para melhoria da educação (MORAIS, 2020; FERRÃO *et al*, 2001).

A análise das matrizes curriculares e dos níveis de proficiência elaborados pelo SAEB funcionam da seguinte forma: compõem-se de uma aproximação dos níveis de habilidades esperados de cada estudante avaliado, cada uma dessas habilidades tem como referência algumas competências discursivas dos estudantes consideradas fundamentais para o desenvolvimento do aluno (KLEIN, 2019).

A concepção de entendimento pode ser despreendida das escalas de proficiência do SAEB pois é complexo definir letramento diante da diversidade do Brasil em termos de questões sociais, econômicas, culturais, históricas e tantas outras. Então, foi decidido criar um questionário que busque verificar a escala de proficiência que mostram as habilidades que o aluno possui, as provas são construídas a partir das matrizes curriculares vigentes (BONAMINO *et al* 2002).

A coleta desses dados tem por objetivo ter conhecimento do desempenho escolar e das condições internas e externas dos alunos que podem interferir diretamente no aprendizado. A partir disso pode-se criar ou sugerir ao Estado que criem políticas públicas voltadas para melhoria do funcionamento escolar e familiar. O último relatório do governo federal relatou que 2.203.644 estudantes do 5º ano realizaram a prova, já os alunos do 9º ano foram em 1.946.838, o ensino médio compareceu com 1.516.995 alunos (SAEB, 2022).

Na terceira edição do exame em 1995 os números foram menores até porque o exame era feito por amostragem tanto para as escolas públicas quanto para as escolas privadas. Atualmente todas as escolas públicas participam e as escolas privadas são escolhidas por amostragem. Em 1995 o número de alunos que realizou a prova no total foi de 90.499 incluindo 4ª, 8ª do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio (CONDÉ, 2002; FERRÃO *et al*, 2001).

Tabela 1- Especificação dos Níveis de Proficiência em Português do SAEB

<b>PROFICIÊNCIA EM PORTUGUÊS</b>			
<b>DESEMPENHO</b>	<b>5º ANO EF</b>	<b>9º ANO EF</b>	<b>3º ANO EM</b>
<b>NÍVEL 0</b>	<125		
<b>NÍVEL 1</b>	≥125 e < 150	≥200 e < 225	≥225 e < 250
<b>NÍVEL 2</b>	≥150 e < 175	≥225 e < 250	≥250 e < 275
<b>NÍVEL 3</b>	≥175 e < 200	≥250 e < 275	≥275 e < 300
<b>NÍVEL 4</b>	≥200 e < 225	≥275 e < 300	≥300 e < 325
<b>NÍVEL 5</b>	≥225 e < 250	≥300 e < 325	≥325 e < 350
<b>NÍVEL 6</b>	≥250 e < 275	≥325 e < 350	≥350 e < 375
<b>NÍVEL 7</b>	≥275 e < 300	≥350 e < 375	≥375 e < 400
<b>NÍVEL 8</b>	≥300 e < 325	≥375	≥ 400
<b>NÍVEL 9</b>	≥ 325		

Fonte: A Autora

Nota: Elaborada a partir das escalas do SAEB obtidas no site do INEP (2021)

Para cada série existem os níveis específicos de proficiência que determina a capacidade cognitiva do aluno que realizou a prova. Os níveis de proficiência em Português para o 5º ano vão de 0 a 9, para o 9º ano e 3º ano do ensino médio os níveis variam de 1 a 8, como pode ser observado na Tabela 1. Por exemplo, para o 5º ano o aluno que está no nível 1, obteve uma nota entre 125 e 150, é capaz de encontrar e identificar: informações explícitas em textos curtos, temas, elementos no texto, relação entre as partes do texto, personagem, ação, tempo e lugar.

Já o aluno do 9º ano que está no nível 5, alcançou nota entre 300 e 325, além de ser capaz de identificar os níveis anteriores ele está capacitado para identificar: informação principal em reportagens, a ideia principal em notícias e resenhas, características científicas e jornalística em textos jornalísticos, além de argumentos e opiniões nos mesmos textos, gêneros distintos do mesmo tema em abordagem diferentes, informações em contos, crônicas notícias e charges, sentidos de palavras e de expressões de linguagem verbal e não verbal. Para o 3º ano o aluno que está no nível 8 além de realizar todas as atividades dos níveis anteriores pode: perceber em artigos e letras de música o efeito de sentido que resulta do uso de recursos morfossintáticos (BRASIL, 2020).

Tabela 2- Especificação dos Níveis de Proficiência em Matemática do SAEB

PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA			
DESEMPENHO	5º ANO EF	9º ANO EF	3º ANO EM
<b>NÍVEL 0</b>	<125		
<b>NÍVEL 1</b>	≥125 e < 150	≥200 e < 225	≥225 e < 250
<b>NÍVEL 2</b>	≥150 e < 175	≥225 e < 250	≥250 e < 275
<b>NÍVEL 3</b>	≥175 e < 200	≥250 e < 275	≥275 e < 300
<b>NÍVEL 4</b>	≥200 e < 225	≥275 e < 300	≥300 e < 325
<b>NÍVEL 5</b>	≥225 e < 250	≥300 e < 325	≥325 e < 350
<b>NÍVEL 6</b>	≥250 e < 275	≥325 e < 350	≥350 e < 375
<b>NÍVEL 7</b>	≥275 e < 300	≥350 e < 375	≥375 e < 400
<b>NÍVEL 8</b>	≥300 e < 325	≥375 e < 400	≥400 e < 425
<b>NÍVEL 9</b>	≥ 325 e <350	≥ 400	≥425 e < 450
<b>NÍVEL 10</b>	≥ 350		≥ 450

Fonte: A Autora

Nota: Elabora a partir das escalas do SAEB obtidas no site do INEP (2021)

Da mesma forma como tratado na tabela 2, cada nível de proficiência em matemática demonstra a capacidade cognitiva do aluno que realizou a prova. Para o 5º ano os níveis vão de 0 a 10, para o 9º de 1 a 9 e para o 3º ano do ensino médio de 1 a 10. Destaque para o aluno que está no nível 0 requer atenção especial das escolas pois não está apto para estar na série que se encontra. A exemplificar: o aluno do 5º ano que está no nível 2 na proficiência em matemática é capaz de além das capacidades do nível anterior: somar pequenas quantias em dinheiro e identificar em gráficos e tabelas maiores e menores elementos (BRASIL, 2020).

O aluno do 9º ano que está no nível 6, além das outras capacidades dos níveis anteriores, de reconhecer e resolver: as medidas dos ângulos orientados pelos cardeais, as coordenadas do primeiro quadrante do cartesiano, relação entre medidas de uma circunferência, triângulo, teorema de Pitágoras, conversão de unidades medidas, frações, números racionais por extenso e decimal, resolução de raiz quadrada, problemas de grandezas diretamente proporcionais, expressões algébricas, expressões numéricas com números irracionais, comparar gráficos e colunas; o aluno do 3º ano do ensino médio do nível 10 é além das capacidades anteriores reconhecer e realizar: soluções de sistemas de três equações lineares e incógnitas na forma matricial escalonada (BRASIL, 2020).

No ano de 2019 os alunos do 5º ano do estado de Pernambuco obtiveram média em português de 202,3 (nível 4) o mesmo nível da média geral do Brasil que foi de 214,6 e em matemática 216,3 (nível 4) a média nacional foi de 227,9 (nível 5), apesar da média nacional está um nível acima os alunos de Pernambuco estão evoluindo gradualmente. Para o 9º ano a

média em português para o estado de Pernambuco foi de 255,00 (nível 3) o mesmo nível da média nacional que 260,10, em matemática os pernambucanos alcançaram média 258,1 (nível 3) da mesma forma disciplina anterior ficaram no mesmo patamar da média nacional que foi de 263 (nível 3) e com média ainda maior o que mostra que Pernambuco está se destacando.

Os alunos do 3º ano do ensino médio obtiveram média em português de 281,8 (nível 3) mesmo patamar nacional que obteve 278,4 na média, para matemática os alunos alcançaram média 280,8 (Nível 3) da mesma forma mesmo patamar da média nacional de 277,3 (SAEB, 2019). Os alunos pernambucanos não só estão no mesmo nível como ainda com média maior que a nacional, os dados mostram que os alunos do estado de Pernambuco estão equiparados ao Brasil em termos de proficiência do SAEB. Como os níveis vão até o nível 9 ou 8 em português e de 9 a 10 em matemática, a depender da série avaliada, os níveis apresentados tanto nacionalmente quanto no estado são preocupantes.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 BASE DE DADOS

Esta Dissertação toma por base Cireno *et al.* (2013) e Batista e Soares (2013). A população alvo deste trabalho são alunos de instituições públicas do estado de Pernambuco dos anos do ensino fundamental (5º e 9º ano) cadastrado no CadÚnico, com o objetivo de analisar a evolução das proficiências do SAEB destes alunos, dentre este grupo estão os beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família, para chegar a tal objetivo serão utilizadas informações desagregadas por estudante das bases de dados listada a seguir:

- Cadastro Único de informações sociais de 2013 a 2019, do Ministério Da Cidadania;
- Prova Brasil - SAEB no ano de 2013 a 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e
- Censo Escolar 2013 a 2019, proveniente do INEP.

A janela de tempo da dissertação será entre 2013 e 2019 observados de dois em dois anos, pois é preciso respeitar o tempo da prova do SAEB. Segundo Cireno *et al.* (2013), o cruzamento de dados de proficiência da Prova Brasil e do Censo escolar não possuem uma variável identificadora comum que possibilite o cruzamento de dados entres as bases, então as bases foram tratadas nesta dissertação para um merge com mais de uma chave identificadora explanada ainda nesta seção.

Vários estudos existem analisando o desempenho dos alunos e seus determinantes, mas foram realizados em níveis de agregação maiores, ou utilizando a base de dados, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde não há variáveis relativas ao PBF o que dificulta a análise. Já com as bases citadas anteriormente é possível que sejam obtidas estimativas do impacto do Bolsa, por aluno ou escola (DURYEA, 1998; KLEIN; RIBEIRO, 1991).

Como foi mostrado por Oliveira e Soares (2012) integrar estas bases por aluno não é trivial, pois não existe uma chave de identificação única para que possa ser cruzada e sejam localizados os mesmos alunos, a junção de qualquer base com o Censo Escolar é mais laborioso. De acordo com Oliveira (2012), isso ocorre pois o código do aluno do Censo Escolar não é encontrado no CadÚnico ou mesmo na base do SAEB que até possui um ID do aluno, mas não é o mesmo que existe no Censo Escolar como foi verificado nas análises das bases utilizadas neste trabalho. Por esta razão deverá ser criada uma variável *chave-identificadora* composta

pelas informações de *município da escola, código da escola, mês de nascimento, sexo e raça*, visto que estas informações são obtidas nos três bancos de dados citados.

Oliveira e Soares (2012) frisam que apesar do Censo Escolar não possuir informações sobre as características familiares, possui algumas variáveis do ambiente escolar importantes, tais como, as informações sobre professores, turma e escola do aluno. Neste trabalho o CadÚnico foi utilizado como parte socioeconômica e para identificar os beneficiários do Bolsa Família da análise e a base do SAEB para coleta das notas.

Após o merge com as bases filtradas, a base de dados resultante, que será objeto deste estudo, estará restrita ao universo do CadÚnico. Vale destacar como desvantagem que a análise terá como foco a parcela mais pobre da população escolar-infantil e não para todo o universo de estudantes da rede pública de Pernambuco alunos do 5<sup>a</sup> e 9<sup>o</sup> ano. No entanto, como o foco concentra-se em analisar o impacto do PBF sobre a proficiência dos mais pobres, isto não se apresenta como um problema grave (OLIVEIRA; SOARES, 2013)

### 3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Para associar o Programa Bolsa Família e o desempenho escolar dos alunos beneficiários a dissertação tem como variáveis de interesse:

- i) desempenho médio em português na Prova Brasil do ensino fundamental;*
- ii) desempenho médio em matemática na Prova Brasil do ensino fundamental;*

Antes de unificar as três bases foi necessário tratar cada uma delas, em todas foram aplicados filtros que selecionam os alunos de escolas públicas do estado de Pernambuco que cursam o 5<sup>o</sup> e o 9<sup>o</sup> ano do ensino fundamental (bases separadas por ano). Após este filtro em todas as bases foi aplicado o merge com a *chave identificadora* citada na seção 3.1 e encontrado os alunos da rede pública do 5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> ano do ensino fundamental do estado de Pernambuco que estão cadastrados no CadÚnico.

Para o estudo dos dados foram utilizadas análises de regressão, para a variável contínua (proficiência) o modelo a ser usado é de Regressão Robusta. Como tratado em seu trabalho Oliveira e Soares (2013) e Oliveira e Soares (2012) mostram que uma regressão oferece uma resposta razoável pelo fato de possuir variáveis socioeconômicas do CadÚnico para toda a base, entretanto o Cadastro oferece só a parcela mais pobre da população, o Censo escolar e a base

do SAEB não possuem informações socioeconômicas por isso a base raiz desta dissertação é a do CadÚnico.

Seguindo Cireno (2013) neste trabalho também nas estimações serão usados dados dos alunos por cidades, preencher o CadÚnico é função dos agentes municipais que efetuam o cadastro por isto é variável. Desta forma o modelo desta regressão resulta em uma mínimos quadrados ordinários (MQO).

### 3.3 ADEQUAÇÕES

Das adequações no Censo Escolar, serão mantidos os alunos do ensino fundamental, excluindo as imperfeições, a exemplo, alunos duplicados; sexo e/ou data de nascimento, trocadas de um ano para o outro; crianças sem código de identificação, e escolas inativas, também serão excluídos da amostra domicílios inativos, também serão retirados aqueles com datas de nascimento irreais, sem informação de idade ou com algum *missing* (dado em branco) de adulto na variável de educação. Nesta dissertação tal exclusão se deu, após o merge das bases, através de um comando aplicado para retirar os alunos duplicados através do NIS (Número de Identificação Social) dos mesmo e retirar toda e qualquer duplicidade da base tratada.

### 3.4 REGRESSÃO

Grande parte das análises econométricas começam com análise de modelos simples onde  $y$  é a variável depende e  $x$  a variável explicativa, ou seja, estuda  $y$  à medida que  $x$  varia, em geral estes modelos são representados pela equação:

$$y = \beta_0 + \beta_1 x + u$$

Esta equação define o modelo de regressão linear simples onde,  $u$  é o termo do erro que representa outros fatores que não puderam ser inseridos na regressão (WOOLDRIDGE, 2016).

Para estimar os parâmetros  $\beta_0$  e  $\beta_1$  citados na regressão acima é necessária uma amostra da população de tamanho  $n$  então escreve-se:

$$\hat{y}_i = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 x_i + u_i$$

Tais parâmetros mostram o quanto cada variação da variável explicativa  $x$  afeta a variável dependente  $y$  e a este modelo dá-se o nome de Mínimos Quadrados Ordinário (MQO), este nome deriva da minimização da soma dos quadrados dos resíduos, que seguem as premissas a seguir:

1) Linearidade: o modelo é linear:  $y = \beta_0 + \beta_1x + u$ , a variável dependente e os regressores são lineares, o modelo deste trabalho atende esta premissa (WOOLDRIDGE, 2016).

2) Independência dos resíduos:  $E(u) = 0$  e  $Cov(x, u) = E(xu) = 0$ , onde:

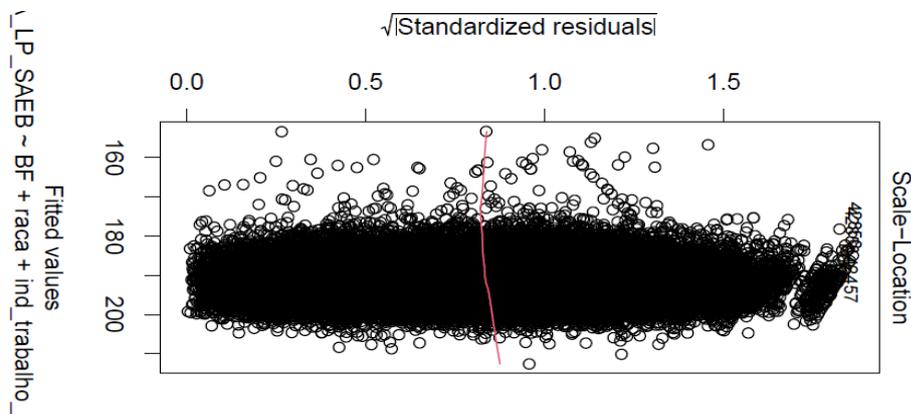
$E(u)$  = média ou valor esperado

$Cov(x, u)$  = covariância

Violar este pressuposto indica que existe forte correlação entre os erros tornando as variáveis explicativas dependentes, nesta dissertação os erros mostraram-se altamente correlacionados e há presença de outliers, para corrigir tal situação aplicou-se a regressão robusta que será explanada ainda nesta sessão (WOOLDRIDGE, 2016).

As bases de dados deste trabalho mostravam a autocorrelação dos erros como mostra o teste de Durbin Watson, este teste calcula estatisticamente os resíduos nos métodos dos mínimos quadrados ordinários verificando se há presença de correlação dos erros no modelo (HILL, 1987). Para que o modelo não tenha autocorrelação seu p-valor deve ser maior que 0,5 ou 5% e nas bases tratadas o teste teve como resultado do teste de Durbin-Watson mostrou um p-valor  $< 2.2 \text{ e-}16$  e um DW = 1.3338, o que prova que a regressão é não-linear:

Figura 1- Não Linearidade da Regressão



Fonte: A Autora

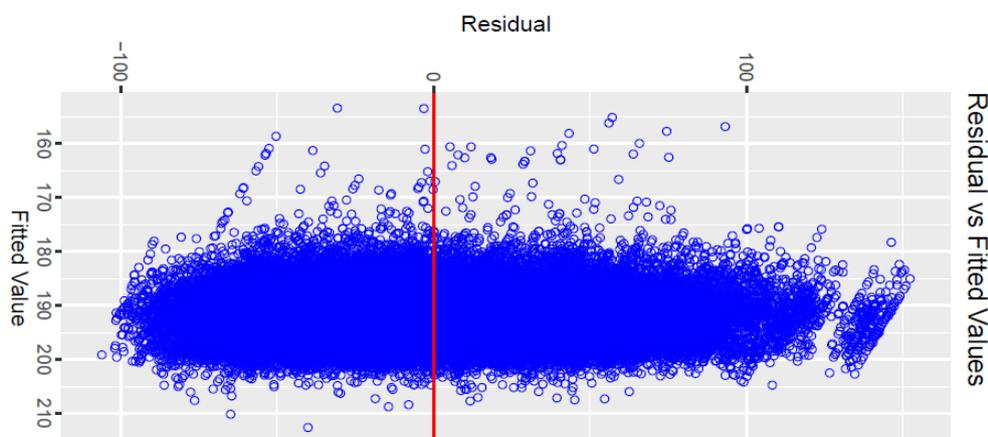
Nota: elaboração a partir dos dados SAEB, Censo e CadÚnico (2021)

3) Homoscedasticidade: significa que a variância do erro no modelo é constante ou seja  $var(x) = \sigma^2$ , no caso deste trabalho os dados mostraram-se heterocedástico, que é quando os erros são correlacionados, mas o modelo heterocedástico não provoca viés ou inconsistência na regressão e nem o  $R^2$  é prejudicado neste caso, mas mesmo assim nesta dissertação a premissa foi violada então aplicou-se a regressão robusta para corrigir este problema (WOOLDRIDGE, 2016).

O teste conveniente para heterocedasticidade studentized Breusch-Pagan em modelos lineares gerais explicam a partir da distribuição assintótica sob sequências de alternativas à hipótese nula (p-valor maior que 0,5) de homoscedasticidade (KOENKER, 1981).

Para comprovar que o modelo não era homocedástico foi aplicado o teste studentized Breusch-Pagan e encontrado um p-valor abaixo de 0,05 o que indica heterocedasticidade no modelo, o teste de Bresch-Pagan mostra um p-valor =  $< 2.2 \text{ e-}16$  e um BP = 106.75, o que prova que a regressão é não-linear:

Figura 2– Heterocedasticidade do Modelo



Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados SAEB, Censo e CadÚnico (2021)

4) Normalidade dos resíduos: assume-se na economia que grandes bases têm erros normais pelo tamanho da população, um erro médio mostra um comportamento normalizado, se o número da observação é acima de 30. Presume-se que os dados assumem normalidade. (KASZNAR *et al*, 2011)

Os dados desta dissertação obedecem às premissas de normalidade e linearidade, mas são heterocedásticos e os resíduos são dependentes por causa de outliers muito discrepantes nas bases e para resolver tal problema foi necessário o uso de regressão robusta que será tratada na próxima seção.

### 3.4.1 Regressão Robusta

A regressão robusta é utilizada quando confirmada a presença de outliers, este método não considera a observação em questão como independente pois influencia o resultado do modelo de forma duvidosa, esta atribui peso às observações, sendo assim os dados que são outliers recebem menos peso e contribuem de menor forma para a modelagem. Esta regressão foi desenvolvida em 1970, classificado em três tipos: M estimadores, R estimadores e L estimadores. Os estimadores M são os mais populares e minimizam a soma da função simétrica dos erros, escolhido para ser usado nesta dissertação (DEBASTIANI, et al 2019; WILCOX, 2017).

Segundo Pires e Branco (2007) o objetivo da regressão robusta é reduzir a influência dos outliers para que possam fazer parte dos dados e sejam tratados juntos aos outros dados no processo de estimação ao invés de simplesmente eliminar estes pontos discrepantes. Em termos simplistas eles afirmam que a regressão robusta atua para atribuir pesos às observações que influenciam de maneira negativa os dados, dados com resíduos de grande dimensão são tratados com menor peso, ajustando a regressão sem a preocupação de correlação dos erros e homoscedasticidade. Como o MQO não tem essa preocupação e atribui pesos todos iguais a 1 o outliers ficam livres para influenciarem a estimação então a regressão robusta se propõe a corrigir tais pesos e ajustar os dados. Ao adotar a regressão robusta a mesma fica habilitada a controlar os desvios que os dados apresentam para ajustar a heterocedasticidade, em relação ao modelo ideal (MQO) que seria imposto e que não seria capaz de dominar, seria flexibilidade versus rigidez.

### 3.4.2 Variáveis

Para o estudo das variáveis dependentes foram analisados os resultados dos exames de proficiência do SAEB em português e matemática para o 5º e o 9º ano do ensino fundamental, cadastrados na base do Cadastro Único da série de tempo em análise, que é de 2013 a 2019.

O Quadro 2 apresenta a descrição destas variáveis, importante destacar que são variáveis numéricas, que variam entre zero e um valor máximo, que depende da série e do tipo de prova (português ou matemática).

Quadro 2- Variáveis Dependentes do Estudo

Variáveis dependentes	Descrição	Tipo: Numérica
<i>proficiencia_lp_saeb 5º ano</i>	Proficiência do aluno do 5º ano em português.	0 a 325.
<i>proficiencia_lp_saeb 9º ano</i>	Proficiência do aluno do 9º ano em português.	0 a 375.
<i>proficiencia_mt_saeb 5º ano</i>	Proficiência do aluno do 5º ano em matemática.	0 a 350.
<i>proficiencia_mt_saeb 9º ano</i>	Proficiência do aluno do 9º ano em matemática.	0 a 400.

Fonte: A Autora

Nota: Elaborada a partir dos dados da base pública do SAEB (2021)

Para o Quadro 3 são apresentadas variáveis independentes que são classificadas como categóricas ou *dummies*, que são variáveis binárias assumindo valores 0 ou 1. Foram criadas para representar uma variável com duas categorias. Neste trabalho elas são de suma importância porque destacam a população de interesse do estudo que serão classificadas com 1 e o grupo de controle que são classificadas como 0. A exemplo, os beneficiários do Programa Bolsa Família são classificados na base como 1 e os não beneficiários como 0.

Quadro 3- Variáveis Independentes/Explicativas do Estudo

Variáveis independentes/explicativas	Descrição	Tipo
<i>bfl</i>	Beneficiários do Bolsa Família.	<i>dummy</i> , 1 se sim, 0 se não.
<i>racal</i>	Raça autodeclarada pelo aluno.	<i>dummy</i> , 1 se negro e pardo, 0 se branco e amarelo.
<i>ind_trabalho_infantil_pessoa</i>	Trabalho infantil (criança).	<i>dummy</i> , 1 se trabalha, 0 se não.
<i>vlr_renda_media_fam</i>	Valor da renda média da família do aluno.	numérica.
<i>qtde_pessoas</i>	Quantidade de pessoas que habitam na residência do aluno.	numérica.
<i>cod_local_domic_fam1</i>	Zona onde mora o aluno.	<i>dummy</i> , 1 se urbana, 0 se rural.
<i>qtd_comodos_domic_fam</i>	Quantidade de cômodos da casa onde reside o aluno.	numérica.
<i>qtd_comodos_dormitorio_fam</i>	Quantidade de cômodos usados como dormitório na casa onde reside o aluno.	numérica.
<i>cod_agua_canalizada_fam1</i>	Abastecimento de água canalizada na casa onde reside o aluno.	<i>dummy</i> , 1 se sim, 0 se não.
<i>cod_banheiro_domic_fam1</i>	Existência de banheiro na casa onde reside o aluno.	<i>dummy</i> , 1 se sim, 0 se não.
<i>Idadeserie</i>	Idade do aluno no dia da entrevista.	numérica.
<i>co_mesorregiao1</i>	Mesorregião onde reside o aluno.	<i>dummy</i> , 1 se agreste. 0 se as demais mesorregiões

Fonte: A Autora

Nota: elaborada a partir dos dados da base pública do CENSO e base do CadÚnico solicitada ao governo federal através de projeto (2021)

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tomando por base os dados e os métodos de análise, este tópico apresenta a análise dos resultados.

### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A tabela 3 apresenta informações socioeconômicas dos alunos do 5º ano do ensino fundamental que fazem parte do CadÚnico, ao longo dos anos tratados. Os alunos dentro da faixa etária é a variável que explica que os alunos estão dentro da idade indicada pelo MEC para cada série, no 5º ano por exemplo a média é 11 anos de idade, mas nas bases tratadas houveram distorções de alunos mais velhos na mesma série. A renda média dos beneficiários mostra a renda das famílias tratadas excluindo qualquer programa de transferência de renda, por isso algumas famílias, independentemente de serem beneficiárias, possuem renda média zero como disseram Soares e Sátyro (2009) e Souza *et al.* (2019).

Observa-se que a renda média das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ficou entre 46 e 50 reais e que esta média foi reduzindo a partir de 2017 chegando a 46 reais em 2019, valor muito pequeno para uma família manter o mínimo de dignidade, lembrando que dentro deste valor não está os valores transferidos pelos programas de transferência de renda. As famílias não beneficiárias têm uma renda média entre 102,00 e 241,00 reais, o que significa que em 2019 uma família que não recebiam transferência de renda teria 80% a mais que uma família que era beneficiária.

Vale destacar que são famílias pobres que estão no Cadastro Único, muitas vezes esperando a oportunidade de serem contempladas com o PBF. A quantidade de pessoas na casa mostra o quantitativo de pessoas que moram na mesma residência com o aluno, do mesmo modo o número de cômodos mostra quantos cômodos a casa da família possui.

Tabela 3- Variáveis Numéricas - 5º Ano

		<i>Alunos dentro da faixa etária</i>	<i>Renda média benef</i>	<i>Renda média dos não benef</i>	<i>Quant pessoas na casa</i>	<i>Quantidade de cômodos na casa</i>	<i>observações</i>
<b>2013</b>	Média	11,41	50.76	102.01	4.43	4.57	36.575
	DP	1,51	47,99	93,22	1,66	1,58	
	Min-	7-49	0-339	0-1436	1-16	1-8	
	Max						
<b>2015</b>	Média	11,49	52.29	160.02	4.42	4.66	57.621
	DP	1,46	53,13	123,24	1,62	1,4	
	Min-	7-31	0-394	0-1400	1-16	1-9	
	Max						
<b>2017</b>	Média	11,47	48.68	223.04	4.33	4.69	49.805
	DP	1,71	51,22	168,51	1,57	1,47	
	Min-	8-50	0-468	0-1874	1-17	1-8	
	Max						
<b>2019</b>	Média	11,43	46.67	241.33	4.21	4.65	55.447
	DP	1,58	55,34	194,57	1,53	1,46	
	Min-	8-70	0-499	0-2232	1-17	1-7	
	Max						

Fonte: A Autora

Nota: elaborada a partir dos do CadÚnico solicitada ao governo federal (2021)

A tabela 4 do mesmo modo que a tabela 3 mostra informações socioeconômicas dos alunos do CadÚnico, mas desta vez dos alunos do 9º ano do ensino fundamental ao longo dos anos tratados. A variável “alunos dentro da faixa etária” mostra a idade dos alunos, no 9º ano por exemplo a média é 15 anos de idade, mas nas bases tratadas houveram distorções de alunos bem mais velhos na mesma série, isto ocorreu em 2013. Não se sabe explicar o porquê já que era forte a presença do MEC nas escolas com a exigência de uma faixa etária homogênea dentre as turmas, esta distorção esteve presente em todos os anos tratados, mas não passava de dois alunos tão mais velhos.

A renda média dos beneficiários exclui os programas de renda por isto algumas famílias possuem renda zero (SOARES, 2009; SOUZA *et al.*, 2019). Os alunos beneficiários do 9º ano possuem renda média abaixo de 60 reais o que não difere muito dos alunos do 5º ano e a transferência de renda contribui para o aumento do bem estar da família. Enquanto as famílias não beneficiárias possuem uma renda média entre 112 e 259 reais, valor muito acima das famílias que recebem o benefício, mas ainda muito baixa uma vez que são famílias que estão no CadÚnico. A quantidade de pessoas já foi explicada na tabela anterior.

Tabela 4- Variáveis Numéricas – 9º Ano

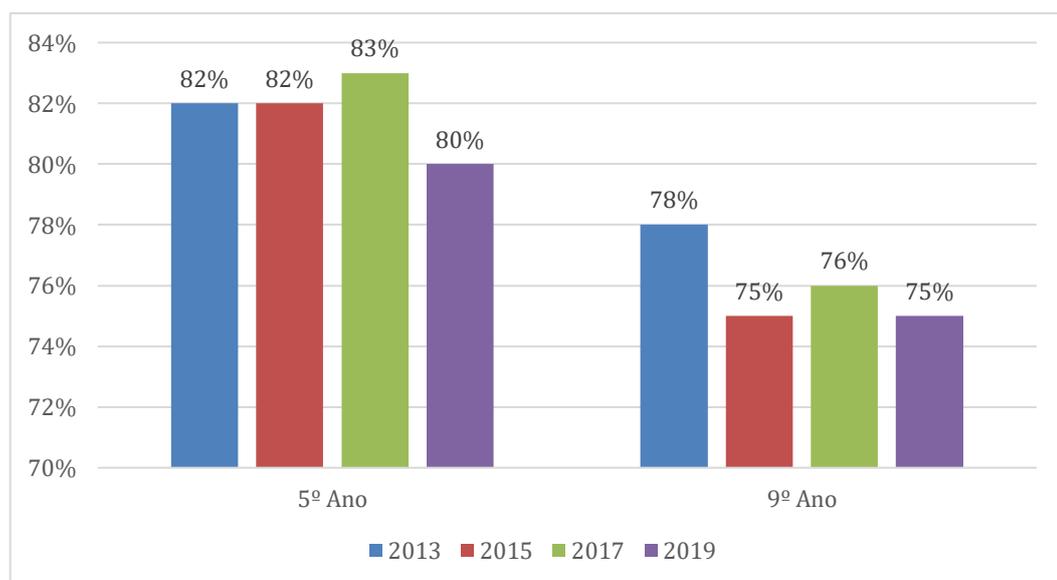
		<i>Alunos dentro da faixa etária</i>	<i>Renda média benefi</i>	<i>Renda média dos não benefi</i>	<i>Quantidade pessoas na casa</i>	<i>Quantidade de cômodos na casa</i>	<i>observações</i>
<b>2013</b>	Média	15,52	56.39	112.97	4.23	4.503	49.952
	DP	2,9	51.74	116.33	1,55	1.74	
	Min-	10-77	0-459	0-2000	1-15	1-10	
	Max						
<b>2015</b>	Média	15,16	60.74	170.76	4.18	4.86	53.389
	DP	1,79	58,89	130,94	1.546	1.76	
	Min-	11-67	0-394	0-2862	1-14	1-9	
	Max						
<b>2017</b>	Média	15,23	53.82	237.05	4.12	4.86	41.601
	DP	1,73	55.12	151.72	1.50	1.38	
	Min-	10-36	0-468	0-2200	1-16	1-9	
	Max						
<b>2019</b>	Média	15,23	47.25	259.46	4.02	4.85	45.660
	DP	1,63	55.73	187,82	1.48	1.31	
	Min-	12-56	0-499	0-2113	1-16	1-8	
	Max						

Fonte: A Autora

Nota: elaborada a partir dos dados do CadÚnico solicitada ao governo federal através de projeto (2021)

O Gráfico 3 mostra os dados das bases dos 5º e 9º ano dos alunos cadastrados na base do Cadastro Único que são beneficiários do Programa Bolsa Família e suas porcentagens por ano.

Gráfico 3- Beneficiários do Programa Bolsa Família do CadÚnico - 5º e 9º Ano



Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico (2021)

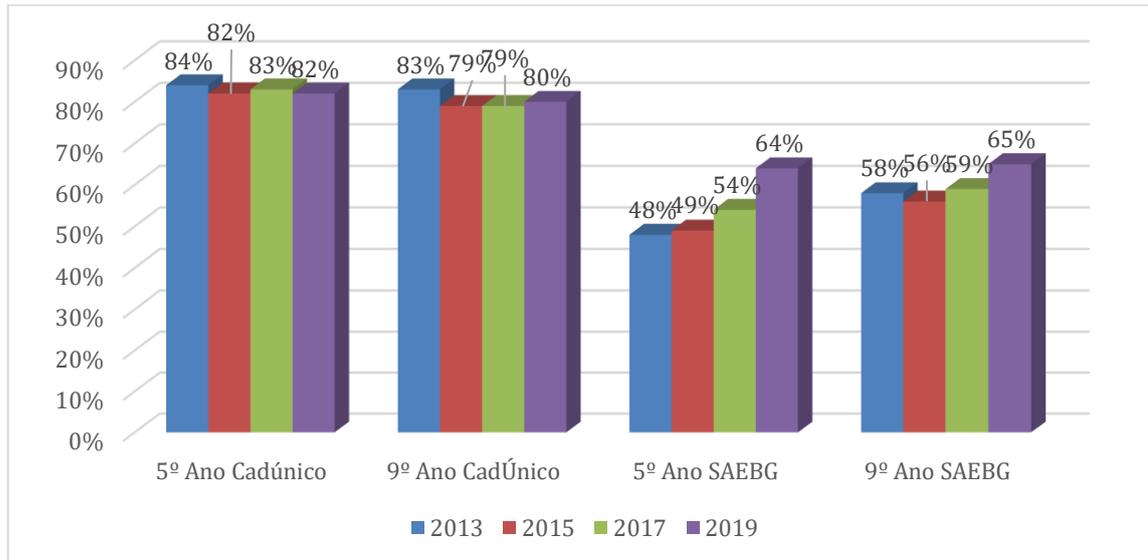
Pode-se observar no gráfico 3 que grande parte dos alunos das bases do CadÚnico selecionadas (base matriz do CadÚnico) que são integrantes de escolas públicas são beneficiários do Bolsa Família, em média de 75 % para alunos do 9º ano e 80% para o 5º ano, mostrando que grande parte do estrato mais pobre da população estuda em escolas públicas do estado de Pernambuco e precisam da transferência de renda pelo fato de estarem à margem da população em situação de pobreza e extrema pobreza, deste grupo citado 80% é extremamente pobre segundo as bases tratadas, significa dizer que estas famílias vivem, em valores atuais, com uma renda de 105,00 reais per capita.

Isto não significa dizer que os alunos não beneficiários inscritos no CadÚnico, em média 25%, vivam em situação de bem estar social pois, estar fora da lista dos beneficiários por vezes significa estar um real apenas de diferença do aluno que é beneficiário. Sendo assim, uma parte dos alunos que não recebem o benefício também vivem de maneira simples para não dizer precária.

Os gráficos 4 ao 9 a seguir permitem uma análise comparativa das variáveis que são comuns às bases do CadÚnico, SAEB e Censo Escolar (raça, gênero, local onde o aluno reside), e outras variáveis que estão apenas no CadÚnico. Para tanto, serão comparados os estudantes que estão no CadÚnico (beneficiários ou não do Programa Bolsa Família) com os estudantes do estado que não estão cadastrados no CadÚnico, a este grupo de estudantes foi dado o nome de SAEBG alunos que não estão cadastrados no CadÚnico). As bases do CadÚnico respondem por em média 50.000 estudantes, enquanto que o número de estudantes fora dessa base contém em média 80.000 estudantes.

O Gráfico 4 indica a porcentagens dos alunos negros e pardos que existem nas escolas públicas do estado de Pernambuco entre 2013 e 2019 dos 5º e 9º anos do ensino fundamental cadastrados no Cadastro Único e no SAEBG (base dos alunos no geral sem os cadastrados no CadÚnico) das escolas públicas.

Gráfico 4- Negros e Pardos - 5º e 9º Ano



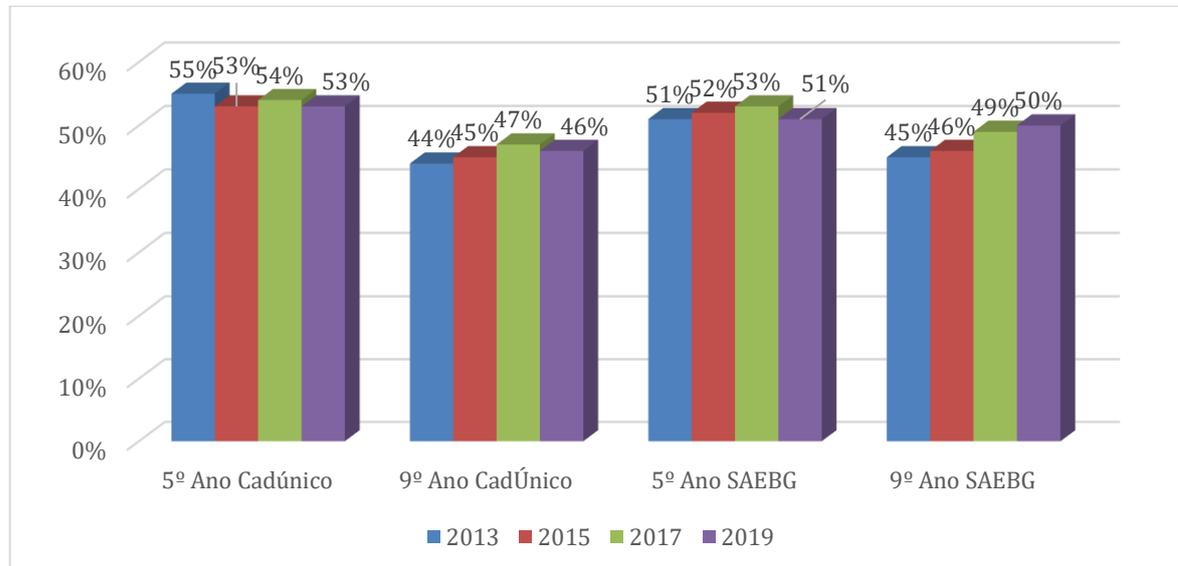
Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico (2021)

O gráfico 4 mostra as porcentagens dos alunos negros e pardos nas escolas públicas do estado de Pernambuco pertencentes ao CadÚnico e no SAEBG, tanto o 5º quanto o 9º ano possui em média 80% de alunos Negros e pardo integrantes do CadÚnico, referente ao grupo do SAEBG este número é mais proporcional fica entre 50% e 60%, o que deixa explícito que parcela mais pobre da população é negra ou parda. Segundo Medeiros (2021) 55,8% da população brasileira é negra ou parda. A base do CadÚnico com 80% dos alunos negros reforça a falta de oportunidade e a situação precária do negro/pardo pobre no Brasil.

O Gráfico 5 apresenta os dados da variável gênero das bases de dados dos anos 2013 a 2019 para os alunos das escolas públicas dos 5º e 9º ano do ensino básico cadastrados no CadÚnico e SAEBG das escolas públicas.

Gráfico 5- Gêneros - 5º e 9º Ano



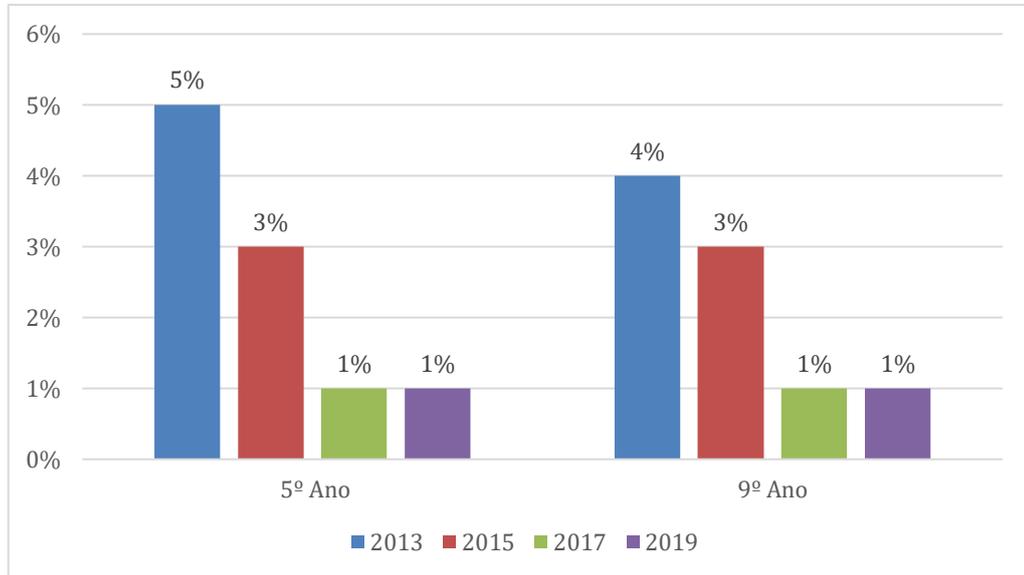
Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico (2021)

O Gráfico 5 mostra a análises dos gêneros nas bases dos 5º e 9º ano ao decorrer dos anos. Na base do 5º ano o número dos meninos sempre foi superior a 50% em todos os anos e nas duas bases tanto do CadÚnico quanto do SAEBG. Para o 9º ano o número de meninos é em média 45% para as duas bases mostrando que nos anos finais do ensino fundamental as meninas concluem em maior número que os meninos, totalmente oposto da base do 5º ano. Os números estão estatisticamente empatados, o que diz que o número de alunos dos dois gêneros são os mesmos nas bases.

A seguir o Gráfico 6 que mostra a realidade do trabalho infantil para as crianças pobres do estado de Pernambuco dos 5º e 9º anos inscritas na base do Cadastro Único.

Gráfico 6– Trabalho Infantil - 5º e 9º Ano



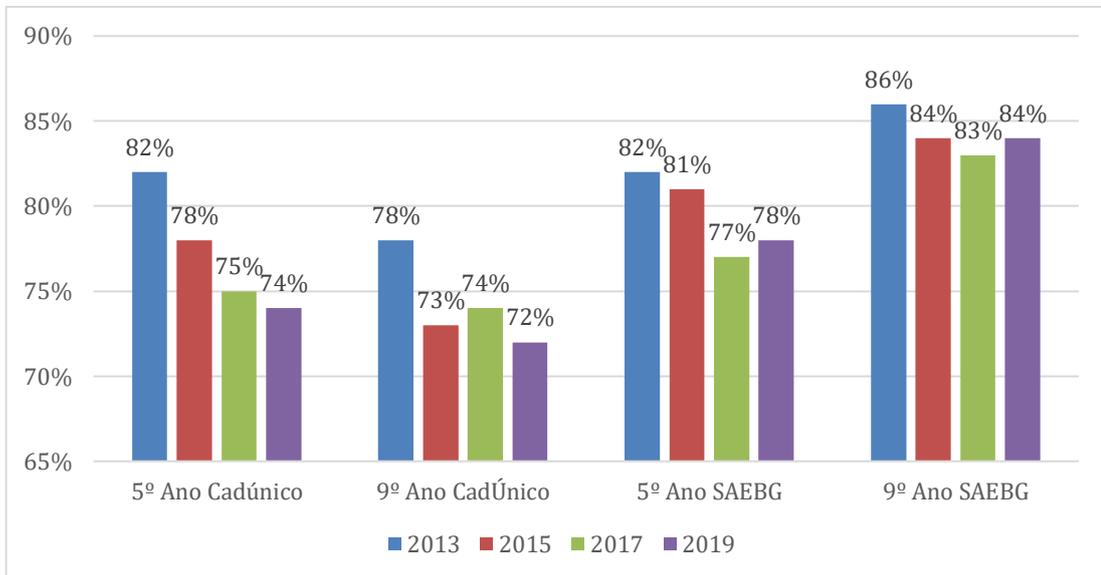
Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico (2021)

O gráfico 6 mostra a evolução na redução do trabalho infantil entre os anos de 2013 a 2019, passando de 5% para 1% das bases tratadas, tal feito não é recente, e com a amostra tratada não foi diferente, os dois grupos obtiveram redução ao trabalho infantil, em 2019 chegou a 1% de crianças que ainda trabalham. O trabalho infantil vem sendo combatido e aos poucos o número de crianças que trabalha vem reduzindo ao decorrer dos anos (SOUZA, 2013).

O Gráfico 7 enfatiza a quantidade de alunos da zona urbana das escolas públicas do estado de Pernambuco dos 5º e 9º anos presentes nas bases do CadÚnico e do SAEBG.

Gráfico 7– Zona Urbana - 5º e 9º Ano



Fonte: A Autora

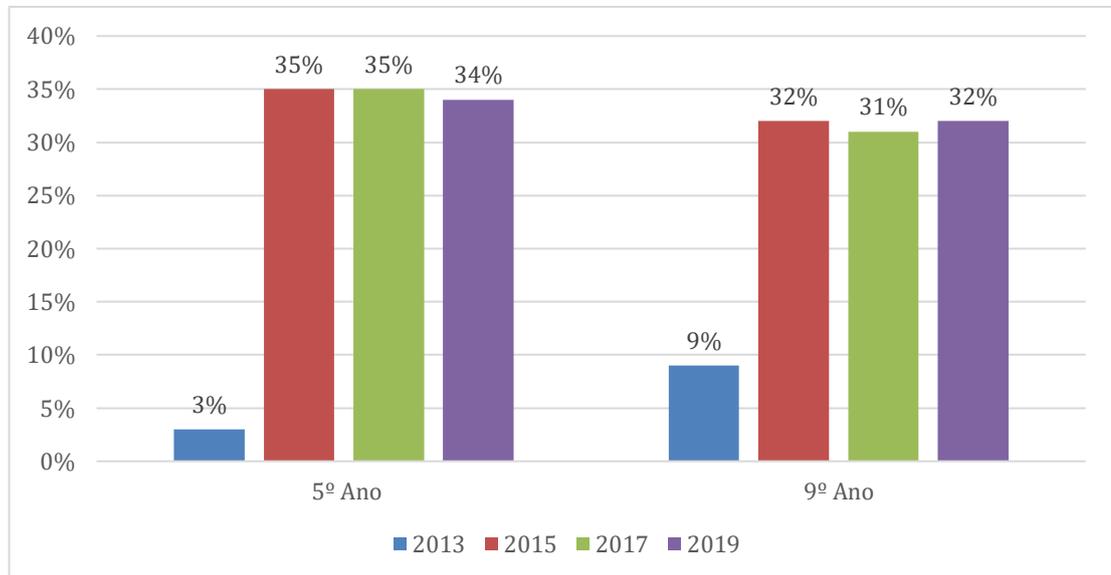
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico e SAEBG (2021)

O gráfico 7 mostra que grande parte da população estudantil, acima de 75%, do CadÚnico e do SAEBG como um todo ainda se encontra na zona urbana mostrando o problema educacional que existe nas zonas rurais, a falta de escolas nas zonas rurais afeta negativamente esta população em fase escolar, crianças precisam andar quilômetros para poder estudar ou não estudam, existem escolas nas zonas rurais, mas em geral só até o fundamental I.

Santos *et al.* (2022) indicam dados alarmantes onde a educação da população da zona rural permanece menos favorecida que da zona urbana, eles mostram que a diferença entre o ensino é muito diferente entre as instituições da zona urbana e rural, mostrando assim a responsabilidade dos governantes em criar ou aprimorar políticas públicas voltadas e este público escolar.

O agreste se destacou muito no ensino básico dentre os anos tratados (2013 a 2019) e é isto que o Gráfico 8 vem enfatizar, agrupando o 5º e o 9º ano.

Gráfico 8– Percentual de Alunos do Agreste Participantes da Prova do SAEB



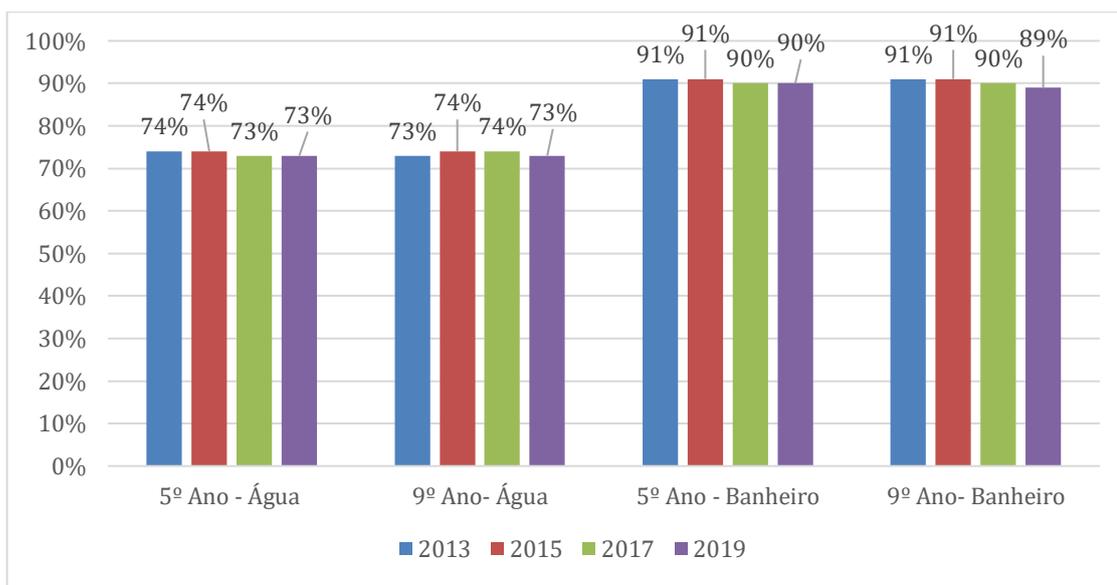
Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico (2021)

O gráfico 8 revela a evolução incrível da participação dos alunos do agreste, inscritos no CadÚnico, nas provas do SAEB de proficiência em português e matemática, após 2013 as escolas de ensino básico obtiveram maior participação na Prova Brasil, de 2013 para 2015 o salto foi impressionante de 32 pontos percentuais para o 5º ano e 23 pontos percentuais para o 9º ano, o que mostra a importância de políticas públicas na educação e o engajamento das universidades com as prefeituras. Após 2015 mantém-se constante a participação dos alunos na prova Brasil o que frisa que o agreste, está a cada ano destacando-se em educação básica.

O Gráfico 9 apresenta a realidade de saneamento básico das pessoas cadastradas no CadÚnico em Pernambuco que não é extremamente precária, mas tem uma porcentagem relevante de abandono a famílias pobres.

Gráfico 9– Saneamento Básico dos Alunos do CadÚnico - 5º e 9º Ano



Fonte: A Autora

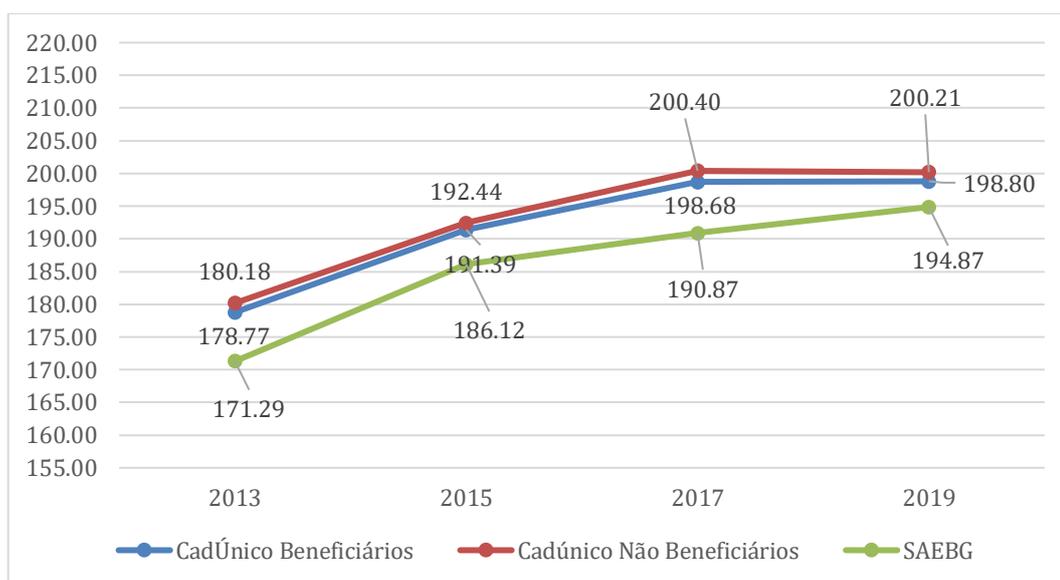
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico (2021)

O gráfico 9 nos diz que infelizmente ainda existem 25% das famílias de baixa renda sem saneamento básico, ou seja, água encanada, embora mais de 90% das casas possuem banheiro, esta porcentagem alta da falta de saneamento básico mostra a falta de políticas públicas de bem estar social que cheguem diretamente aos que mais precisam, sempre estando às margens da sociedade e invisíveis aos governantes. A partir de dados municipais Scriptore *et al.* (2018) mostra como o efeito do saneamento básico interfere diretamente na nota dos alunos entre 6 e 14 anos, ter saneamento básico causa um efeito positivo no desempenho educacional destas crianças.

## 4.2 ANÁLISE DAS MÉDIAS DE PROFICIÊNCIA

O Gráfico 10 explana a evolução do desempenho em português dos alunos do 5º ano do ensino fundamental para o período em análise. Pode-se observar que a média dos alunos, tanto beneficiários do Programa Bolsa Família quanto os não beneficiários e do SAEBG (alunos que não estão cadastrados no CadÚnico) aumentaram ao longo do tempo.

Gráfico 10– Evolução das Médias em Português - 5º Ano



Fonte: A Autora

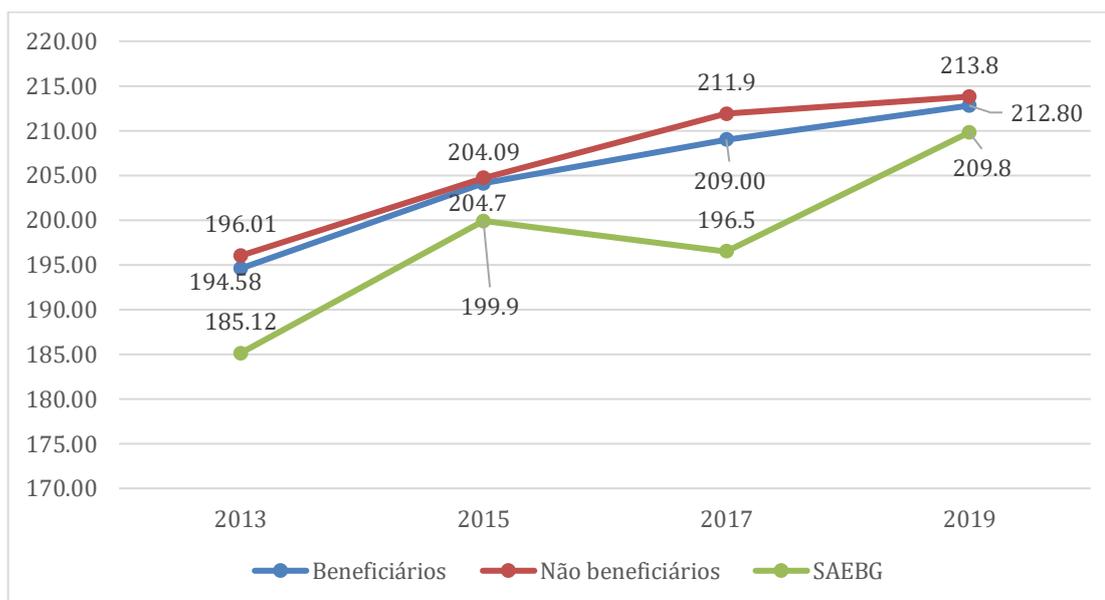
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

No gráfico 10 observa-se que os alunos beneficiários do 5º ano aumentaram a pontuação na proficiência em português, mas se mantiveram no mesmo nível 3 (desempenho da nota entre 175 e 200), mesmo mantendo-se no mesmo nível o aumento da média de 2013 a 2019 foi de 11%, aumento significativo para alunos que vivem em situação de extrema pobreza ou pobreza. Os alunos que não são beneficiários também estão no nível 3 em português, tiveram uma evolução, mas não saíram deste nível.

Lembrando que todos os alunos tratados são pobres pois estão no cadastro único. Para os alunos da base do SAEBG a média também se manteve no nível 3, mas estes em todos os anos possuíram médias abaixo dos alunos integrantes do CadÚnico, o que chama atenção, visto que estes alunos mais pobres estão em situação financeira mais vulnerável.

O Gráfico 11 a seguir observar-se a evolução do desempenho médio em matemática para os alunos do 5º ano do ensino fundamental do CadÚnico e SAEBG para o período em estudo. Pode-se observar que a média dos alunos, de todos os grupos, aumentaram ao longo do tempo.

Gráfico 11– Evolução das Médias em Matemática - 5º Ano



Fonte: A Autora

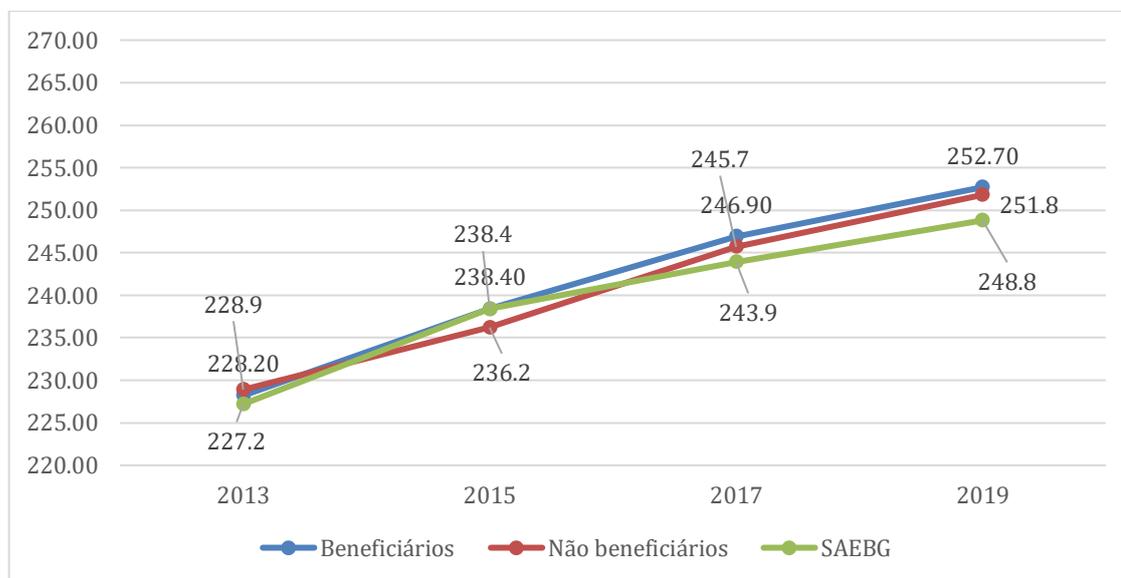
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

Observa-se no gráfico 11 a evolução das notas dos alunos beneficiários ao decorrer dos anos, de 2013 para 2019 os alunos saíram do nível 3 (desempenho entre 175 a 200) para o nível 4 (desempenho entre 200 e 225) na proficiência em matemática, importante ressaltar que na média destes a nota em matemática sempre foi mais elevada. Mesmo assim, como o nível máximo do SAEB é 10 ainda se tem muito a trabalhar para que os estudantes possam ter uma educação de qualidade e que transforme a vida dos mesmos.

Os alunos não beneficiários também passaram do nível 3 para o nível 4 com médias um pouco acima dos beneficiários, mas no mesmo patamar que o grupo tratado, a diferença entre as notas dos grupos é mínima sempre de 1%. Para o grupo do SAEBG (sem os alunos do CadÚnico) todos os anos estiveram abaixo da média dos alunos beneficiários do Programa Bolsa família, este grupo passou do nível 3 para (nota 2013: 185,12) o nível 4 (nota de 2019: 219,8), tal resultado dá indícios de que o incentivo da transferência de renda contribuiu para aumentar a nota dos alunos do estrato mais pobre da população.

Agora fazendo a análise para os alunos do 9º ano, o próximo Gráfico 12 mostra a evolução do desempenho médio em português. Pode-se observar que as médias dos alunos aumentaram no período de estudo para os grupos observados.

Gráfico 12– Evolução das Médias em Português - 9º Ano



Fonte: A Autora

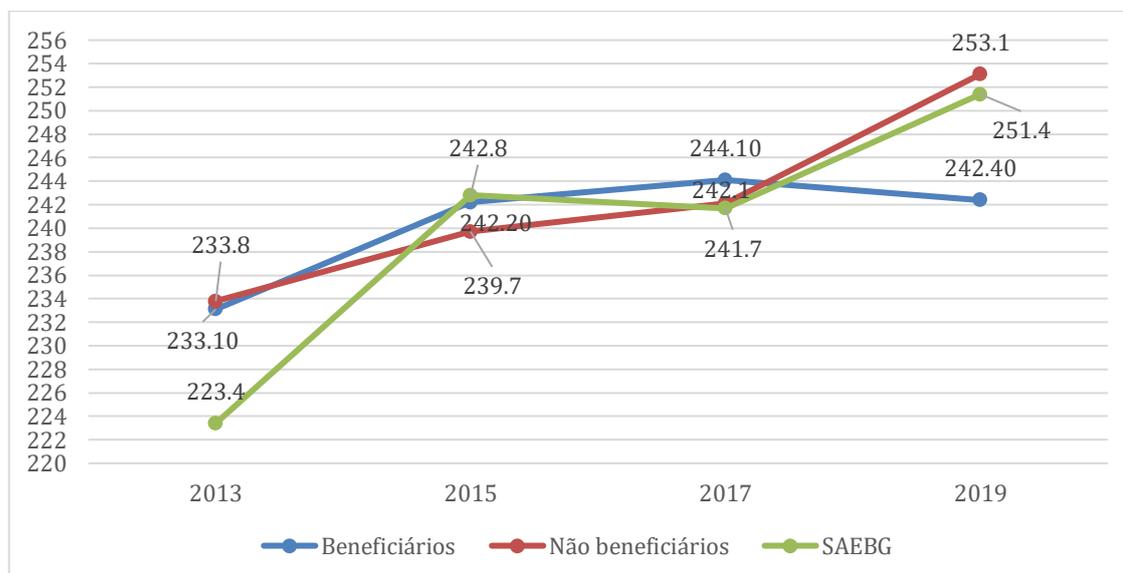
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

No gráfico 12 é possível observar que os alunos beneficiados, na média em português passaram do nível 2 (desempenho entre 225 a 250) para o nível 3 (250 a 275) na média de proficiência da disciplina. É possível observar que os alunos beneficiários desta etapa de ensino obtiveram médias maiores do que os não beneficiários e os alunos do grupo do SAEBG, todos os grupos passaram para o mesmo nível, mas os alunos que recebiam transferência de renda apresentaram uma média melhor em português.

Em 2015 os alunos beneficiados e a média geral do SAEBG foram a mesma de 238,4, desta forma é possível dizer que em 2015 o estrato mais pobre da população estava equiparado ao grupo geral do SAEB em termos de média na disciplina de português. Em 2019 a diferença entre o grupo geral do SAEB e o beneficiários é de 3,3 na média, estando os beneficiários em melhor situação na média.

O Gráfico 13 apresenta a evolução em matemática dos alunos do 9º ano tanto dos beneficiários, não beneficiários e do grupo geral dos alunos da rede pública de ensino do SAEBG.

Gráfico 13- Evolução das Médias em Matemática - 9º Ano



Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

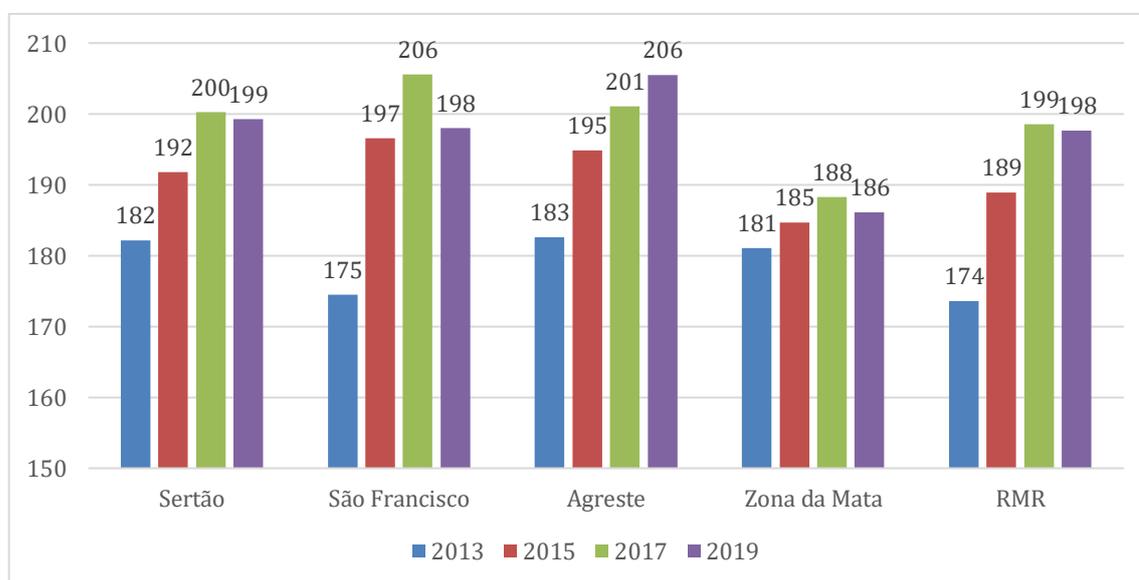
O gráfico 13 mostra que em matemática os alunos beneficiários do 9º ano permaneceram no nível 2 (desempenho entre 225 a 250) mas com uma evolução das médias de 3% nas médias, já os alunos não beneficiários foram bem melhores nesse aspecto passando do nível 2 para o nível 3 (desempenho entre 250 a 275) com uma evolução de 7%. Os alunos do grupo SAEBG evoluíram no decorrer da série observada do nível 1 (desempenho entre 200 a 225) para o nível 3 (desempenho entre 250 a 275) com um aumento de 28 pontos na média geral (de 223,4 para 251,4 na média) mas mesmo assim no último ano os alunos não beneficiários do CadÚnico obtiveram melhor desempenho nas médias em matemática.

Vale destacar que os alunos que passaram do nível 2 para o nível 3 na proficiência em matemática do SAEB são capazes de : reconhecer o maior ou o menor número em uma coleção de números racionais, representados na forma decimal, interpretar dados apresentados em tabela e gráfico de colunas, reconhecer a fração que corresponde à relação parte-todo entre uma figura e suas partes hachuradas, associar um número racional que representa uma quantia monetária, escrito por extenso, à sua representação decimal, determinar uma fração irredutível, equivalente a uma fração dada, a partir da simplificação por três, interpretar dados apresentados

em um gráfico de linha simples, associar dados apresentados em gráfico de colunas a uma tabela, reconhecer o ângulo de giro que representa a mudança de direção na movimentação de pessoas/objetos, reconhecer a planificação de um sólido simples, dado através de um desenho em perspectiva, localizar um objeto em representação gráfica do tipo planta baixa, utilizando dois critérios: estar mais longe de um referencial e mais perto de outro, determinar uma fração irredutível, equivalente a uma fração dada, a partir da simplificação por sete, determinar a soma, a diferença, o produto ou o quociente de números inteiros em situações-problema, localizar o valor que representa um número inteiro positivo associado a um ponto indicado em uma reta numérica, resolver problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números inteiros, associar dados apresentados em tabela a gráfico de setores, analisar dados dispostos em uma tabela simples, analisar dados apresentados em um gráfico de linha com mais de uma grandeza representada (RELATÓRIO SAEB, 2019).

O Gráfico 14 indica a evolução das médias em português dos alunos do CadÚnico das mesorregiões com ênfase no agreste do 5º Ano.

Gráfico 14- Evolução da Média em Português dos Beneficiários por Mesorregião - 5º Ano



Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

O gráfico 14 mostra o comparativo para proficiência em português do quinto ano entre os beneficiários, percebe-se que o agreste ganhou destaque ao passar dos alunos evoluindo bem principalmente entre 2015 e 2017 que os alunos passaram do nível 3 (desempenho de 175 a

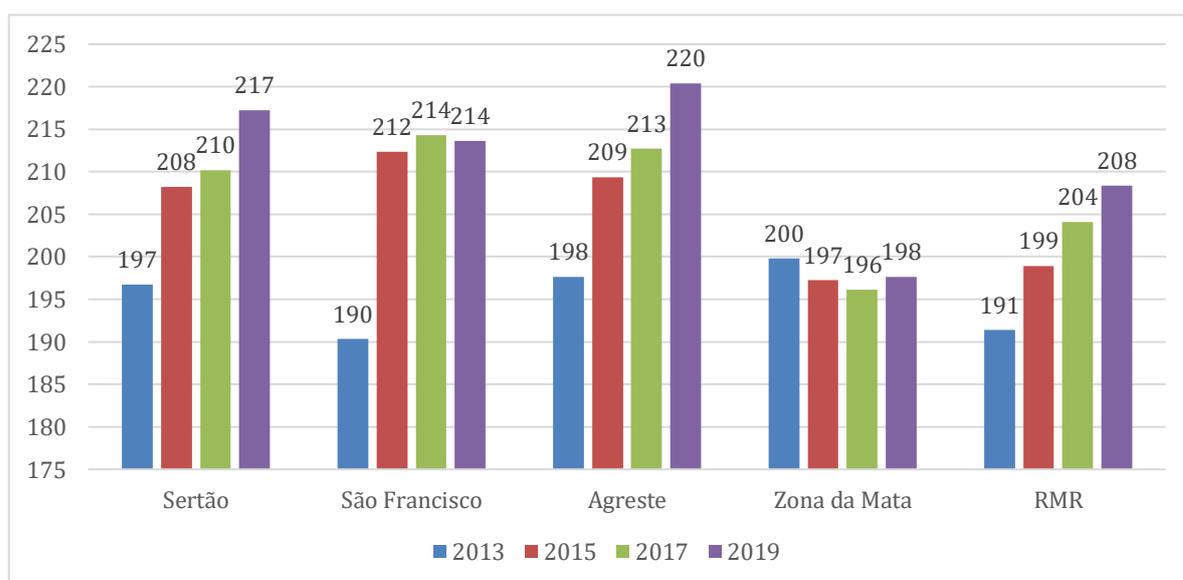
200) para o nível 4 (desempenho de 200 a 225) da proficiência mantendo-se neste nível até 2019, os alunos desta região passaram de 183 para 206 na proficiência até 2019.

A mesorregião do São Francisco também evoluiu muito bem em especial de 2013 para 2015 passando do nível 2 (desempenho de 150 a 175) para o nível 3 (desempenho de 175 a 200) da proficiência. Comparando o agreste com a RMR (Região Metropolitana de Recife) enquanto os alunos da RMR permanecem no nível 3 os alunos do agreste passaram para o nível 4.

Para o 5º ano na disciplina de português Pernambuco e p nordeste obtiveram destaque a nível nacional, o estado teve variação positiva, diferente das demais regiões do país (RELATÓRIO DO SAEB 2019).

O Gráfico 15 mostra a evolução das médias em Matemática dos alunos do CadÚnico das mesorregiões com ênfase no agreste do 5º Ano.

Gráfico 15- Evolução da Média em Matemática dos Beneficiários por Mesorregião - 5º Ano



Fonte: A Autora

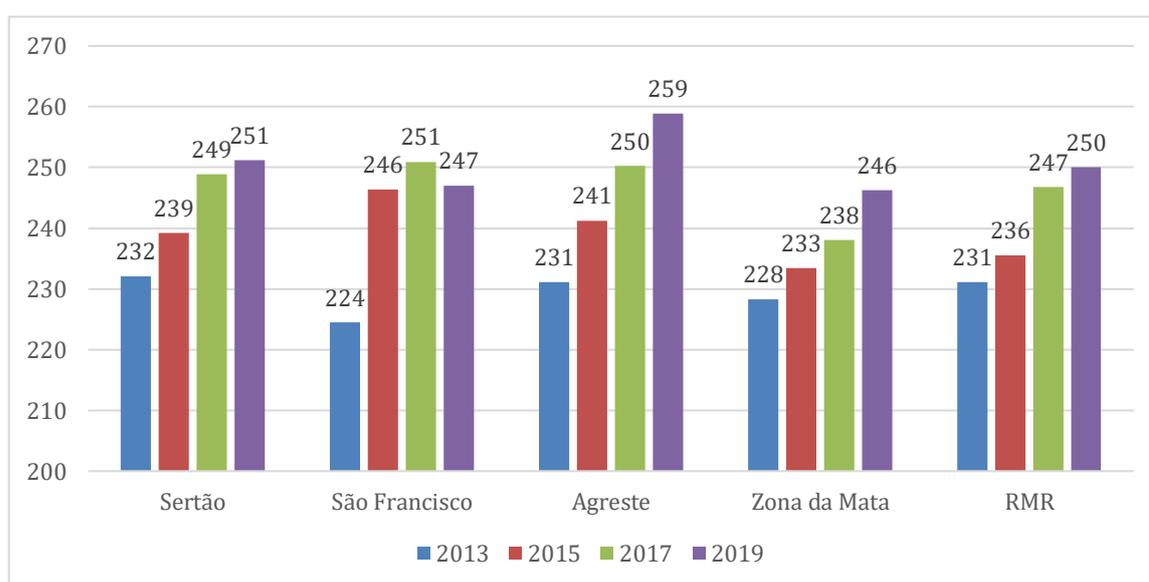
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

Para matemática o cenário foi muito parecido com a proficiência em português, o agreste destacou-se, pois passou do nível 3 (desempenho de 175 a 200) para o nível 4 (desempenho de 200 a 225) em 2015 mantendo-se neste nível até 2019 com nota equivalente a 220, último ano da análise deste trabalho. A região São Francisco novamente ganha destaque pois evoluiu significativamente entre 2013 e 2019 passando para o nível 4 também, comparando com a RMR em matemática os alunos metropolitanos também passaram para o nível 4 (desempenho entre 275 e 300) mas não com a média maior que os alunos do agreste.

O Relatório SAEB 2019 mostra que para disciplina de matemática o estado de Pernambuco também obteve variação positiva em todo Nordeste sendo Pernambuco destaque com variação de 7,0 ponto entre 2015 e 2019 enquanto na região norte houve variações negativas.

O Gráfico 16 apresenta a evolução das médias em português e matemática dos alunos do CadÚnico das mesorregiões com ênfase no agreste do 9º Ano.

Gráfico 16- Evolução da Média em Português dos Beneficiários Inscritos no CadÚnico por Mesorregião - 9º Ano



Fonte: A Autora

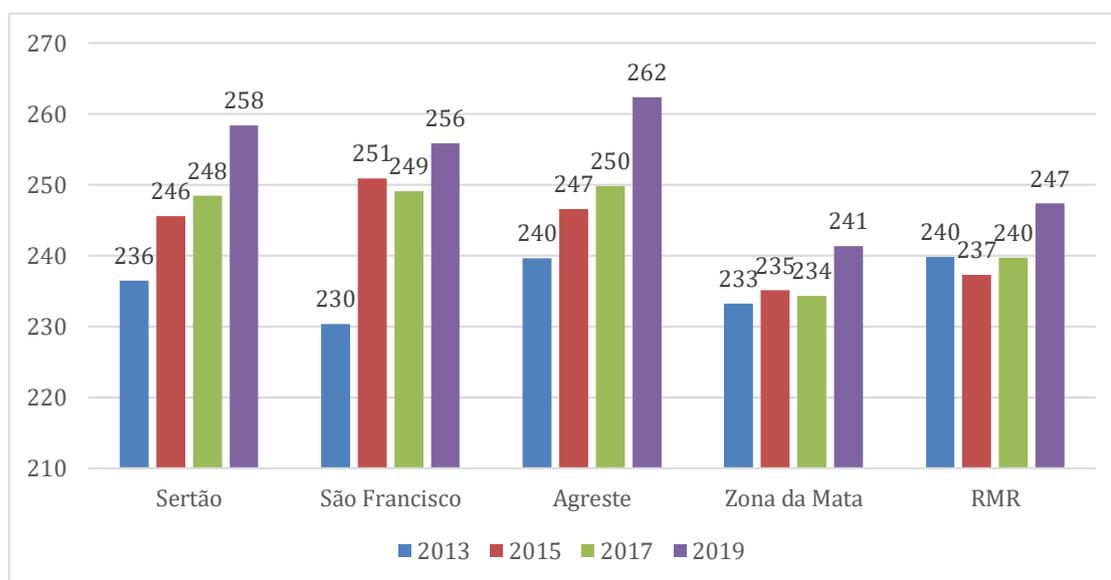
Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

O gráfico 16 enfatiza que para o 9º ano em português mais uma vez destaca-se o agreste passando do nível 2 (desempenho de 225 a 250) para o nível 3 (desempenho de 250 a 275) e de 2015 para 2017 mantendo-se neste nível até 2019 com nota média de 259, a região metropolitana permaneceu no nível 2 mostrando que os alunos beneficiários do Bolsa Família residentes no agreste obtiveram melhor resultado na proficiência em português na análise desta base de dados. A região do São Francisco merece mais uma vez destaque pois evoluiu do nível 1 (desempenho de 200 a 225) para o nível 3 (desempenho de 250 a 275) no decorrer dos anos analisados nesta dissertação.

Na disciplina em português do 9º ano o Nordeste obteve destaque pois todas as unidades federativas, inclusive Pernambuco, obtiveram variações positivas nas médias destes alunos (RELATÓRIO DO SAEB 2019).

O Gráfico 17 explana a evolução das médias em português e matemática dos alunos do CadÚnico das mesorregiões com ênfase no agreste do 9º Ano.

Gráfico 17- Evolução da Média em Matemática dos Beneficiários Inscritos no CadÚnico por Mesorregião - 9º Ano



Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

Em matemática estes alunos do agreste passaram do nível 2 (desempenho de 225 a 250) para o nível 3 (desempenho de 250 a 275) de 2017 para 2019 obtendo média em 2019 de 262, já os alunos da RMR permaneceram no nível 2 durante todos os anos tratados com a proficiência média em 2019 de 247, mais uma vez confirmando que o programa fez bem no interior também, pois a região metropolitana sempre é mais bem assistida no geral em políticas públicas, o Programa Bolsa Família conseguiu adentrar o estado de Pernambuco como mostrado nos gráficos advindos dos dados tratados.

Para a disciplina de matemática o relatório do SAEB 2019 apresenta um destaque para o Estado de Pernambuco com uma variação positiva de 9,3 pontos entre 2017 e 2019 em comparação com os outros estados do Nordeste e do País, sendo uma das melhores variações deste em 2019.

### 4.3 MODELO

Para efetuar as regressões foi necessário o tratamento intenso e prolongado das três bases citadas porque existe uma limitação de dados socioeconômicos da base do censo escolar estes dados ficaram todos a cargo da base do CadÚnico por isso a maior parte das variáveis explicativas do trabalho vem deste. As variáveis de interesse são as proficiências em português e matemática dos 5º e 9º ano do ensino fundamental, sendo uma equação geral para o trabalho mudando a cada regressão a variável dependente.

#### 4.3.1 Equação

A Equação das regressões estimadas desta dissertação para obtenção da proficiência média dos alunos contém, variáveis explicativas que são em grande parte *dummies* para que possa ser feito o comparativo entre os grupos e as outras variáveis numéricas para mostrar que a cada aumento na variável afeta a média do aluno como segue na tabela 5:

Tabela 5- Parâmetros da Regressão

Parâmetros	Explicação
$B_0$	<i>interseção da reta da regressão</i>
$B_1$	<i>Valor que altera a nota do aluno por ser beneficiário do Bolsa Família (positivo)</i>
$B_2$	<i>Valor que altera a média do aluno por ser negro ou pardo (positivo ou negativo)</i>
$B_3$	<i>Valor que altera a média do aluno se o mesmo trabalhar (negativo)</i>
$B_4$	<i>Valor que altera a média do aluno a cada real a mais que a família recebe (positivo)</i>
$B_5$	<i>Valor que altera a média do aluno a cada pessoa a mais que mora na casa do aluno (negativo)</i>
$B_6$	<i>Valor que altera a média do aluno se o mesmo morar na zona urbana (positivo)</i>
$B_7$	<i>Valor que altera a média do aluno a cada cômodo a mais que existe na casa do aluno (positivo)</i>
$B_8$	<i>Valor que altera a média do aluno a cada cômodo que é feito de dormitório na casa do aluno (negativo)</i>
$B_9$	<i>Valor que altera a média do aluno se o local que o mesmo morar existir água encanada (positivo)</i>
$B_{10}$	<i>Valor que altera a média do aluno se o local que o mesmo morar existir banheiro (positivo)</i>
$B_{11}$	<i>Valor que altera a média do aluno quanto mais velho o mesmo for (negativo)</i>
$B_{12}$	<i>Valor que altera a média do aluno se o mesmo morar no agreste (positivo)</i>

Fonte: A Autora (2022)

Equação Geral do modelo de regressão robusta para obtenção das proficiências médias do SAEB em português e matemática do 5º e 9º ano:

$$\begin{aligned} \text{Proficiencia} = & \beta_0 + \beta_1bf + \beta_2raca + \beta_3ind\_trabalho\_infantil\_pessoa + \\ & \beta_4vlr\_renda\_media\_fam + \beta_5qtde\_pessoas + \beta_6cod\_local\_domic\_fam + \\ & \beta_7qtd\_comodos\_domic\_fam + \beta_8qtd\_comodos\_dormitorio\_fam + \\ & \beta_9cod\_agua\_canalizada\_fam + \beta_{10}cod\_banheiro\_domic\_fam + \beta_{11}idadeserie + \\ & + \beta_{12}co\_mesorregiao + u \end{aligned}$$

#### 4.3.2 Resultados

Observa-se que nos resultados das regressões houve variáveis que não foram significativas estatisticamente, mas como tratou Abbad (2002) um  $\beta$  não significativo não precisa ser eliminado da regressão, o mesmo pode ser um bom preditor da variável dependente se tiver alta relevância no trabalho pois importam de forma global para o estudo, que é o caso da variável BF (Bolsa Família). Esta relevância é chamada de cargas e elas não levam em conta o quanto o preditor está correlacionado com outro, mas se está relacionado como critério. Se a pesquisa é exploratória que busca identificar relacionamentos entre as variáveis então pode e deve-se interpretar estas cargas.

Tabela 6- Proficiência em Português e Matemática - 5º Ano

	<i>Variável dependente:</i> PROFICIENCIA_PORT_SAEB				<i>Variável dependente:</i> PROFICIENCIA_MAT_SAEB			
	2013	2015	2017	2019	2013	2015	2017	2019
<b>BF1</b>	0.667 (0.958)	0.738 (0.638)	0.897 (0.751)	0.676 (0.692)	0.131 (-1.042)	1.072* (0.594)	0.442 (0.815)	0.582 (0.644)
<b>racal</b>	-3.867*** (0.716)	-0.433 (0.522)	-1.527*** (0.588)	2.385*** (0.578)	-3.747*** (0.779)	1.178** (0.486)	2.075*** (0.580)	4.566*** (0.538)
<b>ind_trab alho_inf antil_pes soal</b>	-4.050*** (1.121)	-1.761* (1.058)	-0.985 (1.744)	-13.47*** (2.801)	-3.134** (1.220)	-0.020 (0.985)	-3.802* (1.962)	-11.560*** (2.602)
<b>vlr_rend a_media _fam</b>	0.016*** (0.005)	0.014*** (0.003)	0.016*** (0.003)	0.011*** (0.002)	0.022*** (0.005)	0.012*** (0.003)	0.021*** (0.003)	0.012*** (0.002)
<b>qtde_pes soas</b>	-0.513*** (0.161)	-0.609*** (0.124)	-0.773*** (0.144)	-0.754*** (0.145)	-0.618*** (0.176)	-0.490*** (0.115)	-0.854*** (0.154)	-0.754*** (0.135)
<b>cod_loca l_domic _fam1</b>	2.205*** (0.756)	1.583*** (0.535)	1.732*** (0.576)	3.566*** (0.568)	0.394 (0.823)	-0.771 (0.498)	0.287 (0.613)	-0.479 (0.528)
<b>qtd_com odos_do mic_fam</b>	0.255 (0.196)	0.041 (0.167)	0.010 (0.178)	-0.160 (0.177)	0.314 (0.213)	0.331** (0.156)	-0.246 (0.186)	0.077 (0.165)
<b>qtd_com odos_do rmitorio _fam</b>	-0.374 (0.335)	-0.112 (0.290)	-1.104*** (0.382)	-0.314 (0.382)	-0.545 (0.364)	-0.033 (0.270)	0.016 (0.349)	-0.478 (0.355)
<b>cod_agu a_canali zada_fa ml</b>	2.378*** (0.678)	1.975*** (0.509)	3.606*** (0.572)	0.379 (0.576)	2.657*** (0.738)	1.874*** (0.474)	1.897*** (0.602)	1.762*** (0.535)
<b>cod_ban heiro_do mic_fam 1</b>	2.076** (1.015)	2.360*** (0.763)	4.072*** (0.864)	3.821*** (0.869)	3.606*** (-1.104)	0.644 (0.711)	2.412** (0.952)	3.954*** (0.807)
<b>idadeser ie</b>	-2.307*** (0.173)	-1.94*** (0.131)	-1.720*** (0.127)	-0.639*** (0.137)	-2.060*** (0.188)	-1.50*** (0.122)	-1.096*** (0.122)	-0.401*** (0.127)
<b>CO_ME SORRE GIAO1</b>	2.871* (1.504)	6.123*** (0.419)	4.886*** (0.475)	11.822*** (0.475)	2.413 (1.636)	7.919*** (0.390)	8.200*** (0.498)	12.793*** (0.441)
<b>Constan t</b>	201.1*** (2.652)	206.7*** (1.991)	212.925*** (2.067)	195.9*** (2.108)	215.7*** (2.886)	213.9*** (1.854)	215.3*** (2.119)	206.0*** (1.959)
<b>Observa tions</b>	29,885	55,681	49,247	54,804	29,885	55,681	39,278	54,734
<b>Residual Std. Error</b>	45.897 (df = 29872)	46.930 (df = 55668)	49.365 (df = 49234)	51.358 (df = 54791)	48.001 (df = 29872)	41.464 (df = 55668)	44.892 (df = 39265)	45.815 (df = 54721)

Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

Antes de iniciar a análise uma breve explicação de como foram encontrados os valores das porcentagens tratados nesta análise foram encontradas as porcentagens a partir dos coeficientes:

$$x = \frac{\beta}{proficiencia} * 100$$

Onde:

$$proficiencia = constant$$

Na análise dos alunos do 5º ano para proficiência em português e matemática foi identificado que ao decorrer dos anos tratados ser beneficiários do bolsa família refletiu positivamente entre 0,3 % e 0,4 % na nota média em português e de 0,1 % a 0,5 % na nota média em matemática dos alunos, o programa contribuiu de maneira positiva no aumento das médias desses alunos. Segundo Lima (2019) o Programa Bolsa Família impactou de maneira positiva a educação no Brasil, e foi mais significativo nos estados com índices educacionais mais baixos, da mesma forma a análise da tabela acima mostra o impacto positivo do programa na proficiência média dos alunos do 5º ano.

Para o BF de 2013 foi calculado da seguinte maneira:

Português:

$$\frac{0,667}{201,1} * 100 = 0,3\%$$

Matemática:

$$\frac{0,131}{215,7} * 100 = 0,1\%$$

Referente a questão racial até 2017 ser negro ou pardo diminuiu a nota em português dos alunos, tal diminuição foi perdendo força até que em 2019 este cenário mudou e a raça interferiu de maneira positiva em 1% na média destes alunos. Para a média de matemática o cenário foi bem melhor pois desde 2015 ser negro ou pardo passou a significar aumento na média de maneira gradativa até que em 2019 a média deste grupo aumentou em 2% a proficiência em matemática.

Resultado muito parecido com o deste trabalho foi tratado por Ferrão (2002) onde mostra que em todas as regiões ser negro contribuiu de maneira negativa para a nota das proficiências, a diferença é que neste trabalho por dois anos ser negro/pardo contribui positivamente para as médias dos alunos o que mostra um resultado um pouco melhor do que o que foi visto em 2002 pelo autor citado.

O trabalho infantil como é de se esperar afetou negativamente a vida escolar desses alunos, lembrando que a porcentagem dos alunos que trabalham é muito pequena mas mesmo assim o reflexo negativo deste trabalho aparece de forma significativa nos resultados da regressão com destaque para 2019 que o impacto foi de uma redução de 6,6 % na médias de português se 5 % na média de matemática destes alunos que trabalham, a cada a ano trabalhar influenciou de maneira mais depreciativa na nota das crianças.

Fazendo um comparativo com o trabalho de Salvador (2016) o trabalho infantil tem efeito negativo para os alunos do 5º ano, o efeito mais negativo foi para a disciplina de português coincidentemente neste trabalho o mesmo ocorreu, mas este autor usou MQO e não pode afirmar a precisão deste efeito.

O valor da renda média contribuiu de forma positiva e estatisticamente significativa no aumento da nota dos alunos, o que é de se esperar, o aumento da renda proporciona bem estar e melhores condições para estudar, este aumento da renda mostra o impacto da transferência de renda as famílias de baixa renda.

Em seu artigo Araujo *et al* (2020) concluiu que alunos que possuem famílias com melhores condições socioeconômicas consequentemente apresentam melhor desempenho educacional. Isto foi analisado neste trabalho na variável da renda média que quanto maior melhor a nota do aluno.

A quantidade de pessoas que moram com o aluno (base do CadÚnico) influenciou de maneira negativa a média dos alunos no decorrer dos anos, passando de 0,2% para 0,3% de redução nas médias destes alunos, a cada pessoa a mais em casa. A média desses alunos declinava entre 0,2% e 0,3% na média em português e na proficiência de matemática este impacto foi de 0,2% a 0,3% a cada pessoa que reside na casa do aluno.

Soares (2003) indica em seu trabalho que a quantidade de pessoas em uma residência altera negativamente o desempenho escolar dos alunos tal qual mostrado neste trabalho.

Ser aluno da zona urbana significou médias maiores para os alunos em 1% no geral, ter saneamento básico (água encanada e banheiro) influenciou de forma positiva a média destes alunos como já era esperado com destaque para o ano de 2015 que elevou a nota das crianças em 3% para a média em português e em matemática o destaque foi para o ano de 2013 que influenciou positivamente em 2% a média destes alunos.

Ainda Soares (2003) evidencia que existem uma forte relação entre ter saneamento básico e morar na zona urbana e o aumento do desempenho escolar dos alunos, resultado um pouco diferente deste trabalho que em alguns anos ser aluno da zona urbana teve impacto negativo em matemática.

Estar fora da faixa etária do 5º ano (distorção idade série) afetou a nota destes alunos mais velho de maneira negativa, quanto mais velho maior o declínio da nota, por exemplo em 2013 a cada ano a mais da faixa etária (11 anos) o aluno perdia na nota -2,307 pontos na média em português e - 2,060 em matemática, mas pode-se observar que ao decorrer dos anos essa pontuação influenciou de maneira negativa, mas de forma mais sutil. Um possível responsável para este resultado seria o aprimoramento e disseminação das ações como EJA (educação de jovens e adultos) e Brasil Alfabetizado para que pessoas fora da faixa etária pudessem cursar o ensino básico em ambientes diferentes dos alunos que estavam dentro da idade assumida como adequada. Moura *et al* (2021) deixa claro que somando a retenção e consequentemente a progressiva distorção idade-série gera-se implicações diversas, na escola e na sociedade.

Um destaque muito importante nesta análise foi a mesorregião em 2013 ser aluno do agreste aumentou a nota do aluno em apenas 2,871 pontos em português e 2,413 em matemática, ao decorrer dos anos e dos investimentos na educação no interior do estado ser aluno do agreste aumentou em 6% (11,822 pontos) para português e 6,18% (12,793 pontos) para matemática mostrando a significância do investimento público e interiorização da educação de qualidade.

Tabela 7- Proficiência em Português e Matemática - 9º Ano

	<i>Variável dependente:</i> <b>PROFICIENCIA_PORT_SAEB</b>				<i>Variável dependente:</i> <b>PROFICIENCIA_MAT_SAEB</b>			
	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>
<b>BF1</b>	1.041 (0.925)	3.211*** (0.602)	2.064*** (0.735)	0.614 (0.669)	0.984 (0.946)	2.245*** (0.547)	2.739*** (0.723)	0.025 (0.595)
<b>raca1</b>	-6.6*** (0.647)	-3.349*** (0.521)	-4.0*** (0.581)	1.621*** (0.550)	-5.134*** (0.711)	-1.162** (0.473)	-3.581*** (0.571)	-1.793*** (0.460)
<b>ind_trabalho_infantil_pessoa1</b>	-3.75*** (1.068)	-3.562*** (1.106)	-12.2*** (1.756)	-1.140 (1.974)	-3.188*** (1.233)	-3.172*** (1.004)	-10.6*** (1.725)	-1.930 (1.775)
<b>vlr_renda_media_fam</b>	0.002 (0.004)	0.009*** (0.003)	0.007*** (0.003)	0.002 (0.002)	0.002 (0.004)	0.005** (0.002)	0.011*** (0.003)	0.011*** (0.002)
<b>qtde_pessoas</b>	-0.47*** (0.161)	-0.351** (0.141)	-0.45*** (0.161)	0.057 (0.151)	-0.682*** (0.182)	-0.216* (0.128)	-0.273* (0.159)	0.136 (0.138)
<b>cod_local_domic_fam1</b>	2.844*** (0.664)	2.816*** (0.580)	2.54*** (0.636)	2.41*** (0.570)	2.211*** (0.752)	1.236** (0.526)	1.515** (0.625)	-0.530 (0.512)
<b>qtd_comodos_domic_fam</b>	-0.46*** (0.158)	-0.164 (0.131)	0.197 (0.204)	-0.269 (0.209)	-0.196 (0.175)	-0.090 (0.119)	0.271 (0.200)	0.097 (0.193)
<b>qtd_comodos_dormitorio_fam</b>	-0.016 (0.269)	0.084 (0.251)	-0.203 (0.337)	0.292 (0.397)	0.537* (0.275)	0.094 (0.228)	-0.244 (0.331)	0.573 (0.371)
<b>cod_agua_canalizada_fam1</b>	2.174*** (0.651)	3.076*** (0.582)	1.95*** (0.651)	1.96*** (0.585)	0.238 (0.722)	1.681*** (0.528)	0.442 (0.639)	1.170** (0.533)
<b>cod_banheiro_domic_fam1</b>	0.921 (0.887)	0.513 (0.819)	0.089 (0.935)	-0.605 (0.874)	0.782 (1.072)	1.457** (0.743)	0.629 (0.919)	-0.723 (0.788)
<b>idadeserie</b>	-0.83*** (0.084)	-1.038*** (0.115)	-1.18*** (0.134)	-0.51*** (0.131)	-0.674*** (0.093)	-0.909*** (0.105)	-1.120*** (0.132)	0.015 (0.096)
<b>CO_MESO_RREGIAO1</b>	4.737*** (0.821)	4.879*** (0.467)	4.844*** (0.526)	9.408*** (0.480)	5.392*** (0.880)	7.124*** (0.424)	7.384*** (0.517)	12.031*** (0.442)
<b>Constant</b>	243.9*** (2.106)	248.78*** (2.202)	262.*** (2.580)	253.*** (2.468)	245.953*** (2.352)	248.441*** (2.000)	255.8*** (2.536)	247.0*** (1.953)
<b>Observations</b>	38,526	50,932	41,315	45,252	29,547	50,932	41,315	61,296
<b>Residual Std. Error</b>	47.813 (df = 38513)	46.706 (df = 50919)	46.573 (df = 41302)	44.891 (df = 45239)	45.828 (df = 29534)	42.732 (df = 50919)	45.570 (df = 41302)	48.946 (df = 61283)

Fonte: A Autora

Nota: elaboração a partir dos dados do CadÚnico, censo, SAEB (2021)

Para a análise dos alunos do 9º ano para proficiência em português e matemática foi identificado que ao decorrer dos anos tratados ser beneficiários do bolsa família refletiu positivamente entre 0,2% e 1% na nota média em português e de 0,4 % a 1% na variação da nota média em matemática dos alunos. Para este grupo o programa também contribuiu de maneira positiva no aumento das médias desses alunos, os anos de 2015 e 2017 foram significantes para a análise mostrando a relevância do programa na vida dos alunos.

Lima (2019) em seu estudo sobre o impacto do bolsa família na educação nos estados brasileiros chegou à conclusão que o impacto do programa foi positivo e aparece de formas distintas tendendo a ser mais significativo nos municípios com índices educacionais mais baixos, sendo assim a política tem um peso relevante para a desigualdade educacional.

Para este grupo tratado do 9º ano a questão racial foi mais castigante, em todos os anos com exceção na proficiência em português do ano de 2019, o único ano que foi positivamente significativa nesta análise foi 2019 apenas na proficiência em português que ser preto ou pardo aumentou a nota média em 0,06%. Ser negro ou pardo diminuiu a nota dos alunos nas duas disciplinas no geral em 2%. Mesmo que ao longo dos anos esta redução tenha caído de porcentagem, mas ainda sim reduziu a nota do grupo o que traz à luz a questão da desigualdade racial ainda muito presente no país onde preto e pobre tem bem menos oportunidades a comparar com um branco pobre (SANTOS, 2005).

Em média 80% desses alunos são negros e pardos na base do CadÚnico, como visto na seção 3.4.3, então se a nota sofreu uma redução menor ao longo dos anos, quer dizer que ser negro ou pardo ao passar do tempo ainda alterava a nota negativamente, mas com um menor impacto. Andrade *et al* (2007) explana no seu trabalho que ser não branco (termo usado pelo mesmo) significa ter a média das proficiências menores do que os alunos brancos, para este trabalho observa-se a mesma situação, ser negro diminuiu a nota dos alunos em todos os anos com exceção de português em 2019.

Como já era esperado o trabalho infantil afetou negativamente todas as disciplinas em todos os anos as médias dos alunos, mas o ano de 2017 chamou muita atenção porque foi o ano com a maior porcentagem de alteração negativa das notas tanto de português quanto de matemática, afetou em 4% as médias das crianças que trabalham. Trabalhar influencia de maneira negativa a vida escolar e até vida pessoal de qualquer criança, por isso a importância do PETI juntamente com o Bolsa Família.

Em seu trabalho Pedrozo (2007) mostrou que uma criança extremamente pobre após se tornar beneficiária do Programa Bolsa Família pôde escolher entre trabalhar e estudar ao mesmo tempo, como também estas passaram a frequentar mais a escola pois não precisavam trabalhar.

Como na regressão anterior o valor da renda média contribuiu de forma positiva e estatisticamente significativa no aumento da nota dos alunos, o que é natural, quanto maior a renda de uma família maior seu bem estar conseqüentemente melhores condições de estudos e aprendizagem para as crianças ali residentes, reforçando mais uma vez o impacto positivo da transferência de renda na vida de uma criança de baixa renda.

Simões (2020) mostrou evidências de que quanto mais tempo de participação o aluno tem no programa Bolsa Família maior o ganho na aprendizagem. Quanto maior o benefício pago às famílias, maior a taxa de aprovação e menor a taxa de abandono destes alunos ao longo do tempo.

No grupo do 9º ano a quantidade de pessoas que mora na residência do aluno (qtde\_pessoas) que estão na base do CadÚnico, influenciou de maneira negativa a média dos alunos no decorrer dos anos, mas de maneira muito insignificante (menos de 0,01%) e em 2019 influenciou positivamente também de forma muito sutil com relevância mínima para as médias destes alunos nas duas disciplinas de todo modo quanto mais gente em uma casa maior a possibilidade de reduzir a nota do aluno pois reflete na concentração e estudo dos mesmos.

Silva *et al* (2019) após seu estudo quantitativo constatou que vários fatores têm forte relação positiva com o desempenho escolar e a quantidade de pessoas residentes na casa do aluno e ter saneamento básico é um deles, o mesmo foi constatado nesta dissertação.

Para os alunos deste grupo tratado ser aluno da zona urbana na disciplina de português todos os anos contribuiu de maneira positiva em 1,1% nas médias dos mesmos, para matemática o cenário é um pouco diferente pois até 2017 a contribuição foi positiva em 0,8% e reduzindo para 0,5%, mas em 2019 a média dos alunos da zona urbana caiu por fazer parte de tal grupo. Sendo assim, não significa que os alunos da zona urbana tiveram notas menores, mas sim que os alunos da zona rural evoluíram nas suas notas após os investimentos. Visto que a análise foi feita por escolas. Ter saneamento básico (água encanada e banheiro) como é esperado alterou positivamente a média dos alunos com mais ou menos em 0,9% a cada ano tratado.

Ainda Silva *et al* (2019) mostrou forte relação positiva no impacto do desempenho escolar dos alunos que moram na zona urbana, tal qual visto neste texto, com exceção apenas da disciplina em matemática 2019.

A distorção idade série do 9º ano para a disciplina de português afetou negativamente a nota dos alunos a exemplo em 2017 a cada ano a mais na idade a nota do aluno reduzia em - 1.185 pontos. Para matemática o cenário é o mesmo, mas em 2017 por existirem alunos fora da curva da faixa etária, a cada ano a mais que o aluno tinha a média reduzia 1,120 pontos aparentemente.

Consultando a base de 2019 foi visto que a distorção idade série de 2019 é muito maior que a dos outros anos, existiam alunos muito mais velhos nesta turma do que nas turmas anteriores, por exemplo 0,02% dos alunos desta base tinham 62 anos enquanto que de 2013 a 2017 alunos acima de 60 anos, se existisse, era apenas um. Por isto, em 2019 a distorção idade série deu positiva, mas não significativa. Freitas (2002) retrata que as altas taxas de distorção idade-série eliminam ou excluem o aluno de sala de aula pois o mesmo não se sente feito para a escola por estar fora da caixa etária.

Novamente vale destacar que mais uma vez o agreste obteve destaque nesta análise como no grupo anterior, os alunos do 9º ano residentes do agreste obtiveram acréscimo na média por ser desta mesorregião em especial em 2019 que o aumento foi de 9,408 para português e 12,031 para matemática. Acréscimos muitos relevantes para a média destes alunos, ao decorrer dos anos o agreste vem se destacando muito em educação no estado de Pernambuco.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou os resultados do desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental das escolas públicas dos municípios do estado de Pernambuco cadastrados no CadÚnico através da prova do SAEB, para tanto, foi utilizado as médias das proficiências em português e matemática dos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019.

Foram encontrados resultados satisfatórios para as análises feitas descritas a seguir: Para as bases dos 5º e 9º ano do ensino fundamental os resultados são muito parecidos mudando apenas as notas, mas com impactos nas proficiências da mesma magnitude.

Observou-se que o Bolsa Família influenciou de maneira positiva na média de português em 0,4% dos alunos do CadÚnico, e para matemática as médias foram crescendo ano a ano entre 0,2% e 0,5% para alunos do 5º ano e um aumento de até 1% nas duas disciplinas para os alunos do 9º ano. Concretizando que o programa Bolsa família influenciou a educação dos alunos que foram seu beneficiário por toda a sua existência contribuindo para uma evolução nas notas e melhoria na educação destes alunos.

Ser negro ou pardo refletiu de maneira negativa na média dos alunos do 5º e 9º ano em todos os anos, pois reduziu a média destes alunos ao longo dos anos mostrando que existe um abismo de oportunidades para pessoas negras mesmo após anos da “abolição da escravatura”. Reforçando infelizmente a desigualdade racial ainda enraizado no Brasil por séculos.

O trabalho infantil tem uma porcentagem muito pequena nas bases do 5º e 9º ano, do estrato mais pobre da população, em média 5% apenas trabalham, mas como é de se esperar este grupo perde na aprendizagem e tem médias menores que os alunos que não trabalham. Ao decorrer dos anos o trabalho infantil foi caindo dentre o grupo dos beneficiários e não beneficiários que em 2019 apenas 1% dessas crianças trabalhavam. Uma taxa mínima, mas que precisa ser olhada de maneira especial pelas políticas públicas e pelos órgãos competentes.

A renda média das famílias contribuiu de maneira positiva em todos os anos e para todas as disciplinas no 5º e 9º ano. Deixando claro a importância do aumento de uma unidade de renda em uma casa para alteração das medias dos alunos, renda significa mais condições e conforto para estudar.

Morar em uma casa com grande número de pessoas influenciou negativamente a nota de todos os alunos para as duas disciplinas para todo o período analisado. Do mesmo modo,

número de cômodo, número de cômodos feito de dormitório, a casa ter saneamento básico ou não impactaram de forma negativa o desempenho dos estudantes. O que reforça a ideia que estudar exige silêncio e conforto o que as crianças que moram em casas com muita gente e poucos cômodos não tem, fato que refletiu negativamente na nota destas como mostrado na regressão. No Brasil é comum casas com muitas pessoas em geral por falta de renda para ter uma moradia melhor, como foi visto no estudo isto prejudica o desempenho escolar do aluno, algo que poderia ser resolvido com programas sociais de moradias para a população mais pobre.

Estar na zona urbana mostra ao aluno mais oportunidades como bibliotecas, museus, professores mais qualificados, acesso à internet e informações, o que contribui de maneira positiva para o aumento da média destes alunos.

A distorção idade série foi uma variável que se comportou da maneira esperada, quanto mais velho era o aluno maior a queda na nota do mesmo chegando a perder por exemplo 77 pontos na média de português do 5º ano em 2015 se este aluno tivesse 50 anos, este mesmo aluno perderia 31,815 pontos em matemática no 9º ano em 2015. Ou seja, quanto mais velho menor a nota do aluno em qualquer matéria e em qualquer ano como visto na seção 4.3.2. Este resultado era esperado pois quanto mais velho o aluno maior são as responsabilidades na vida e menor o tempo e dedicação de estudo.

Os alunos do agreste ganharam destaque a partir de 2015 quando participaram de maneira mais ativa e obtiveram médias maiores que os alunos das demais mesorregiões a exemplo um aluno do agreste obteve 12,793 a mais em matemática do 5º ano em 2013 se comparado a alunos das outras mesorregiões, e em 2019 foi o ano de destaque em que o aumento na nota dos alunos do 9º ano foi 9,408 para português e 12,031 para matemática se comparado com as outras regiões. Este resultado mostra o efeito de longo prazo das políticas de educação implantadas pelo governo do estado em parceria com os municípios em destaque a cidade de Caruaru.

Toda essa significância na base de dados que afetaram diretamente na proficiência deixou claro como um programa de transferência de renda através das suas condicionalidades e da renda entregue as famílias altera a vida do estrato da população. Uma sugestão para trabalhos futuros é analisar os alunos beneficiário do estado de Pernambuco desde a implementação do programa e acompanhar a vida acadêmica e profissional dos mesmos, ver

como estes alunos se desenvolveram profissionalmente, se conseguiram ingressar em uma universidade pública e até onde foi neste caminho e como estão no mercado de trabalho.

A exemplo é a autora deste trabalho que rompeu este ciclo e termina um mestrado com esta dissertação, e como ela muitos outros jovens. Outra sugestão para trabalhos futuros é como a ampliação das políticas públicas para erradicação do trabalho infantil é de imenso valor para a sociedade, em especial entre 2020 e 2022 onde a pandemia trouxe o Brasil para o mapa da fome e hipoteticamente crianças trabalham fora para ajudar financeiramente em casa.

Por fim, este programa de transferência de renda chamado Bolsa Família infelizmente foi extinto em 2021 pelo governo que o substituiu por outro chamado Auxílio Brasil. Segundo o Ministério da Cidadania, o Auxílio Brasil (lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021) integra em um só programa todas as políticas públicas atuais de assistência em educação, saúde, emprego e renda.

Destinado a famílias pobres e extremamente pobres que estão no CadÚnico, tem o objetivo de simplificar o que chama de cesta de benefícios e dar emancipação as famílias para o alcance da autonomia e superem a vulnerabilidade social, sem exigência de condicionalidades o programa tem o viés equivocado da meritocracia, pois diz que as famílias que recebem a transferência de renda serão emancipadas e poderão sozinhas conseguir viver dignamente com mínimo transferido sem a necessidade de acompanhamento governamental e condicionalidades (Brasil, 2021).

O valor atual do auxílio Brasil é R\$ 400,00 por família, mesmo sendo um valor maior que o recebido no Bolsa Família as condicionalidades farão toda diferença a longo prazo, os vulneráveis socialmente não precisam apenas de dinheiro mais de atenção e proteção social e o Programa Bolsa Família tinha isto e muito mais como objetivo, visto nesta dissertação de mestrado.

## REFERÊNCIAS

- ABBAD, Gardênia; TORRES, Cláudio Vaz. Regressão múltipla stepwise e hierárquica em Psicologia Organizacional: aplicações, problemas e soluções. Estudos de Psicologia (Natal), v. 7, p. 19-29, 2002.
- AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. Bolsa-escola. UNESCO Brasil, 2003.
- ALVES, Lucir Reinaldo. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. **Análise regional: metodologias e indicadores. Curitiba: Camões**, p. 33-50, 2012.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, p. 233-245, 2013.
- ANDRADE, Josemberg M. de; LAROS, Jacob A. Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB/2001. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 23, p. 33-41, 2007.
- ARAÚJO, Juliana Maria et al. Fatores determinantes do desempenho educacional no Sudeste Brasileiro. Gestão e Sociedade, v. 14, n. 38, p. 3507-3525, 2020.
- ARAÚJO, Suellen. GESTÃO DO CADÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: desafios para a universalização do acesso e cobertura do benefício em Barueri, SP. NAU Social, v. 7, n. 13, 2016.
- ARAÚJO, Lizandra Kelly; PASCHOAL, Débora Coutinho. O programa bolsa família na comunidade ponte dos Carvalhos/PE: Suas implicações políticas e o que está sob o manto do discurso. GESTÃO. Org, v. 16, n. 2, p. 194-206, 2018.
- ASSIS, S. A. G.; FERREIRA, J. Usos, potencialidades e limitações do cadastro único no subsídio às políticas sociais para a população de baixa renda. In: Jorge Abrahão (IPEA) e Lúcia Modesto (MDS). (Org.). Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. 1 ed. Brasília: IPEA/MDS, 2010, v. 1, p. 213-248.
- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski; DE FA LEITÃO, Maria do Rosário; INÁCIO, Pedro Henrique Dias. Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de Pernambuco. Amazônica-Revista de Antropologia, v. 4, n. 2, p. 336-353, 2012.
- ATTANASIO, O. et al. Child education and work choices in the presence of a conditional cash transfer programme in rural Colombia. London: Institute for Fiscal Studies, 2006 (Working Paper, n. W06/01).
- ATTANASIO, O.; FITZSIMMONS, E.; GÓMEZ, A. e impact of a conditional education subsidy on school enrollment in Colombia. London: Institute for Fiscal Studies, 2005, (Report summary: famílias).
- BARBOSA, Ana Luíza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite. Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Sobre as utilidades do Cadastro Único. 2009.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. 2001.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista brasileira de ciências sociais, v. 15, p. 123-142, 2000.

BARTHOLO, Letícia; ARAÚJO, Luiz Rubens Câmara. Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. Anais, p. 1-21, 2016.

BATISTA, Luis Felipe; SOARES, Sergei SD. O impacto do programa bolsa família sobre a repetência: Resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. Texto para Discussão 1814, 2013.

BETIOLI, Angélica Cristina; PASTOR, Márcia. A gestão do Programa Bolsa Família em municípios de pequeno porte do estado de São Paulo. A Gestão da Proteção Social em Debate, p. 191, 2016

BICHIR, Renata; SIMONI, Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação o caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, 2020.

BONAMINO, Alicia; COSCARELLI, Carla; FRANCO, Creso. Avaliação e letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA. Educação & Sociedade, v. 23, n. 81, p. 91-113, 2002.

BRANDÃO Clélia, XIMENES Daniel: Dez Anos Do Programa Bolsa Família: Desafios E Perspectivas Para A Universalização Da Educação Básica No Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Escalas de proficiência do SAEB, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/escalas-de-proficiencia-do-saeb>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Escalas de proficiência do SAEB: SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA VERSÃO PRELIMINAR 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2018/documentos/saeb\\_documentos\\_de\\_referencia\\_versao\\_1.0.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/saeb_documentos_de_referencia_versao_1.0.pdf)

BRASIL. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm)

BRASIL. PORTARIA Nº 10, DE 8 DE JANEIRO DE 2021. Estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. CAMARGO, Camila Fracaro et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família. IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Governo Federal, 2013.

CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Transferências e incentivos. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v. 2, 2007.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. BOLSA FAMÍLIA, p. 15, 2013.

CAMPOS, Clarice Romeiro; SANTANA, Michella Lombardi; DE MELO, Rutinéia Jacob. Evolução do Cadastro Único para Programas Sociais-CadÚnico e dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2011 na Microrregião Central Sul-ES.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. Revista Brasileira de Educação, p. 183-191, 2003.

CARDOSO d'almeida, Liliane; DE VASCONCELOS COSTA LOBATO, Lenaura. O SUAS e a rede não estatal: impasses e perspectivas para a consolidação de direitos sociais. 2014.

CARMO, Denise et al. O Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais. 2016.

CARVALHO, Taciana Fonseca Braga et al. Nutritional status and food safety of families benefited by the bolsa familia program: integrative review/Estado nutricional e segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: revisão integrativa. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, v. 12, p. 593-602, 2020.

CASTRO, Luciano I. RENDA MÍNIMA: UMA METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DE SEU VALOR UNIVERSAL BASIC INCOME: A METHOD TO DEFINE ITS VALUE RENDA MÍNIMA: UNA METODOLOGÍA PARA DEFINIR SU VALOR.

CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz Bernardes. O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. Revista de Administração Pública, v. 46, p. 1459-1477, 2012.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano dá. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. Revista de Economia Contemporânea, v. 17, p. 99-128, 2013.

CAVALER, Camila et al. Representações sociais de “pobreza” e “bolsa família” para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda. Barbarói, p. 119-140, 2020.

CIRENO, Flávio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael Prado. Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, p. 297-304, 2013.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lucia. Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios, Brasília: IPEA, vol. II, p. 217-240. 2010.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes; GONELLI, Valéria Maria de Massarani. Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema único de Assistência Social, do Cadastro único e do Programa Bolsa Família par a consolidação do modelo Brasileiro de proteção social. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

CONDÉ, Frederico Neves. A (in) dependência da habilidade estimada pela teoria de resposta ao item em relação à dificuldade da prova: um estudo com os dados do SAEB,2002.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes. Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. 2020.

COSTANZI, Rogério Nagamine; FAGUNDES, Flávio. Perfil dos beneficiários do programa Bolsa Família. Bolsa família, v. 2010, p. 249-270, 2003.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; DE AQUINO XIMENES, Daniel. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. BOLSA FAMÍLIA, p. 109, 2013.

CUNHA, Amanda Rutineia; POSSAMAI, Angélica Pereira; MAY, Yduan de Oliveira. Renda básica de cidadania, definida na Lei n. 10.835/2004: desafios e oportunidades para inclusão socioeconômica. 2019.

CUSTÓDIO, André Viana et al. A Influência do Direito Internacional no Processo de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 23, n. 2, p. 178-197, 2018.

DEBASTIANI, Aline Bernarda et al. Regressões robusta e linear para estimativa de biomassa via imagem sentinel em uma floresta tropical. BIOFIX Scientific Journal, v. 4, n. 2, p. 81-87, 2019. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF)

DIAS, Filipe Reis et al. O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL POR MEIO DA POLÍTICA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) EM CAMAÇARI-BA. Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social, v. 1, n. 1, 2020.

DINIZ, Simone. Criteria of fairness and minimum income programs. Revista Katálysis, v. 10, n. 1, p. 105-114, 2007.

DOR, Thomas. As Obras de Thomas Paine. 1796.

DURYEA, Suzanne. Children's advancement through school in Brazil: the role of transitory shocks to household income. 1998.

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. As transferências condicionadas de renda na América Latina: lenitivos para a pobreza? *Revista Katálysis*, v. 21, p. 55-65, 2018.

FACCHINI, Luiz Augusto et al. Desempenho da Atenção Básica em beneficiários do Bolsa Família: contribuições à redução de desigualdade em saúde. Campello TNM, organizadores. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: Ipea, p. 273-83, 2013.

FARIAS souza, Wallace Patrick Santos; DE MESQUITA, Shirley Pereira; DE OLIVEIRA, Victor Rodrigues. Trabalho infantil e programas de transferência de renda: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família nas zonas urbana e rural do Brasil. 2019.

FARIAS, Luciana. Trajetória do CadÚnico durante o ciclo petista: 2003 a 2016. *Temáticas*, v. 27, n. 53, p. 69-104, 2019.

FARIAS, Luciana. O Cadastro Único: uma infraestrutura para programas sociais. 2016. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.

FERRÃO, Maria Eugênia et al. O SAEB–Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 18, n. 1/2, pág. 111-130, 2001.

FERRÃO, Maria Eugênia. Análise e modelagem dos dados do SAEB à luz da literatura em Escola eficaz. *La experiencia brasileña en la evaluación de la Educación Básica*, p. 7.2002.

FERRO, A. R. e AL Kassouf. Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na Incidência de Trabalho Infantil no Brasil. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (mimeo.), 2003.

FERRO, A. R.; NICOLELLA, A. C. The impact of conditional cash transfer programs on household work decisions in Brazil [mimeo]. 2007.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Parceria intersetorial em políticas sociais: o controle da frequência escolar no Programa Bolsa Família. 2013.

FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert R. Transferências condicionais de renda: reduzindo a pobreza presente e futura. Publicações do Banco Mundial, 2009.

FONSECA, A. M. M.; ROQUETE, C. Proteção Social e Programas de transferência de Renda: Bolsa Família. In: MONTALI, L. (Org.). Caderno de pesquisa NEPP: Proteção social e transferência de renda. Campinas: Núcleo de estudos de políticas públicas, 2018. p. 9-31.

FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 80, p. 301-327, set./2002.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade, Gem,LTC, 1962.

GARCIA, Adir Valdemar; DA SILVA, Rafael Monteiro. A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NO COMBATE À POBREZA: a visão de profissionais que atuam com populações empobrecidas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 2, p. 481-500, 2019.

FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. — Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GLEWWE, P. e A. L. KASSOUF The Impact of the Bolsa Escola/Família Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Drop Out Rates and Grade Promotion in Brazil. Department of Applied Economics, University of Minnesot, 2008.

GODOY, Lorena. Programas de renda mínima vinculada a la educación: las becas escolares en Brasil. Cepal, 2004.

GOMES, Helson. Efeitos do crescimento econômico e da desigualdade de renda sobre a pobreza no Brasil. *Economía, sociedad y territorio*, v. 19, n. 60, p. 25-45, 2019.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça et al. TRABALHO INFANTIL (PETI) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Cad. Saúde Colet*, v. 17, n. 3, p. 593-602, 2009.

HILL, R. J.; FLACK, H. D. The use of the Durbin–Watson d statistic in Rietveld analysis. *Journal of Applied Crystallography*, v. 20, n. 5, p. 356-361, 1987.

<http://antigo.desenvolvimentosocial.gov.br/secretaria/secretarias/senarcGov.br>. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e>

<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>

HUNT, Everett Lee. Creative teaching in war time. *Quarterly Journal of Speech*, v. 4, n. 4, p. 386-397, 1918.

Inclusão de Ciências no SAEB: documento básico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.36 p.

JÚNIOR, Helvécio Miranda Magalhães; JAIME, Patricia Constante; DE LIMA, Ana Maria Cavalcante. O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família: histórico, resultados e desafios para o Sistema Único de Saúde. *BOLSA FAMÍLIA*, p. 93, 2013.

KASZNAR, Istvan Karoly; GONÇALVES, Bento Mario Lages. Regressão múltipla: uma digressão sobre seus usos. IBCI, Rio de Janeiro, 2011.

Klein, R. & Fontanive, N. S..(1995) Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. Em Aberto, Brasília: v. 15, n. 66, p. 29-34, abr./jun.

KLEIN, Ruben. Uma solução para a divergência de diferentes padrões no SAEB. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, p. 229-249, 2019.

KOENKER, Roger. A note on studentizing a test for heteroscedasticity. *Journal of econometrics*, v. 17, n. 1, p. 107-112, 1981.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. 1998.

LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. *Dados*, v. 43, n. 3, p. 447-477, 2000.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. 1997.

LICIO, Elaine Cristina et al. O Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais para as famílias de baixa renda no Brasil. Trabalho apresentado, n. 8o, 2015.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves; MORAES, Karine Nunes. CAPÍTULO 4 Perfil dos Cursistas do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social ofertado em Goiás. *Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, p. 84. 2020

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; VASCONCELOS, Joyciane Coelho. Programa Bolsa Família e educação escolar: uma abordagem de dados em painel. *Redes (St. Cruz do Sul Online)*, v. 24, n. 1, p. 335-355, 2019.

LINDERT, Kathy et al. The nuts and bolts of Brazil's Bolsa Família Program: implementing conditional cash transfers in a decentralized context. *World Bank social protection discussion paper*, v. 709, 2007.

LORENZO, Marina Carvalho de. Os desafios para a difusão da experiência do Bolsa Família por meio da cooperação internacional. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, p. 398, 2013.

MACDONELL, John. KARL MARX AND GERMAN SOCIALISM. *Fortnightly*, v. 17, n. 99, p. 382-391, 1875.

Machado DB, Williamson E, Pescarini JM, Alves FJO, Castro-de-Araujo LFS, Ichihara MY, et al. (2022) Relação entre o programa nacional de transferência de renda Bolsa Família e a incidência de suicídio no Brasil: um estudo quase experimental. *PLoS Med* 19(5): e1004000. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1004000>

MARTINS, Valter. O DEBATE ATUAL SOBRE OS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA NOS PAÍSES DE CAPITALISMO DESENVOLVIDO, 2011.

MEDEIROS, Elisandra Rodrigues. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A TENTATIVA DO BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. *Revista Científica FESA*, v. 1, n. 9, p. 43-56, 2021.

MEIRA, Júlio César; SANTOS, Franciele Ferreira. Políticas públicas de transferência de renda: uma reflexão sobre o programa bolsa família em Itumbiara (Goiás, Brasil). *Revista de História da UEG*, v. 2, n. 1, p. 278-300, 2013.

MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; BARBOSA, Angela Maria Gordilho; RODRIGUES, Jorgas Marques. Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, p. 105-120, 2009.

MORAES, TL de; MAZZIONI, S. A. Importância do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social e econômico do Município de Quilombo–SC. 2017.

MORAIS, Hélio Junio Rocha. Os efeitos da formação docente sobre o desempenho escolar em diferentes percentis da distribuição de proficiências do SAEB 2017. 2020.

MOSTAFA, JOANA. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL. *POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA*, p. 41.

MOURA, E. M. B.; FRAZ, J. N.; SANTOS, K. V. G. Avaliação em larga escala e suas implicações no cotidiano escolar: o SAEB no 5º ano do ensino Fundamental. In MOREIRA, Geraldo Eustáquio Moreira; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho; PEREIRA, Cátia Maria Machado da Costa. (Orgs.). *Políticas de avaliação e suas relações com o currículo de Matemática na Educação Básica*, 1. ed.; v. 16, Coleção SBEM. Brasília/DF: SBEM Nacional, 2021 (ISBN 978-65-87305-02-8), p. 34-56. Disponível em: <http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/publicacoes/colecao-sbem>

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. 2000.

NAZARENO, Louise Ronconi; DE SOUZA JUNIOR, Palmiro Chaves; IGNÁCIO, Sérgio Aparecido. Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses: Mensuração a partir do Cadastro Único para Programas Sociais-CadÚnico. Nota técnica IPARDES, 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. Sistemas de pagamentos subnacionais baseados no Bolsa Família, 2003.

NOVAK, Eliete Maceno et al. Programa Bolsa Família: a condicionante frequência escolar. *Revista iberoamericana de educación*, 2013.

NUNES, JÉSSICA LUZIA. DIREITO À ALIMENTAÇÃO: INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL. *REVISTA JURÍDICA DIREITO, SOCIEDADE E JUSTIÇA*, v. 9, n. 13, p. 149-154, 2022.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo. A implementação dos programas Bolsa-Família e oportunidades sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. 2014.

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; SOARES, Sergei Suarez Dillon. O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. 2013.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; LOTTA, Gabriela Spanghero; FREITAS, Matheus Nunes. Desafios da implementação de uma política intersetorial e federativa: as burocracias de médio

escalão do Programa Bolsa Família. Revista do Serviço Público, v. 70, n. 3, p. 458-485, 2019.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. Determinantes da repetência escolar no Brasil: uma análise de painel dos censos escolares entre 2007 e 2010. Brasília: Ipea, 2012 (Texto para Discussão, n. 1.706)

ORDÓÑEZ-BARBA, Gerardo Manuel; SILVA-HERNÁNDEZ, Aída Lilia. Progreso-Oportunidades-Prospera: avatares, alcances e resultados de um programa paradigmático contra a pobreza. Papéis de población, v. 25, n. 99, pág. 77-111, 2019.

PAES, Ricardo; DE CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, v. 2, p. 41-86, 2007.

PAES, Nelson Leitão e Siqueira, Marcelo Lettieri: Renda básica da cidadania versus imposto de renda negativo: o papel dos custos de focalização. Estudos Econômicos (São Paulo). 2008, v. 38, n. 3, pp. 583-610.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. From Bolsa Família to Brasil Sem Miséria. Bolsa, 2013.

PAIVA, Luis Henrique; SOUSA, Marconi Fernandes de; NUNES, Hugo Miguel Pedro. A Focalização do Programa Bolsa Família (PBF) no período 2012-2018, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2020.

PEDROZO, Euclides et al. Uma avaliação ex-ante dos impactos do Bolsa Família na redução do trabalho infantil. Encontro Nacional de Economia, v. 35, 2007.

PEREIRA, Sueli; ZIENTARSKI, Clarice. Políticas de ações afirmativas e pobreza no Brasil. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 92, n. 232, 2011.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá et al. Matrizes curriculares de referência para o SAEB. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Inep, 1999.

PESTANA, Maria. Trajetória do SAEB: criação, amadurecimento e desafios. Em Aberto, v. 29, n. 96, 2016.

PILATTI, O. et al. Sistema nacional de avaliação da educação básica: objetivos, diretrizes, produtos e resultados. Brasília: Inep, 1995. (Série Documental: Avaliação, 1).

PIRES, Ana M.; BRANCO, João A. Introdução aos Métodos Estatísticos Robustos. 2007.

RABELO, Maria Mercedes; SILVA, Marcelo Kunrath. Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família (PBF). Ensaios FEE, v. 34, n. 1, 2013.

RAMOS, Adriana; L GROTTI, Giane; MENDONÇA LOPES RIBEIRO, Letícia. EDUCAÇÃO DO CAMPO: MARCAS DE DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS. In: Escola em tempos de conexões - Volume 02. [s.l.]: Editora Realize, 2022.

RAMOS, Carlos Alberto. O programa de garantia de renda mínima. 1994.

Relatório de resultados do SAEB 2019: volume 1: 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e séries finais do Ensino Médio [recurso eletrônico]. / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2019/resultados/relatorio\\_de\\_resultados\\_do\\_saeb\\_2019\\_volume\\_1.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2019_volume_1.pdf)

ROCHA, Sônia. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e sociedade, v. 20, p. 113-139, 2011.

RODRIGUES, Margarida Maria Mariano. Avaliação educacional sistêmica na perspectiva dos testes de desempenho e de seus resultados: estudo do SAEB. 2007.

ROSANO-PEÑA, Carlos; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo; MÁRCIO, Carvalho José. A eficiência dos gastos públicos em educação: evidências georreferenciadas nos municípios goianos. Economia Aplicada, v. 16, p. 421-443, 2012.

RUA, Maria das Graças. Avaliação da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ao Programa Bolsa Família. Revista do Serviço Público, v. 58, n. 4, pág. 417–450, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v58i4.182>

SALGADO, Lúcia Helena. Renda Básica Permanente: uma utopia possível. Geosul, v. 35, n. 76, pág. 521–535, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n76p521>

SALVADOR, Pedro Ivo Camacho Alves. Trabalho Infantil, um mal necessário? Uma análise com dados do SAEB. Revista ESPACIOS| Vol. 37 (Nº 13) Año 2016, 2016.

SANTOS, André; ALVES, Juciléa Campos. Avaliação em larga escala no Brasil: Alterações estruturais do SAEB nos últimos trinta anos. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 1, p. 5314-5326, 2022.

SANTOS, João Paulo Barbosa. O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE AS PRÁTICAS TRADICIONAIS DOS PESCADORES DA ILHA DE ITAMARACÁ-PE: O CASO DO BOLSA FAMÍLIA NAS COMUNIDADES DE JAGUARIBE E PILAR. 2012.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco; PASQUIM, Elaine Martins; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Cash transfer programs in Brazil: a multidimensional study of Bolsa Escola, Bolsa Alimentação and Cartão Alimentação Program implementation. Ciencia & saúde coletiva, v. 16, n. 3, 2011.

SARAIVA, Samia Tamyrís Souza; LIMA, Valter Witalo Nelo; BORGES, AEDA A contribuição do programa bolsa família para o enfrentamento das desigualdades sociais. Qualitas Revista Eletrônica, v. 20, n. 2, pág. 137-156, 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. Programas sociais voltados à educação no Brasil: o impacto do Bolsa Escola. *Sinais Sociais*, ano, v. 1, 2006.

SCHWARZER, Helmut; VAN PANHUYS, Clara; GHILS, Alissa. El piso de protección social en México. *Las reformas de segunda generación de la seguridad social*, 2013.

SCRIPTORE, Juliana Souza; AZZONI, Carlos Roberto; MENEZES FILHO, Naércio Aquino. Os impactos do saneamento básico sobre a educação: usando a privatização como variável instrumental. **ANPEC-46o Encontro Nacional de Economia**, 2018.

SEGALL CORRÊA, Ana Maria et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Revista de Nutrição*, v. 21, p. 39s-51s, 2008.

Serviços e Informações do Brasil. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculas-em-2020>

SILVA José, TAVARES Lucas. Sobre o Futuro do Bolsa Família. *BOLSA FAMÍLIA*, p. 249, 2013.

SILVA, Alane Maria da. A dinâmica de funcionamento do Programa Bolsa Família no município de Currais Novos-RN. 2016. Dissertação de Mestrado. Brasil. 2016

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, Paulo et al. Modelos de regressão aplicados a predição do desempenho escolar de estudantes do ensino fundamental. In: *Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)*. 2019. p. 1621.

SILVEIRA, Antônio Maria. Erradicação da miséria e laissez-faire: o seigniorage como fonte de recursos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 29, n. 1, p. 77-96, 1975.

SILVEIRA, R: Impacto Do Programa Bolsa Família Sobre A Frequência à Escola: Estimativas A Partir De Informações Da Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílio (Pnad) In: Jorge Abrahão (IPEA) e Lúcia Modesto (MDS). (Org.). *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. 1ed. Brasília: IPEA/MDS, 2010, v. 2, p. 53-71.

SIMÕES, Armando Amorim. A contribuição do Programa Bolsa Família para o desempenho escolar das crianças pobres no Brasil. *Revista Brasileira de Avaliação*, v. 4, p. 4-39, 2020

SKOUFIAS, Emmanuel; DAVIS, Benjamin; DE LA VEGA, Sérgio. Tendo como alvo os pobres no México: uma avaliação da seleção de famílias no PROGRESA. *Desenvolvimento mundial*, v. 29, n.10, pág.1769-1784, 2001.

SOARES, Fabio et al. Programas de transferência de renda no brasil: impactos sobre a desigualdade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2006.

SOARES, Fábio Veras. Para onde caminham os programas de transferência condicionadas? As experiências comparadas do Brasil, México, Chile e Uruguai. *Bolsa Família*, v. 2010, p. 173-200, 2003.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. *Bolsa família*, v. 2010, p. 27-55, 2003.

SOUZA, Edvânia Ângela. Trabalho de crianças e adolescentes: desafios para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e trabalho profissional do Serviço Social. *Temporalis*, v. 13, n. 26, pág. 119-151, 2013.

SOUZA Iajús, Maria Luiza. A política pública de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social–SUAS. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 22, n. 30, p. 165-178, 2009.

SOUZA, André Portela et al. Políticas de distribuição de renda no Brasil e o bolsa família. *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, p. 166-186, 2011.

SOUZA, Pedro HG et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze. *Texto para discussão*, 2019.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. *Serviço Social & Sociedade*, p. 183-203, 2021.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; NETO, Bazileu Alves Margarido. Políticas sociais: o programa Comunidade Solidária e o programa de garantia de renda mínima. *Planejamento e Políticas públicas*, n. 12, 2009.

SUPLICY, Eduardo; Um diálogo com Milton Friedman sobre o imposto de renda negativo, 2000, basic income european network VIIIth international congress n, 6-7.

SUPLICY, Philippe, Buarque; Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros, *Estudos Avançados* 11 (30), 1997.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Análise da Heterogeneidade do Programa Bolsa Família na Oferta de trabalho dos Homens e das Mulheres. *Governo Federal*, p. 89, 2003.

TOMMASI, Denni. Control of resources, bargaining power and the demand of food: evidence from PROGRESA. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 161, p. 265-286, 2019.

VADERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. A renda básica. Uma medida eficaz para lutar contra a pobreza, 2006.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luis Otávio. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 731-741, 2009.

VAITSMAN, Jeni; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência: barreiras de acesso e lacunas intersetoriais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, 2017.

VALDUGA, Tatiane; FERREIRA, Jorge. A Assistência Social em pauta: os constrangimentos para o Serviço Social no Brasil e em Portugal. *A Gestão da Proteção Social em Debate*, p. 19, 2016.

VIEIRA, A.; DESENVOLVIMENTO, Social E. Combate À. Fome (mds); Organização Das Nações Unidas Para A.; EDUCAÇÃO, A. Sistemas de informação e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de programas sociais do governo federal. Brasília: MDS, p. 363, 2009.

VIEIRA, Patrícia Alves. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO INCLUSÃO SOCIAL E SEU IMPACTO NA EVASÃO ESCOLAR: ANÁLISE DA CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA ESCOLAR. *Estudos IAT*, v. 5, n. 3, p. 217-232, 2020.

VILAR, Daiene Luiza Farias; MOREIRA, Alexandre Pedro. O papel do Programa Bolsa Família na desigualdade de renda na região Nordeste do Brasil. **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, v. 44, n. 1, 2022.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Violência e desigualdade social no Brasil. Bolsa família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

WILCOX, Rand R.; SERANG, Sarfaraz. Hypothesis testing, p values, confidence intervals, measures of effect size, and Bayesian methods in light of modern robust techniques. *Educational and Psychological Measurement*, v. 77, n. 4, p. 673-689, 2017.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M.; WADUD, Mokhtarul; LYE, Jenny. *Introductory Econometrics: Asia Pacific Edition with Online Study Tools 12 Months*. Cengage AU, 2016.